



Foto: Lucio Costi Ribeiro/IICA SDR-RS

Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul (SDR/RS e IICA)



Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul



Foto: Lucio Costi Ribeiro/IICA SDR-RS

Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO



Porto Alegre-RS
2014



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO DO RIO
GRANDE DO SUL (SDR/RS)

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA)

Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul

Iniciativas desenvolvidas no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica entre
a SDR/RS e o IICA no período de 2012 a 2014

Porto Alegre-RS
2014

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Governador Tarso Genro

**Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do
Rio Grande do Sul (SDR/RS)**
Secretário Elton Scapini

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
Representante Manuel Rodolfo Otero

Projeto de Cooperação Técnica PCT SDR/RS-IICA
“Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no
Estado do Rio Grande do Sul”

Diretor Nacional do Projeto (SDR/RS)
Secretário Elton Scapini

Coordenador Nacional do Projeto (SDR/RS)
Evandro Ferreira de Oliveira

Supervisora do Projeto (IICA)
Cristina Costa Bernardi



Elaboração da Publicação Técnica

Emanuel Gonçalves de Melo

Colaboração Técnica

Carine Fabiane Gonçalves de Lara

Cristina Costa

Heithel Silva

Revisão

Geni Litvin Villas Bôas

Editoração e Impressão

Ellite Gráfica e Editora

Foto: Lúcio Costi Ribeiro/IIICA SDR-RS



Lista de Siglas

AGDI	Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento
Agefa	Associação Gaúcha Pró Escolas Famílias Agrícolas
Agricoop	Cooperativa Central Agrofamiliar
APAS	Associação Paulista de Supermercados
APL	Arranjo Produtivo Local
Ascom	Assessoria de Comunicação
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
Banrisul	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cadúnico	Cadastro Único
Caisan	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Ceasa/RS	Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
Ceffas	Centros Familiares de Formação por Alternância
Celic	Central de Licitações
Cetam	Centro de Formação e Treinamento
CFRs	Casas Familiares Rurais
CGCOPA	Comitê Gestor da Copa 2014
CNDRSS	Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
Coasa	Cooperativa Agrícola Água Santa Ltda.
COCEARGS	Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul
Conaterra	Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida
Condesus	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Região da Quarta Colônia
Consea	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
Coomafitt	Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas
Coopac	Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina
Coopacel	Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Cerro Largo
Coopeagri	Cooperativa de Pequenos Agropecuaristas de Ibirubá Ltda.
Coopasc	Cooperativa dos Agricultores de Santo Cristo Ltda.
Coopava	Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre
Coopax	Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier Ltda.
Cooperav	Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão
Cooperbutiá	Cooperativa Agrícola Butiá Ltda.

Coopercorá	Cooperativa Agrícola de Inhacorá Ltda.
Coopervita	Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida (Tapejara)
Cootap	Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre
Cootrifred	Cooperativa Triticola Frederico Westphalen Ltda.
Coperal	Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda.
Coperterranova	Cooperativa Terra Nova de Canguçu
Corede	Conselho Regional de Desenvolvimento
Cotrisana	Cooperativa Triticola Sananduva Ltda.
CTAgro	Câmara Técnica de Agroecologia
CTI	Cooperação Técnica Internacional
DACA	Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento
DAF	Departamento de Agricultura Familiar
DCOOP	Departamento de Cooperativismo
DDA	Departamento do Desenvolvimento Agrário
DOE	Diário Oficial do Estado
EFAs	Escolas Família Agrícola
Efasc	Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul
Efaserra	Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha
Efasol	Escola Família Agrícola de Vale do Sol
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
Feaper	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais
Fetag	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
Fetraf	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FHSTE	Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim
Funterra	Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul
GHC	Grupo Hospitalar Conceição
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Losan	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NEAT	Núcleo Estadual de Ações Transversais
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OGM	Objetos de Gasto Maior
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PABE	Programa de Agricultura de Base Ecológica
PAIS	Produção Agroecológica Integrada Sustentável

PCT	Projeto de Cooperação Técnica
PDA	Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PEAF	Programa Estadual da Agroindústria Familiar
PEC	Programa de Extensão Cooperativa
Plansan	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPA	Programa Plurianual
PPC	Participação Popular e Cidadã
PRA	Programa da Regionalização do Abastecimento
Pronaf	Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
Proredes	Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul
RAMA	Associação dos Produtores de Rede Agroecológica Metropolitana
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SDR/RS	Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul
Seapa	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio
Seplag	Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
Sesan	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
Siater	Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural
SICONV	Sistema Integrado de Convênios
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
Sisan/RS	Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no Rio Grande do Sul
Sisbi	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
Sispaa	Sistema de Informações do Programa de Aquisição de Alimentos
SME	Sistema de Monitoramento Estratégico
SNJ/PR	Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República
Suasa	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
Susaf	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte
Susepe	Superintendência de Serviços Penitenciários
TCU	Termo de Concessão de Uso
UCPs	Unidades de Cooperativismo
Uepas	Unidades Experimentais de Participação
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UPFs	Unidades de Produção Familiares
VBP	Valor Bruto de Produção



Sumário

Prefácio.....	17
Apresentação.....	21
1. O contexto da cooperação técnica entre a SDR/RS e o IICA.....	25
1.1. Breve cenário da ruralidade gaúcha.....	26
1.2. A SDR e suas ações.....	29
1.3. O projeto de cooperação técnica internacional entre a SDR e o IICA.....	31
2. As diretrizes gerais do projeto de cooperação técnica internacional.....	35
2.1. Identificação do projeto.....	36
2.1.1. Objetivos e resultados.....	36
2.2. Beneficiários.....	38
2.3. Estratégia de desenvolvimento e articulação institucional.....	39
2.4. Quadro sintético do projeto de cooperação técnica.....	41
3. Produção do conhecimento no âmbito do projeto de cooperação técnica.....	45
3.1. Gestão eficiente de programas, projetos e ações.....	46
3.1.1. Apoio ao sistema da Emater de coleta de dados para o controle e o monitoramento do Programa Leite Gaúcho.....	46
3.1.2. Estímulo à organização e constituição de novas cooperativas da agricultura familiar e centrais de cooperativas para comercialização.....	50
3.1.3. Apoio à constituição de fóruns regionais do cooperativismo.....	52
3.1.4. Sistematização e análise das ações da SDR na execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade compra institucional.....	55
3.1.5. Análise e avaliação da execução do PAA, modalidade doação simultânea por municípios do RS.....	57

3.1.6. Apoio na mobilização do processo de Participação Popular Cidadã (PPC) que orienta a elaboração e a tomada de decisão das políticas públicas e contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, pescadores, indígenas, quilombolas e famílias assentadas da reforma agrária.....	61
3.1.7. Apoio às ações do Programa Água para Todos e melhorias das condições de infraestrutura básica do meio rural.....	64
3.1.8. Criação de um sistema de coleta de dados para subsidiar o controle e monitoramento dos convênios e contratos federais firmados pela SDR.....	67
3.1.9. Sistematização do processo de organização das agroindústrias familiares que compõem os arranjos produtivos locais de agroindústrias e alimentos no Rio Grande do Sul.....	68
3.1.10. Proposta para abertura de mercado para as agroindústrias familiares.....	71
3.1.11. Avaliação das estratégias e instrumentos de implementação do Suasa e Susaf junto aos municípios com agroindústrias familiares do Programa Sabor Gaúcho.....	74
3.1.12. Avaliação do desenvolvimento do Projeto de Fomento à Inclusão Produtiva de Agricultores Familiares do RS.....	78
3.1.13. Análise do Programa de Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural do Rio Grande do Sul.....	80
3.1.14. Sistematização de informações sobre a perspectiva de intersectorialidade na qualificação da gestão de políticas de desenvolvimento rural.....	82
3.1.15. Fortalecimento de experiências pedagógicas e produtivas na perspectiva da superação da precariedade social dos agricultores familiares, estimulando o vínculo dos jovens com o meio rural e assegurando o processo de sucessão familiar.....	83
3.2. Desenvolvimento de capacidades.....	87
3.2.1. Capacitação visando à conversão agroecológica de agricultores familiares com vistas ao desenvolvimento do Programa de Agricultura de Base Ecológica.....	88
3.2.2. Formação e capacitação de técnicos da extensão pública em cooperativismo - Emater/RS.....	91
3.2.3. Seminário Internacional do Cooperativismo.....	93
3.2.4. Seminário Juventude Rural e Agricultura Familiar	94

3.2.5. Difusão de conhecimentos técnicos com ênfase na produção de leite, boas práticas de produção e legislação sanitária animal aos atores com adesão ao Programa Leite Gaúcho.....	97
3.2.6. Metodologia para a elaboração dos planos de desenvolvimento/aprimoramento das cooperativas.....	99
3.3. Elaboração de estudos técnicos.....	102
3.3.1. Estudo técnico sobre os principais pontos de estrangulamento das cadeias produtivas enfrentados por cooperativas da agricultura familiar.....	102
3.3.2. Estudo contendo orientações técnicas para a gestão de cooperativas.....	107
3.3.3. Estudo técnico sobre as ações em agroecologia e o processo de transição no Estado do Rio Grande do Sul.....	108
3.3.4. Diagnóstico sobre os procedimentos para a criação de novos assentamentos de reforma agrária.....	111
3.3.5. Análise e avaliação da implementação do Programa da Regionalização do Abastecimento.....	113
3.3.6. Sistematização e análise das ações iniciais da SDR no âmbito do Programa da Aquisição de Alimentos, modalidade doação simultânea por meio de convênio com o MDS.....	116
3.3.7. Identificação e análise de oportunidades de captação de recursos para viabilização de projetos de desenvolvimento rural sustentável no Rio Grande do Sul	119
3.3.8. Avaliação dos principais pontos de estrangulamento econômico e social das cooperativas habilitadas no âmbito do Programa de Qualificação da Infraestrutura Produtiva dos Assentamentos do RS, com enfoque no projeto Funterra/BNDES-Proredes-Fundo Social.....	120
3.3.9. Levantamento e análise das ações desenvolvidas pela SDR/RS para as agroindústrias familiares.....	124
3.3.10. Diagnóstico da situação das regiões consideradas de maior vulnerabilidade no meio rural gaúcho visando à melhoria na qualificação produtiva de potenciais agroindústrias no Estado do Rio Grande do Sul.....	126
3.3.11. Estudo técnico sobre os principais pontos de estrangulamento da cadeia produtiva da pesca artesanal no Estado do Rio Grande do Sul..	129
3.3.12. Análise sobre o processo de implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no Rio Grande do Sul (Sisan/RS) ...	133

3.3.13. Estratégias e metodologias para implantação de unidades de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS)	137
3.3.14. Proposta de cartilha demonstrativa sobre o Programa de Apoio à Agricultura Familiar Campesina (Plano Camponês)	139
3.3.15. Sistematização e avaliação do planejamento e implementação do Programa Segunda Água, voltado à promoção da segurança alimentar e inclusão produtiva de famílias que se encontram em situação de pobreza extrema no meio rural gaúcho.....	139
4. Execução Orçamentária e Financeira do PCT.....	143
5. Conclusões, lições aprendidas e recomendações.....	153
Lista de participantes do projeto.....	179
Notas jornalísticas.....	181
Referências.....	191



Foto: Lúcio Costi Ribeiro/IICA SDR-RS

Foto: Lúcio Costi Ribeiro/IIICA SDR - RS





Prefácio

PCT Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar - Rio Grande do Sul

A parceria entre um Estado que tem na agricultura sua força econômica e uma agricultura familiar expressiva e produtiva e um organismo internacional especializado no desenvolvimento rural com presença em 34 países é estratégica para ambas as partes. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) mantêm laços cooperativos há quase duas décadas e de forma marcadamente evolutiva. A relação entre as instituições gaúchas e o Instituto iniciou em 1997 com um projeto para o Desenvolvimento Institucional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater-RS), passou pela implantação do RS Rural, Ações de Reforma Agrária e Cooperativismo, entre outros, até chegar ao Projeto de Cooperação Técnica (PCT) Internacional Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar, com a atual Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR/RS).

Este PCT foi firmado em 2012 com objetivo de promover o fortalecimento da economia rural de base familiar e cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul, propondo uma série de políticas para um diversificado público formado por 379 mil famílias de agricultores familiares (significando 86% do total de propriedades rurais do estado), 13 mil famílias assentadas, em torno de 200 famílias de sem terra acampadas, 22 mil pescadores artesanais, 30 mil piscicultores, 19.789 indígenas, 3.897 famílias quilombolas, 2.108 cooperativas rurais e 8.160 agroindústrias familiares.

Nesse contexto, a SDR tem como missão promover o desenvolvimento sustentável do meio rural gaúcho, visando a: elevação da qualidade de vida; produção de alimentos, segurança e soberania alimentar; agricultura familiar como um modo de vida; um rural com gente e o fomento à cooperação. Para buscar a realização desta missão, a Secretaria tem como prioridade estratégica contribuir para o fortalecimento das economias de base familiar e cooperativa do meio rural.



A missão da Secretaria adquire ainda mais relevância ao levar em conta que, no Rio Grande do Sul, as cadeias produtivas vinculadas ao campo representam metade do PIB do estado e as cadeias produtivas vinculadas à agricultura familiar representam 27% do PIB gaúcho; as matérias-primas mais nobres da indústria gaúcha vêm da agricultura: carne, leite, grãos, frutas, cana-de-açúcar e madeira; na maioria dos municípios gaúchos, a economia de base familiar é determinante para o desenvolvimento, haja vista que os empreendimentos urbanos encontram-se profundamente vinculados às atividades rurais.

Por meio da SDR, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul investiu em torno de R\$ 1,4 bilhão em programas voltados para: o fortalecimento das cadeias produtivas (produção, industrialização, comercialização e abastecimento); ampliação da assistência técnica; capacitação de agricultores; cooperativismo; crédito subsidiado; erradicação da pobreza no meio rural; incentivo à agroecologia; melhoria da infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos, de sistemas de irrigação e armazenamento de água, além do combate aos efeitos das estiagens.

O IICA é um organismo internacional com forte atuação no Desenvolvimento Rural Sustentável das Américas. Ao completar 50 anos de presença no Brasil, a representação do Instituto passa por um reposicionamento centrado em três eixos: Internacionalização, Descentralização e Relações com a sociedade. A relevância do trabalho no estado situa-se no eixo da Descentralização. O escritório, a partir do seu cinquentenário, busca aproximar-se ainda mais dos governos estaduais para cooperar com políticas públicas que beneficiam diretamente os produtores rurais. Com uma visão inovadora dos desafios da agricultura, o Instituto propõe um novo paradigma para a agricultura, que ajude a melhorar a renda dos países e das pessoas, que garanta a segurança alimentar e gere condições para adaptação do meio rural ao incerto novo cenário climático.

As ações desenvolvidas no Rio Grande do Sul em parceria com a SDR necessitam e merecem o registro. Dessa forma, facilitar-se-á o trabalho de promoção de um espaço rural diverso e próspero e de disseminação dos exemplos construídos no Estado para além das fronteiras do Brasil.

Elton Scapini – Secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul

Manuel Otero – Representante do IICA no Brasil



Foto: Lúcio Costi Ribeiro/IICA SDR-RS





Apresentação

O panorama do Brasil rural contemporâneo de transformações na modernização técnico-produtiva da agricultura, na terceirização agrícola, nas mudanças de mercados de trabalho, nos fluxos de processos migratórios, na pluralidade de atividades econômicas não agrícolas e no reconhecimento da sociedade do papel econômico e social da agricultura familiar, entre outros fatores, vem exigindo do Estado brasileiro construir políticas públicas diversificadas, diferenciadas e redimensionadas para atender à heterogeneidade dos espaços rurais brasileiros.

Nesse contexto, é urgente e inadiável que o estado gaúcho amplie sua capacidade de gerar e compartilhar tecnologias agropecuárias. Isso significa ter competência para colocar à disposição de agricultores, pecuaristas, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais conhecimentos técnicos e tecnologias que atendam às necessidades reais e específicas desses atores. Destaca-se que tais necessidades são definidas em função de condicionantes a que os referidos atores estão submetidos para a adoção de inovações.

Assim, para oferecer resposta às demandas desses segmentos da população rural gaúcha, no bojo de uma reforma administrativa, o governo do estado instituiu, em 2011, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR/RS), com o propósito, entre outros, de promover políticas de apoio à agricultura familiar, a quilombolas, pescadores e indígenas, motivando-os à permanência no meio rural, com condições dignas de saúde, educação, segurança, e apoiando a diversificação da produção dentro de uma visão de desenvolvimento territorial sustentável.

Diante dessa missão institucional, estabelecer as condições gerenciais, técnicas e operacionais da SDR, na perspectiva institucional de curto, médio e longo prazos, além de oportuno e desejável, é extremamente complexo, oneroso e desafiador. Requer, ainda, planejamento e gestão eficazes, o que exige, acima de tudo, conhecimento técnico específico, *expertise* e colaboração de espe-



cialistas. Essa foi a razão fundamental para que a SDR buscasse a cooperação técnica do IICA, organismo internacional especializado em agricultura com 70 anos de história e presente em 34 países da América Latina e Caribe.

A materialização dessa cooperação técnica entre a SDR e o IICA foi concretizada com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica para execução do Projeto de Cooperação Técnica (PCT) “Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado no Rio Grande do Sul”, com vigência de março de 2012 a dezembro de 2014.

Ao longo da trajetória de execução deste PCT, foram produzidos diversos trabalhos, por meio de profissionais qualificados, que propiciaram aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos para planejamento, operacionalização e promoção dos programas e projetos prioritários da SDR, em consonância com as demais políticas setoriais do governo. São os resultados expoentes dessa cooperação que se pretende demonstrar nesta publicação.

O presente documento, com intuito de disseminar e internalizar o conhecimento e dar transparência às parcerias firmadas pelo governo do estado, apresenta e comenta o contexto da cooperação técnica entre a SDR e o IICA e as diretrizes gerais do instrumento técnico pactuado entre as partes – o PCT. Ademais, aborda, de maneira substantiva, a produção do conhecimento e os resultados gerados no âmbito do projeto, com foco em três eixos estratégicos: 1 – Gestão eficiente de programas, projetos e ações; 2 – Desenvolvimento de Capacidades e 3 – Elaboração de Estudos Técnicos.

Por fim, registram-se a execução orçamentária e financeira do PCT, as conclusões, lições aprendidas e recomendações que refletem a história da parceria, além da relação dos participantes envolvidos e notas jornalísticas produzidas.



Foto: Lúcio Costi Ribeiro/IICA SDR-RS





1. O contexto da cooperação técnica entre a SDR/RS e o IICA

Atualmente, a cooperação técnica internacional (CTI) desperta interesse em um amplo segmento da sociedade, incluindo setores governamentais, em especial os gestores públicos, e a sociedade em geral. Esse interesse pela CTI se materializa por possibilitar o acesso e a incorporação de conhecimentos, informações, tecnologias, capacitações, experiências e práticas em bases não comerciais, em diferentes áreas que possam ser sistematizadas e disseminadas no âmbito nacional e internacional.

Nessa perspectiva, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, recém-criada em 2011, buscou estabelecer uma parceria estratégica com um organismo internacional especializado em agricultura e desenvolvimento rural, em consonância com a sua missão institucional.

Nesse contexto, a cooperação técnica se dá por meio da realização de um projeto entre dois entes que manifestam interesses mútuos e convergentes de implementar uma parceria. Assim, em março de 2012, a SDR e o IICA firmaram um Termo de Cooperação Técnica para a execução do Projeto de Cooperação Técnica “Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado no Rio Grande do Sul”, com vigência de 33 meses.

Portanto, o PCT é o instrumento de definição das intervenções propostas e de planejamento das ações de cooperação técnica entre a SDR e o IICA, consubstanciado em um documento que registra os fins almejados e os meios necessários para a sua consecução. Neste capítulo, será abordada a essência dessa cooperação, seu contexto, sua justificativa e os entes formais envolvidos.



1.1. Breve cenário da ruralidade gaúcha

O espaço rural brasileiro vem passando por um intenso processo de transformação nas últimas décadas. Com a globalização da economia, tem ocorrido forte avanço do capitalismo no meio rural, concentrando-se, cada vez mais, as cadeias produtivas sob a hegemonia dos complexos agroindustriais, visando-se principalmente à produção de *commodities* para exportação.

Esse processo, que, por um lado, vem conseguindo produções recordes a cada ano, por outro, vem ocasionando sérios problemas sociais e ambientais. Entre os problemas sociais, percebem-se o esvaziamento e o empobrecimento populacional do meio rural, além da perda de valores culturais e costumes populares das comunidades rurais. Entre os problemas ambientais, observa-se um crescente nível de degradação ambiental, esgotamento dos solos, poluição das águas, intoxicação e contaminação dos produtos e dos agricultores pelo uso intensivo de agrotóxicos, além da redução da biodiversidade com uso das sementes transgênicas.

Os agricultores que permanecem na atividade agropecuária estão, cada vez mais, dependentes e integrados à indústria, seja na aquisição de maquinários e insumos, seja na comercialização de seus produtos. Nessas transações, normalmente, eles se encontram em desvantagem, pois se relacionam com segmentos altamente capitalizados, que exercem forte poder de barganha no mercado, o que exige dos agricultores um aumento de produtividade e um achatamento na renda familiar.

A relação capital-trabalho no meio rural está rumando, cada vez mais, para sistemas de integração verticalizados. Na produção animal, por exemplo, as indústrias fornecem os animais, a alimentação e os medicamentos, e os produtores entram com a mão de obra, a terra e as instalações. Neste sistema, o produtor não é dono da produção, e, sim, apenas um prestador de serviços, sem carteira assinada, sem chance alguma de influir nos valores a receber pela sua força de trabalho.

Os dados estatísticos oficiais revelam ainda que o campo, com apenas 15,6% da população brasileira, comporta 46,7% dos homens e mulheres em situação de pobreza extrema – 7,5 milhões de pessoas (25,5% do universo rural); enquanto a cidade, que abriga 84,4% dos brasileiros, reúne 53,3% dos miseráveis – 8,6 milhões de pessoas (5,4% do mundo urbano). A modernização da agricultura e a urbanização crescente das últimas décadas, aliadas às mudanças tecnológicas, produziram um universo econômico, político e sociocultural à feição dos interesses da sociedade urbano-industrial e hegemônica.

A população rural está envelhecida e masculinizada: cerca de 19% dos que residem no meio rural possuem condições de aposentadoria por idade e 62,6%



das pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários são homens. Há um forte movimento de atração dos jovens para as áreas urbanas. Apenas 28% da população gaúcha vivem no meio rural. Conforme pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 54% dos rapazes e 74% das moças da Região Sul do Brasil não pretendem continuar na atividade agrícola.

A agricultura familiar, a partir da modernização da agricultura da década de 1960, tem respondido bem aos interesses contidos no pacote tecnológico das grandes empresas distribuidoras de insumos, fertilizantes, adubos químicos, máquinas e equipamentos, sem, contudo, ser beneficiada com a implementação de políticas públicas necessárias para garantir uma vida digna no meio rural. Tal situação tem comprometido a construção de um processo de desenvolvimento rural, sustentável e solidário e de um processo que possibilite garantir a sucessão familiar, sem agredir o meio ambiente, gerando renda e qualidade de vida aos protagonistas responsáveis por 70% dos alimentos consumidos pela população do campo e da cidade.

Diante desse quadro, com apenas 24,3% da área ocupada, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (R\$ 54,4 bilhões); ela é responsável por garantir a segurança alimentar do país, gerando os produtos da cesta básica consumidos internamente. Responde por 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). As informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam também como a agricultura familiar é mais eficiente na utilização de suas terras: gera um Valor Bruto de Produção (VBP) de R\$ 677/ha, enquanto a não familiar gera um VBP de R\$ 358/ha. A agricultura familiar gera 15 postos de trabalho/100 ha, enquanto a patronal gera apenas 1,7.

Nesse sentido, a emergente crise mundial do capital aponta para novas perspectivas de mobilização social e afirmação da agricultura familiar como estratégica ao desenvolvimento sustentável, democratizando a vida no campo, gerando empregos, respeitando o meio ambiente, promovendo o ser humano e produzindo alimentos saudáveis que garantam não só a segurança, mas a soberania alimentar do país. Os dados do Censo reafirmam a capacidade de resistência da agricultura familiar, que adota um modo de produção camponês diferente daquele do agronegócio, constituindo-se em uma das alternativas às crises econômicas, sociais, alimentares e ecológicas provocadas pela globalização capitalista.

Nesse contexto, o meio rural gaúcho não foge à regra, pois se caracteriza por uma grande diversidade étnica na sua formação cultural, constituída durante as diferen-



tes épocas de ocupação do nosso território. Essa mesma diversidade se expressa nos diferentes perfis de produtores rurais, indo de empresários a sem terras, sendo sua ampla maioria de agricultores familiares, incluindo-se neste público os pescadores artesanais, aquicultores, comunidades quilombolas e povos indígenas.

A estrutura produtiva da agropecuária gaúcha é fortemente influenciada pela sua estrutura fundiária e pelo modelo de colonização implementado ao longo de sua história. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o RS possui 442 mil estabelecimentos rurais, dos quais 379 mil, ou seja, 86% são de agricultores familiares que detêm apenas 31% das terras. Situação oposta é observada nos demais 63 mil estabelecimentos não familiares (14%), que detêm 69% das terras. As áreas rurais gaúchas apresentam um contingente significativo de pessoas com baixa renda. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008, aproximadamente 89 mil domicílios rurais gaúchos tinham rendimento familiar médio inferior a um salário-mínimo e outros 160 mil tinham rendimento entre um e dois salários-mínimos.

As recentes crises mundiais trouxeram fortes impactos sobre a agropecuária gaúcha, especialmente sobre a sua renda. No último período, houve maior internacionalização das empresas presentes no estado por meio de fusões e incorporações por grupos transnacionais em diferentes cadeias produtivas. Aliadas à forte especulação nos mercados internacionais, as mudanças climáticas e as variações cambiais acentuaram os efeitos das oscilações de preços dos produtos agropecuários, resultando em grande instabilidade para o setor, especialmente para as exportações de carnes. Este cenário contribuiu para agravar a capacidade de pagamento dos financiamentos bancários ou contraídos junto a cooperativas e fornecedores de insumos.

Mais recentemente, outras variáveis, que vieram para ficar, assumem grande relevância no desenvolvimento da agropecuária gaúcha e tendem a aprofundar os seus efeitos, especialmente sobre a renda do setor. Incluem-se aí a globalização dos mercados, a mercantilização dos alimentos e a consolidação dos projetos dos grandes grupos econômicos nas diferentes cadeias produtivas (aves, suínos, carne bovina, leite, celulose, tabaco, biocombustíveis e grãos).

A lógica absoluta do mercado tem proporcionado grandes oscilações de preços nos produtos agrícolas nos mercados nacional e internacional em função de diferentes problemas, como especulação com alimentos, subsídios internacionais, variações cambiais, variações de consumo, redução ou aumento dos estoques mundiais, concentração do controle da produção agropecuária mundial, controle da produção de insumos, sementes, industrialização, circulação, comercialização, varejo e climáticos. Esses elementos se traduzem em grande instabilidade dos produtores.



Não obstante, diante de todas as dificuldades enfrentadas no campo, o setor primário é o setor da economia com a maior capacidade de dinamizar outros setores, a jusante e a montante, de forma descentralizada e de rápida resposta, permitindo-se uma retomada acelerada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

1.2. A SDR e suas ações

Foi diante da realidade e do contexto apontados anteriormente e da necessidade de reverter a conjuntura atual que afeta o desenvolvimento rural gaúcho, especialmente a agricultura familiar, que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul instituiu, em 2011, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, com o propósito, entre outros, de promover políticas de apoio à agricultura familiar, quilombolas, pescadores e indígenas, motivando-os à permanência no meio rural, com condições dignas de saúde, educação, segurança e apoiando a diversificação da produção, dentro de uma visão de desenvolvimento territorial sustentável.

“Um rural com gente”, essa é a estratégia da SDR, que se propõe a dar outra dimensão na importância do rural, com uma visão além da produção agrícola e pecuária. O rural, nesta nova perspectiva, é concebido nos seus vários aspectos, a partir do conceito de multifuncionalidade das propriedades e do ambiente da agricultura familiar. Um rural não só de geração de trabalho e renda, mas também de um modo de vida específico, que contribui para a ocupação racional do território, a preservação da cultura, a gestão dos recursos naturais, da paisagem e dos ecossistemas. Enfim, o desenvolvimento nas suas múltiplas dimensões: sociais, econômicas, culturais e ambientais.

Assim, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no bojo de uma reforma administrativa e com esteio na Lei Estadual nº 13.601, de 1º de janeiro de 2011, criou a SDR com as seguintes atribuições:

- a) formular políticas e diretrizes de desenvolvimento territorial rural, conjugação e coordenação de ações governamentais de acordo com as características e peculiaridades socioeconômicas, ambientais e culturais de cada região;
- b) formular, coordenar e executar políticas dirigidas a públicos específicos, quais sejam agricultura familiar, pecuaristas familiares, mulheres trabalhadoras rurais, juventude rural, comunidades quilombolas, assentados rurais, pescadores artesanais e profissionais, aquicultores, agricultores, idosos e povos indígenas;
- c) formular e coordenar políticas e diretrizes de desenvolvimento do cooperativismo;



- d) promover, formular, coordenar e implementar políticas de agroecologia e desenvolvimento rural sustentável preservando a biodiversidade e os agroecossistemas;
- e) promover e executar políticas de desenvolvimento agrícola e não agrícola;
- f) formular, coordenar e implementar políticas para agroindústrias familiares, associações e cooperativas;
- g) criar e aperfeiçoar políticas de proteção socioeconômica e gestão de riscos ambientais;
- h) desenvolver políticas para o fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar;
- i) desenvolver políticas para o desenvolvimento agrário;
- j) implementar a discriminação e a legalização de terras públicas no âmbito de sua competência;
- k) formular, coordenar e implementar políticas de comercialização, abastecimento e segurança alimentar e nutricional;
- l) coordenar e executar políticas de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, formação e capacitação;
- m) implementar políticas de irrigação, abastecimento, armazenamento e usos múltiplos da água em unidades e sistemas produtivos da agricultura familiar;
- n) implementar políticas de certificação, rastreabilidade e selos de qualidade, no âmbito de suas competências;
- o) elaborar e apresentar planos e programas anuais e plurianuais de safras e planejamento estratégico no âmbito de suas competências;
- p) promover, estimular e articular as atividades de produção pesqueira e aquícola, com a consequente formulação de políticas e a implantação de programas e ações para o desenvolvimento sustentável destas atividades, bem como executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

Na envergadura dessas atribuições, a SDR busca promover melhores condições de vida e trabalho aos agricultores familiares, pescadores artesanais, quilombolas e indígenas. Apoia a diversificação da produção, industrialização e comercialização, o bem-estar social, a seguridade social, saúde, educação, políticas específicas para a juventude, mulheres e melhor idade, etc. Assim, cabe a esta Secretaria atender uma gama enorme de demandas, o que requer estratégias específicas e especiais, estrutura forte e parcerias consistentes que ampliem seu leque de atuação e dinamizem seus trabalhos.



A maioria das ações desenvolvidas pela SDR está inserida no Plano Safra RS, criado em 2011, com o propósito de implementar as políticas abrangentes ao meio rural. Atualmente, o Rio Grande do Sul é o único estado brasileiro a possuir um Plano Safra próprio, viabilizando políticas alinhadas aos Planos Safras Federais. Dessa forma, as políticas planejadas e desenvolvidas pela SDR foram concebidas e postas em prática para promover o aumento da produção e a melhoria da renda das famílias, com inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Durante seus primeiros anos de atuação, a SDR criou e implementou diversos programas e projetos estratégicos voltados ao desenvolvimento sustentável no meio rural gaúcho, com destaque para os seguintes:

- ✓ Leite Gaúcho e Pecuária Familiar, Agricultura de Base Ecológica, Fruticultura e Olericultura;
- ✓ Programa Irrigando a Agricultura Familiar e Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura Rural;
- ✓ Programa de Agroindústria Familiar e Sabor Gaúcho;
- ✓ RS Pesca e Aquicultura;
- ✓ Reforma Agrária e Qualificação dos Assentamentos;
- ✓ Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural;
- ✓ Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural;
- ✓ Comercialização e Abastecimento;
- ✓ Ampliação e Qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural;
- ✓ Ações Emergenciais e Troca-Troca;
- ✓ Participação Popular e Cidadã (PPC).

1.3. O projeto de cooperação técnica internacional entre a SDR e o IICA

Diante da realidade do meio rural gaúcho e das necessidades eminentes da SDR na busca de parcerias estratégicas que contribuam e apoiem a concepção de políticas, programas e projetos fundamentados nas teorias e práticas do desenvolvimento rural sustentável, a SDR estabeleceu um projeto de cooperação técnica com o IICA, organismo internacional especializado na temática da agricultura e do desenvolvimento rural, para colaborar tecnicamente com a SDR nos enormes desafios e prioridades estratégicas.



O IICA, fundado em 1942, tem sua Sede Central na Costa Rica e conta com representações em 34 países das Américas, além de um escritório na Europa, localizado em Madri. Presente no país desde 1964, o IICA participou diretamente de experiências inovadoras de planejamento do desenvolvimento do território brasileiro, nas diversas escalas espaciais. Em várias dessas experiências, a instituição prestou apoio técnico a mais de duas centenas de iniciativas de elaboração de planos de desenvolvimento, na organização de conselhos municipais e na implantação de diversos projetos comunitários.

Atualmente, entre as ações de cooperação técnica promovidas pelo IICA no Brasil, destacam-se aquelas orientadas ao desenvolvimento de comunidades rurais com enfoque territorial, considerando-se iniciativas relacionadas ao manejo sustentável dos recursos naturais, à promoção do agronegócio brasileiro, à inocuidade de alimentos e sanidade agropecuária, bem como à tecnologia e inovação voltadas para a modernização da agricultura e ao desenvolvimento rural sustentável.

Nesse contexto, o IICA e a SDR estabeleceram uma parceria com o objetivo de responder aos desafios e à heterogeneidade e diversidade dos territórios rurais gaúchos. A Secretaria, amparada pelas diretrizes da cooperação internacional, buscou a experiência do Instituto para dinamizar e aperfeiçoar seus programas e projetos, baseados na transferência de conhecimentos e no intercâmbio de experiências. Desse modo, em 30 de março de 2012, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica para a execução do PCT “Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado no Rio Grande do Sul”, com vigência de 33 meses.

A essência da cooperação entre a SDR/RS e o IICA foi desenhada para contribuir nos desafios e nas necessidades da Secretaria, tendo como elemento indutor, entre outras, as seguintes premissas:

- a) conhecer melhor e com mais profundidade os problemas, já identificados, que afetam diretamente o desenvolvimento rural, para poder estabelecer prioridades e definir com precisão seus espaços de atuação;
- b) desenvolver conceitos que contribuam para o entendimento da complexidade de suas intervenções;
- c) conceber estratégias e estabelecer vínculos de parcerias com instituições privadas, não governamentais e públicas de diferentes níveis governamentais, para conformar seus níveis de operacionalidade;
- d) ampliar o nível de conhecimento de seus colaboradores e de atores so-



ciais beneficiários de suas ações, até mesmo para assegurar que sua filosofia de atuação esteja clara e possa avançar.

É com essa lógica que foram definidos os objetivos do PCT, que, fundamentalmente, tem um apelo técnico de construção do novo, a partir de informações que, embora disponíveis, estavam dispersas e necessitavam ser ajustadas à realidade gaúcha. Assim, o PCT foi concebido com os seguintes objetivos:

- ✓ Objetivo de Desenvolvimento: promover de forma sustentável o fortalecimento da economia rural de base familiar e cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul.
- ✓ Objetivo imediato 1: aperfeiçoar estratégias e instrumentos de intervenção da SDR e suas instituições vinculadas, que assegurem a gestão ágil e eficiente de programas, projetos e ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.
- ✓ Objetivo imediato 2: aperfeiçoar e ampliar conhecimentos e informações de técnicos, gestores e atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável da agropecuária e do meio rural gaúcho.
- ✓ Objetivo imediato 3: prover conhecimentos técnicos e informações que auxiliem a proposição e a execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das comunidades rurais gaúchas.

Ao longo da trajetória de execução deste PCT, foram produzidos diversos trabalhos, por profissionais qualificados, que propiciaram aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos para o planejamento, a operacionalização e a promoção dos programas e projetos prioritários da SDR, em consonância com as demais políticas setoriais do governo, as quais se pretendem demonstrar neste documento.

O PCT também permitiu auxiliar a SDR fornecendo-lhe subsídios técnicos para efeitos de tomada de decisões por parte das autoridades públicas do estado, de forma a garantir o direcionamento de suas ações aos territórios gaúchos e às áreas rurais prioritárias de sua atuação. Possibilitou, ainda, por intermédio de suporte técnico, cooperar na formulação e no planejamento de projetos produtivos, no estabelecimento de estratégias de integração e no desenvolvimento de capacidades institucionais, mediante diversas iniciativas de capacitação e intercâmbios de agentes públicos e atores locais em temas relacionados ao desenvolvimento rural.

Foto: Lúcio Costi Ribeiro/HICA SDR-RS





2. As diretrizes gerais do projeto de cooperação técnica internacional

A materialização da cooperação técnica se dá por meio de uma intervenção planejada no processo de desenvolvimento de uma instituição, grupo de instituições ou segmentos específicos da sociedade, com objetivos e resultados preestabelecidos a serem alcançados em um prazo definido. Nessa perspectiva que o Governo do Rio Grande do Sul, por intermédio da SDR/RS, estabeleceu um PCT com o IICA, em consonância com suas diretrizes, políticas e programas estaduais para o desenvolvimento rural gaúcho.

Como se trata de um processo interativo, que busca desenvolver capacidades, o PCT foi concebido de forma participativa, com oficinas de construção coletiva entre técnicos do IICA e da SDR, de modo a assegurar que o projeto possa atingir os objetivos propostos, com efetivo impacto sobre o público-alvo ou setor beneficiado e, principalmente, a busca pela sustentabilidade dos resultados alcançados pela cooperação técnica.

Nesse contexto, o PCT foi elaborado a partir dos respectivos conteúdos programáticos que fundamentam uma intervenção planejada:

- a) contexto socioeconômico do setor vinculado ao projeto;
- b) problema específico;
- c) beneficiários diretos e indiretos;
- d) objetivos e resultados do projeto;



- e) estratégica de desenvolvimento e articulação institucional;
- f) matriz lógica;
- g) insumos e orçamento;
- h) cronograma de execução.

2.1. Identificação do projeto

Como dito, a cooperação entre a SDR e o IICA tem como escopo técnico promover o fortalecimento da economia rural de base familiar e cooperativa do Estado do Rio Grande do Sul, conjugando melhoria de renda, qualificação e sustentabilidade social e ambiental.

Nesse sentido, o PCT foi titularizado e identificado como um Projeto para o **“Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa do Estado do Rio Grande do Sul”**. O projeto caracteriza-se por uma vigência de 33 (trinta e três meses), de março de 2012 a dezembro de 2014, e recursos orçamentários na ordem de R\$ 5,2 milhões. O PCT foi desenhado e implementado com foco em quatro objetivos e 14 resultados, conforme descritos a seguir.

2.1.1. Objetivos e resultados

✓ Objetivo de Desenvolvimento

Promover, de forma sustentável, o fortalecimento da economia rural de base familiar e cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul.

- Objetivo imediato 1: aperfeiçoar estratégias e instrumentos de intervenção da SDR e suas instituições vinculadas, que assegurem a gestão ágil e eficiente de programas, projetos e ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.
 - Resultado 1.1. Propostas para o fortalecimento de redes sociais e de cooperativas envolvidas com o desenvolvimento da agricultura familiar e de comunidades rurais elaboradas e validadas.
 - Resultado 1.2. Sistema de monitoramento e avaliação de programas e projetos da SDR proposto e validado.
 - Resultado 1.3. Principais processos de comercialização de pro-



- dados originários da agricultura familiar conhecidos, revisados e validados.
- Resultado 1.4. Alternativas para diversificação das oportunidades de trabalho, emprego e renda não agrícola no meio rural propostas e testadas.
 - Resultado 1.5. Estratégias de fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) revistas, aperfeiçoadas e validadas.
 - Resultado 1.6. Sistema de informações para apoio à tomada de decisões sobre ações em desenvolvimento e sobre resultados alcançados pela Secretaria concebido e validado.
- Objetivo imediato 2: aperfeiçoar e ampliar conhecimentos e informações de técnicos, gestores e atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável da agropecuária e do meio rural gaúcho.
 - Resultado 2.1. Conhecimentos de técnicos da SDR e de atores sociais atualizados ampliados sobre temas relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar com ênfase em: a) agroecologia, b) cooperativismo, c) gestão de empreendimentos cooperativos e agroindustriais, d) gestão de recursos hídricos, e) boas práticas de produção agropecuária, pesqueira e aquícola, f) legislação agrária, ambiental, agrícola e sanitária animal e vegetal, g) crédito e seguro rural e h) industrialização e comercialização da produção.
 - Resultado 2.2. Estratégias de resgate da cultura negra e indígena e de capacitação e assistência técnica para comunidades indígenas e quilombolas concebidas e testadas.
 - Resultado 2.3. Experiências bem-sucedidas, nacionais e estrangeiras, relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, conhecidas por técnicos da SDR e atores sociais.
 - Objetivo imediato 3: prover conhecimentos técnicos e informações que auxiliem a proposição e a execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das comunidades rurais gaúchas.



- Resultado 3.1. Base produtiva atual e potencial do cooperativismo, da pesca artesanal, da aquicultura, da agricultura e da agroindústria familiar gaúcha conhecida e utilizada na sustentação técnica de propostas de políticas públicas.
- Resultado 3.2. Pontos de estrangulamento das principais cadeias produtivas de base familiar (relacionados com o mercado, tecnologia, infraestrutura, crédito e outros) identificados, conhecidos e utilizados como base técnica para a proposição de políticas públicas.
- Resultado 3.3. Estudos técnicos para concepção e implementação de políticas públicas realizados, com ênfase nos seguintes temas: organização social para a promoção da segurança alimentar, isonomia tributária das cooperativas em relação às micro e pequenas empresas, assentamento e reassentamento de agricultores desalojados de áreas indígenas, quilombolas e de barragens, demarcação e regularização fundiária de estabelecimentos rurais, melhorias das condições de infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos, qualificação da infraestrutura produtiva no meio rural e aproveitamento e manejo sustentável dos recursos hídricos e do solo, entre outros.
- Resultado 3.4. Metodologias de identificação, localização e disponibilização de tecnologias voltadas para a produção agroecológica, industrialização e comercialização da produção agropecuária com foco na produção de alimentos saudáveis propostas e validadas.
- Resultado 3.5. Estratégias para dinamizar a integração de programas públicos de diferentes níveis governamentais propostas e validadas.

2.2. Beneficiários

O PCT, em seu escopo técnico e sua estratégia de implementação, baseada em uma abordagem de cunho educativa, permitiu beneficiar, de forma direta e indireta, diversas instituições e órgãos públicos e não governamentais e uma gama considerável de atores sociais vinculados ao processo de desenvolvimento rural do Estado do RS.



- o Beneficiários diretos:
 - a) a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo e, por consequência, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul;
 - b) as instâncias da administração superior do Sistema SDR;
 - c) as instituições vinculadas à SDR:
 - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater);
 - Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (Ceasa/RS).
- o Beneficiários indiretos
 - a) os agricultores e pecuaristas familiares, mulheres trabalhadoras rurais, juventude rural, comunidades quilombolas, assentados rurais, pescadores artesanais e profissionais, aquicultores, agricultores, idosos e povos indígenas do Rio Grande do Sul;
 - b) os diferentes atores econômicos e sociais dos distintos elos das principais cadeias e arranjos produtivos do estado, vinculados à agricultura familiar;
 - c) as cooperativas de agricultores familiares;
 - d) os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais;
 - e) os consórcios municipais e outras entidades da sociedade civil organizada.

2.3. Estratégia de desenvolvimento e articulação institucional

Os objetivos e resultados do PCT, por meio de uma visão multissetorial, permitem a sinergia e a articulação de investimentos produtivos e sociais, contribuindo para o fortalecimento da economia rural de base familiar e cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, a implementação do PCT possibilitou que a SDR fortalecesse suas aptidões e conhecimentos, mediante o desenvolvimento de competências específicas relacionadas aos atores institucionais e sociais, visando ao pleno alcance de suas atribuições governamentais. Nesse sentido, os estudos, as capacitações, as pesquisas e ações de campo, os instrumentos metodológicos e o intercâmbio de boas práticas, entre outros, obedeceram às diretrizes e possibilitaram a coordenação e integração ao ob-



jetivo de desenvolvimento, tido como referência comum a todos os objetivos imediatos, resultados e seus desdobramentos.

Como estratégia de desenvolvimento que caracterizou a presente cooperação técnica, foram assumidas três vertentes:

- a) a disponibilização de informações existentes, porém dispersas, mas que, uma vez reunidas e adaptadas à realidade gaúcha, possibilitou à SDR uma organização mais adequada e consistente para desempenhar seu papel, inédito do ponto de vista da história da organização gerencial do governo do RS;
- b) a transferência adequada, do ponto de vista pedagógico, didático e técnico, de conhecimentos para todos os envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável da agropecuária e do meio rural gaúcho, com especial destaque para o aprimoramento da gestão das cooperativas. No desenvolvimento desta estratégia, diversas modalidades de capacitação foram utilizadas, destacando-se cursos, seminários, intercâmbios técnicos e oficinas de trabalho;
- c) o provimento de conhecimentos técnicos e informações, por meio de estudos que auxiliaram a proposição e a execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das comunidades rurais gaúchas.

A evolução das atividades do PCT foi monitorada por meio de relatórios técnicos trimestrais, enfocando-se a aderência entre os produtos gerados e os resultados almejados. Como visto, todas as ações preconizadas neste PCT têm caráter estratégico e requereram conhecimentos específicos e especializados, uma vez que corresponderam à construção de informações que estão fora da rotina de trabalho dos servidores da SDR.

Seguindo a lógica de descentralização e participação dos atores sociais, as ações do PCT foram executadas de forma descentralizada e apoiadas por parcerias, em âmbito nacional, estadual e municipal, envolvendo entidades governamentais e não governamentais que atuam no desenvolvimento sustentável.

Entre as várias parcerias que, direta ou indiretamente, foram envolvidas na execução do PCT, podem ser destacadas:



- a) entidades do governo estadual, em especial as vinculadas da SDR;
- b) o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), especificamente o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD);
- c) prefeituras municipais;
- d) universidades, centros de ensino e extensão;
- e) organizações sociais e cooperativas de agricultores familiares e pescadores artesanais;
- f) organizações não governamentais de âmbito municipal, estadual e regional que atuam na promoção do desenvolvimento rural sustentável.

2.4. Quadro sintético do projeto de cooperação técnica

Fortalecimento da economia rural de base familiar e cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul

Parceiros e signatários	Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).
Sede do projeto	Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Centro Administrativo Fernando Ferrari. Avenida Borges de Medeiros nº 1501, 3º andar, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre-RS.
Valor	R\$ 5.295.089,32.
Vigência	Março de 2012 a dezembro de 2014 (33 meses).
Objetivo Geral	Fortalecer a economia rural de base familiar e cooperativa do Estado do Rio Grande do Sul, conjugando melhoria de renda, qualificação e sustentabilidade social e ambiental.



Foco dos Objetivos Específicos	1. Fortalecimento da capacidade de gestão da SDR (6 resultados)	Temas: a) metodologias de gestão e avaliação de programas e projetos; b) constituições de cooperativas e fóruns regionais; c) sistemas de monitoria e avaliação; d) experiências pedagógicas e produtivas para a sucessão familiar.
	2. Capacitação de técnicos, gestores e atores sociais (3 resultados)	Temas: a) agroecologia; b) cooperativismo; c) gestão de empreendimentos cooperativos e agroindustriais; d) boas práticas de produção agropecuária; e) legislação agrária, ambiental, agrícola e sanitária animal e vegetal; f) crédito e seguro rural; g) industrialização e comercialização da produção; h) juventude rural.
	3. Estudos técnicos para auxiliar a proposição e a execução de políticas públicas (5 resultados)	Temas: a) pontos de estrangulamento de cadeias produtivas; b) segurança alimentar; c) isonomia tributária das cooperativas; d) assentamento e reassentamento de agricultores; e) demarcação e regularização fundiária; f) aproveitamento e manejo sustentável dos recursos hídricos e do solo.



Foto: Lúcio Costi Ribeiro/IICA SDR-RS

Foto: Lúcio Costi Ribeiro/IICA SDR-RS





3. Produção do conhecimento no âmbito do projeto de cooperação técnica

O Projeto de Cooperação Técnica “Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado no Rio Grande do Sul” possibilitou promover de forma sustentável o fortalecimento da economia rural de base familiar e cooperativa no estado.

O referido PCT contribuiu para o alcance dos desafios e necessidades da SDR/RS, por meio da produção de conhecimentos técnicos, cooperando para o alcance de uma gestão eficiente dos programas e projetos estratégicos da Secretaria, para o desenvolvimento de capacidades individuais e institucionais e para a elaboração de estudos técnicos prioritários para o fortalecimento da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.

Em busca dos resultados previstos no projeto de cooperação técnica, foram desenvolvidos, respeitando-se as diretrizes preconizadas no documento do projeto, trabalhos, estudos, documentos técnicos, diagnósticos, análises, avaliações, recomendações, propostas de estratégias e instrumentos, levantamentos, treinamentos, capacitações, processos de gestão participativa, mobilizações, entre outras intervenções inerentes ao projeto a serem relacionadas neste capítulo e disponíveis ao público-alvo e interessados na forma impressa e/ou eletrônica.



Para a efetiva materialização dos resultados planejados, foi necessária a contratação de profissionais, por meio de processo seletivo, com notório e reconhecido conhecimento técnico, em atendimento às necessidades identificadas e às especificidades dos temas norteadores do projeto.

A seguir, são descritos alguns dos principais resultados técnicos alcançados por meio da cooperação técnica em questão, em prol do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Rio Grande do Sul.

3.1. Gestão eficiente de programas, projetos e ações

Um dos objetivos imediatos do PCT “Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado no Rio Grande do Sul” (Objetivo 1) prevê o aperfeiçoamento de estratégias e instrumentos de intervenção da SDR e suas instituições vinculadas, contribuindo, assim, para a gestão ágil e eficiente de programas, projetos e ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.

Nesse contexto, estão inseridas propostas para o fortalecimento de redes sociais e de cooperativas, sistemas de monitoramento e avaliação de programas e projetos da SDR, informações sobre os principais processos de comercialização de produtos de origem da agricultura familiar, alternativas de diversificação de oportunidades de trabalho, estratégias de fortalecimento do setor de sanidade agropecuária, além de produção de conhecimentos e informações para apoio à tomada de decisões estratégicas pela SDR/RS.

Nessa perspectiva, serão descritos a seguir alguns produtos técnicos desenvolvidos, visando alcançar o objetivo e os resultados anteriormente mencionados relacionados à gestão eficiente de programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento rural sustentável.

3.1.1. Apoio ao sistema da Emater de coleta de dados para o controle e o monitoramento do Programa Leite Gaúcho

O apoio prestado ao sistema da Emater de coleta de dados contribuiu para o aperfeiçoamento do processo de controle e monitoramento do Programa Leite Gaúcho, no período de 2012–2014, que tem como foco os agricultores de leite familiar. Esse apoio foi prestado mediante o es-



tabelecimento de uma forma de coleta de dados sobre as atividades e ações para o desenvolvimento da agricultura familiar referente a produtores de leite e pecuária de corte. Foi realizado o registro dos termos de cooperação com as diferentes entidades produtoras de leite e gado de corte que aderiram ao Programa Leite Gaúcho, além do cadastro dos participantes, como produtores familiares, sindicatos e prefeituras do estado nos Programas Troca-Troca de Sementes e Forrageiras de Inverno e Verão. Foram promovidas iniciativas de capacitação das famílias produtoras de leite e a qualificação dos agricultores familiares em suas diferentes categorias. Foi feita a análise de cadastros e dados para o fortalecimento dos sistemas produtivos, informações sobre a pecuária familiar e dados referentes a pastagens perenes. A análise relacionada ao melhoramento genético subsidiou, ainda, a entrega de kits de inseminação (botijões de nitrogênio líquido, luvas, sêmen, etc.), e foi desenvolvida uma tabela para o registro das Unidades Experimentais de Participação (Uepas) no estado como política de fortalecimento da produção de leite e pecuária familiar.

O contexto deste produto, que contou com o aporte especializado da cooperação técnica internacional, abrange o incremento da quantidade e da qualidade do leite produzido pelos agricultores familiares, com vistas a alcançar um aumento de sua produção e renda, garantir maior segurança alimentar e, sobretudo, melhorar a qualidade de vida e permanência dos jovens no campo nas diferentes regiões do estado, o que possibilita o desenvolvimento rural e a vida dos colonos gaúchos com sustentabilidade.

Segundo dados da Pesquisa da Pecuária Municipal, divulgados pelo IBGE, existem, no estado, mais de 120.000 famílias gaúchas que produzem um volume acima de 100 litros de leite/dia. O Rio Grande do Sul produz mais de 3,9 bilhões de litros anuais, o que equivale a 12% da produção nacional, ficando atrás somente de Minas Gerais. A agricultura familiar é responsável por 85% do total produzido, o que coloca a atividade leiteira como uma importante estratégia na composição da renda dos agricultores e no processo de desenvolvimento econômico e social das regiões produtoras. São mais de 134 mil produtores de leite



no estado, totalizando um rebanho acima de 1,5 milhão de vacas, com produção diária de 10,6 milhões de litros de leite.

A produção de leite é uma atividade típica da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, em pequenas e médias propriedades, cuja contribuição na temática contou com o trabalho desenvolvido entre a Emater e a SDR, com o apoio da cooperação técnica. Os resultados alcançados na busca do desenvolvimento rural sustentável estão alicerçados nos princípios agroecológicos e, em especial, em um trabalho crescente, que é o uso da homeopatia nas propriedades familiares de leite, destacando-se como política inovadora e de novo conceito de agricultura familiar, para além da produção agrícola, pecuária e de negócios.

A metodologia utilizada baseou-se em visitas a campo e em coletas de informações para alimentar as planilhas estabelecidas e estruturar o sistema de monitoramento a fim de verificar o cumprimento das metas trimestrais e anuais definidas pela SDR e Emater. Na execução deste produto, foram projetadas, elaboradas e criadas tabelas e quadros para realizar e obter os dados necessários para monitorar o desenvolvimento, a viabilidade, a marcha e os resultados do Programa Leite Gaúcho. Essas informações podem servir como referência para outras secretarias afins, no sentido de apoiar outros programas para a produção de leite no setor familiar.

Iniciativas de conscientização e capacitação sobre produção e qualidade do leite também foram desenvolvidas, além de reuniões, dias de campo e visitas técnicas a produtores familiares e técnicos agrícolas, palestras em universidades, instituições de pesquisa e propriedades rurais, em temáticas relacionadas à agroecologia, homeopatia, boas práticas, carne orgânica, Programa Leite Gaúcho, entre outras. Foram organizados eventos e atividades de interiorização, em que foram trabalhados conteúdos específicos segundo o público-alvo e suas expectativas. As atividades aconteceram nas propriedades produtoras de leite, cooperativas, sindicatos e associações dos diferentes municípios gaúchos. Durante os dias de campo, visitas técnicas, seminários, oficinas e cursos, foram utilizadas experiências práticas e especializadas como instrumentos metodológicos. A participação nas iniciativas



mencionadas permitiu fortalecer e disseminar o Programa Leite Gaúcho no estado.

Com base nesse produto, à medida que a Emater alimente os dados necessários para o sistema e banco de dados, interagindo sistematicamente com a equipe do Departamento de Agricultura Familiar (DAF) no âmbito do Programa Leite Gaúcho, serão observados importantes benefícios para os agricultores familiares de leite. O sistema permite, então, subsidiar o monitoramento de forma sistêmica da produção e qualidade do leite no âmbito do Programa Leite Gaúcho.

Como alguns dos resultados alcançados, impactados direta ou indiretamente pelo desenvolvimento do produto em questão, pode-se mencionar que o Programa Leite Gaúcho, mediante assinatura dos termos de adesão, encontra-se inserido e funcionando em mais de 273 municípios do estado, sendo que as entidades com termos assinados representam mais de 54,9% se comparado ao total dos municípios do estado. Foram assinados diversos termos de cooperação técnica com cooperativas produtoras de leite, assentamentos, sindicatos rurais e associações do Rio Grande do Sul. No que se refere à capacitação, segundo informações da Emater, a meta de famílias capacitadas com mais de 16 horas, antes do final de 2014, ultrapassa as 17.000 famílias de produtores familiares.

Cabe destacar, ainda, que mais de 18.000 propriedades leiteiras familiares no estado gaúcho foram beneficiadas com as políticas públicas da SDR referentes à entrega a produtores familiares de forrageiras de inverno e verão. Por esse motivo, entre outros fatores e ações, houve melhora na qualidade das pastagens, na alimentação do rebanho das propriedades familiares de leite, na produtividade e na renda familiar. Outro resultado que deve ser mencionado é a melhora da qualidade e produtividade do leite na maioria das cooperativas, associações e produtores familiares independentes, bem como a consolidação de ações de melhoramento genético em mais de 40 entidades do estado para produtores familiares de pecuária leiteira. Ademais, atualmente já funcionam 25 Uepas no estado.

Como beneficiários, pode-se relacionar os mais de 40.000 produtores familiares de leite e de pecuária do estado; as instituições de pesquisa,



como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) temperado e sul, que ativamente trabalharam com ações relacionadas às políticas públicas como o Programa Leite Gaúcho; os produtores de leite capacitados em métodos alternativos de controle de doenças empregando homeopatia; as 167 entidades relacionadas com agricultura familiar que aderiram ao termo de cooperação para trabalhar no Programa Leite Gaúcho (sindicatos de produtores rurais, associações de leite, assentamentos, cooperativas de leite).

Por fim, a grande contribuição a ser destacada com a conclusão deste produto, em que a Emater tem papel fundamental, refere-se à disponibilização à SDR/RS de uma importante ferramenta de informação com dados seguros e que refletem a realidade, diagnosticando a situação dos produtores de leite na sua quase totalidade nos aspectos relacionados à quantidade, qualidade, regionalização e produção.

3.1.2. Estímulo à organização e constituição de novas cooperativas da agricultura familiar e centrais de cooperativas para comercialização

Com vistas a alcançar o resultado do PCT relacionado ao fortalecimento de redes sociais e de cooperativas envolvidas com o desenvolvimento da agricultura familiar, este trabalho de estímulo à organização e constituição de novas cooperativas e centrais de comercialização se desenvolveu em todo o Estado do Rio Grande do Sul e contou com o apoio de sete escritórios regionais distribuídos nos municípios de Porto Alegre, Pelotas, Santa Cruz, Santa Rosa, Frederico Wetsphalen, Erechim e Ijuí. Teve como objetivo principal estimular os processos de organização de cooperativas e de centrais de cooperativas da agricultura familiar, visando melhorar o nível de organização social dos agricultores e qualificá-los para serem mais competitivos na relação com o mercado, possibilitando, assim, ganhos econômicos e de qualidade de vida. Ademais, este produto auxiliou no processo de análise de viabilidade econômica para a constituição de cooperativas singulares e centrais, evitando problemas de insustentabilidade econômica no curto e médio prazo. Contribuiu, ainda, no processo de formação de base para os futuros associados conhecerem o que são sociedades cooperativas, seus direitos e deveres.



Mais que estimular a organização de novas cooperativas e centrais, o trabalho de assessoramento técnico especializado esteve orientado para atender às necessidades de gestão às cooperativas já constituídas e que foram relegadas a segundo plano pelas entidades do cooperativismo empresarial brasileiro.

O Estado do Rio Grande do Sul é reconhecido como o berço do cooperativismo brasileiro, porém, suas entidades de representação pouco fazem para auxiliar na organização de novas cooperativas e recuperar a verdadeira filosofia cooperativista de desenvolvimento da base social. Com isso, uma parcela importante delas não são atendidas e não se sentem representadas. Nesse contexto, além de auxiliar no processo de constituição, buscou-se articular essas cooperativas numa estratégia de redes de cooperativas, como forma de ampliar sua capacidade de resistência e melhorar sua *performance* na relação com o mercado, sobretudo o institucional.

A constituição de qualquer cooperativa e/ou central requer um amplo debate inicial dos objetivos, dos direitos e dos deveres dos associados, para, a partir daí, avançar nos aspectos de avaliação da viabilidade econômica. Concluídas essas etapas, os futuros associados passam por um amplo processo de formação, com apoio dos técnicos das Unidades de Cooperativismo, da SDR e do IICA, discutindo o que são cooperativas, direitos, deveres, princípios, valores, compromissos e os aspectos relacionados à institucionalidade de um empreendimento cooperativo.

Como um importante resultado alcançado, pode-se destacar a constituição de sete cooperativas singulares e de duas centrais de comercialização. Os beneficiários diretos deste trabalho foram os agricultores familiares cooperados e suas respectivas famílias.

Com a possibilidade de acesso a programas e projetos, bem como a chance de atuarem efetivamente no campo econômico, os agricultores beneficiários viram no cooperativismo uma importante organização capaz de atender às suas necessidades, sobretudo as econômicas. Ainda persistem grandes dificuldades nas cooperativas que se originaram há mais de 10 anos e que atuam exclusivamente na cadeia do leite, as quais são submetidas à dependência total de uma atividade que é *commodity* e controlada por poucas grandes empresas.



O trabalho de construir um empreendimento como o de uma cooperativa, na maioria das vezes, necessita de um tempo para amadurecimento e esclarecimento da proposta entre seus cooperados, por isso, todos os seus passos precisam ser cuidadosamente planejados e profundamente debatidos, evitando, com isso, o desvirtuamento dos princípios e valores do cooperativismo. Diversos exemplos de cooperativas construídas sem esse amplo processo de entendimento se transformaram em problemas para a sua base social.

As cooperativas que se constituíram durante esse processo logo se integraram a uma articulação econômica e passaram a atuar efetivamente como fornecedoras de alimentos, tendo renda e articulação política interna. Com isso, o empreendimento ganhou vida econômica e participação social. Apesar dos diferentes conflitos e diversos aprendizados, é possível, a partir dessas práticas, construir mudanças e solidez de uma cooperativa.

3.1.3. Apoio à constituição de fóruns regionais do cooperativismo

Com relação ao fortalecimento de redes sociais e de cooperativas envolvidas com o desenvolvimento da agricultura familiar, este produto teve como principal objetivo apoiar a organização de fóruns regionais do cooperativismo como forma de articulação estratégica das cooperativas da agricultura familiar, visando à construção de redes de intercooperação e à introdução de melhorias técnico-gerenciais, produtivas e educacionais, a fim de incrementar a competitividade das cooperativas e promover a interação e a cooperação entre associados. Buscou-se contribuir nos debates sobre o fortalecimento do cooperativismo regional, estimular a participação das cooperativas nas atividades econômicas, além de colaborar para a qualificação dos diretores e seus associados em cursos de formação e qualificação técnica específica. Realizou-se também a sistematização de experiências exitosas de organização de fóruns que possam contribuir para melhorar a integração entre elas.

O trabalho foi desenvolvido no Estado do Rio Grande do Sul, em regiões onde estão organizadas as Unidades de Cooperativismo (UCPs) – equipe multidisciplinar com a atribuição de desenvolver ações no âmbito



do Programa de Extensão Cooperativa (PEC), apoiando e orientando as cooperativas nas áreas da gestão, tributação, comercialização e produção. A prioridade é dada justamente às cooperativas que aderiram ao PEC, o qual busca incrementar a competitividade e promover a interação e a cooperação entre associados e entre cooperativas.

Ao iniciar o Programa de Extensão Cooperativa no RS, havia uma grande perspectiva em relação à sua aplicação prática e ao seu resultado. No começo, boa parte das energias foi destinada à qualificação dos profissionais que iriam atuar no programa e à montagem da respectiva estrutura para alcançar as metas estabelecidas (organização da Emater/RS). A segunda etapa foi a organização de um programa de informática que pudesse dar suporte às informações geradas e seus respectivos acompanhamentos na execução das atividades. Acreditava-se que apenas uma ação efetiva de gestão para dentro das cooperativas seria suficiente para resolver todos os problemas. Não se previam atividades de articulação para fora da cooperativa (porteira para fora).

Esse processo de mudança contou com o apoio da cooperação técnica SDR-IIICA, por visualizar a necessidade de as cooperativas avançarem no campo dos negócios, até então, pouco e com pouca expressão.

Surgiram, então, os fóruns como espaços informais com orientação para as cooperativas se conhecerem, bem como para conhecer as possibilidades de trabalho, negócios, investimentos, formação, intercooperação e ajuda mútua.

A construção dos fóruns regionais surgiu depois de as cooperativas já terem aderido formalmente ao Programa de Extensão Cooperativa. Embora a prioridade fosse para a participação das cooperativas acompanhadas, todas as cooperativas de uma determinada região, independentemente do ramo cooperativo, foram convidadas a participar.

O processo de debate interno é acordado entre as cooperativas e busca atender da melhor maneira possível às necessidades por elas identificadas. Cada fórum possui sua coordenação, composta por um presidente, um secretário e um tesoureiro, todos eleitos e homologados pelas cooperativas que o compõem.



Destaca-se que a organização do cooperativismo da agricultura familiar no estado já existia em algumas regiões, inclusive com articulação própria. Todas essas instâncias foram respeitadas e valorizadas.

Como resultado alcançado deste produto, pode-se mencionar a criação de três fóruns regionais que congregam em torno de 60 cooperativas. Seus beneficiários diretos foram os agricultores familiares associados, diretores de cooperativas, técnicos da extensão rural, entidades públicas e privadas que adquirem produtos da agricultura familiar, universidades e alunos das escolas públicas.

Cabe destacar que não havia no Estado do Rio Grande do Sul iniciativa alguma de articulação entre as cooperativas da agricultura familiar. Por outro lado, a preocupação do governo em atender uma demanda crescente das cooperativas, sobretudo as da agricultura familiar e da economia solidária, possibilitou avançar também na mudança do marco regulatório do cooperativismo gaúcho, tendo sido construídas e aprovadas 12 leis estaduais de apoio e estímulo ao cooperativismo.

Com base nesse processo, além das ações de planejamento, orientação técnica e construção dos planos de desenvolvimento e aprimoramento, organizaram-se os fóruns do cooperativismo como espaço político de articulação e ampliação do debate.

Nessa perspectiva, os fóruns regionais do cooperativismo se constituem em um espaço fundamental, que deve ser fortalecido, pois é nesses momentos que as cooperativas se identificam e conseguem visualizar saídas coletivas para problemas individuais. Grandes avanços foram dados, principalmente nos aspectos econômicos, uma vez que é nesses fóruns do cooperativismo que as cooperativas visualizam possibilidade de negócios e transações econômicas, considerando a possibilidade de ter a cooperativa do município vizinho como parceira. O processo de animação e coordenação ainda é, talvez, o ponto mais difícil para as cooperativas, pois ainda são dependentes do serviço de assistência técnica.



3.1.4. Sistematização e análise das ações da SDR na execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade compra institucional

Este produto teve como objetivo analisar e avaliar o papel da SDR na execução da modalidade compra institucional do PAA. Por meio desta modalidade, órgãos públicos da União, estados e municípios estão autorizados a realizar compras de alimentos diretamente de agricultores familiares com a dispensa de licitação. O produto realizou a descrição, a sistematização e a avaliação das ações e do papel da SDR na execução da respectiva modalidade do PAA e apresentou sugestões possíveis de melhorias ao processo.

No âmbito das políticas públicas da SDR, o produto insere-se na política denominada “Apoio aos Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar”, com ações que buscam o fortalecimento agrícola e pecuário com base no desenvolvimento das agroindústrias familiares, do cooperativismo e da comercialização local e regional. Nesse sentido, o PAA tem importância estratégica, pois possibilita a comercialização da diversidade de gêneros alimentícios da agricultura familiar, produzidos ao longo do ano.

Alguns elementos conferem a relevância do produto, tais como: a recente criação desta modalidade do PAA (2012), o que exige processos de divulgação e capacitação; a oportunidade de utilizar o recurso público para a contribuição ao desenvolvimento local; a disponibilidade de alimentos da agricultura familiar e o valor considerável de recurso público que os órgãos federais, estaduais e municipais investem anualmente na aquisição de alimentos, tendo como fonte o orçamento próprio.

A elaboração deste produto insere-se no amplo campo da pesquisa social, “por meio da qual se podem obter novos conhecimentos no campo da realidade social” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 4), considerando-se, neste caso, dados e conhecimentos empíricos característicos relacionados à avaliação de programas e enquadrando-se no campo das pesquisas exploratórias. Como técnica de análise para obtenção de seus propósitos, é utilizada a documentação indireta, realizada de duas formas: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. No que tange à



pesquisa bibliográfica, esta tem como fontes “o material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2006, p. 65), no caso específico, a bibliografia relacionada aos temas da segurança alimentar e nutricional, as formas de acesso aos mercados por meio de políticas públicas e a mercantilização. Em relação à pesquisa documental, esta se vale de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico. Para este estudo, em especial, são utilizados como fontes dados e relatórios restritos ao Departamento de Cooperativismo (DCOOP/SDR), bem como dos órgãos públicos compradores, relacionados ao acompanhamento da execução da respectiva modalidade do PAA, visando contemplar informações acerca do papel da SDR neste processo, recursos financeiros aplicados pelos órgãos públicos compradores, público beneficiário, entre outros.

Os beneficiários diretos do trabalho foram os agricultores familiares e suas organizações econômicas (cooperativas), gestores e técnicos de órgãos públicos da União, estados e municípios e técnicos da Emater.

O objetivo principal das ações da SDR em relação à modalidade compra institucional era de realizar ampla divulgação e capacitação, tanto em relação ao público da agricultura familiar quanto aos gestores e técnicos de órgãos públicos e técnicos da extensão rural para iniciar o processo de comercialização de alimentos com base na legislação do PAA.

Por meio da cooperação técnica prestada, constatou-se que a análise das ações aponta que, durante o período 2012-2014, foram realizadas diversas atividades envolvendo os principais atores pertinentes ao tema. Estas atividades foram realizadas em diversas regiões do estado, ampliando assim o processo de divulgação da nova modalidade do PAA.

Como resultado concreto do trabalho da cooperação, pode-se registrar que cinco órgãos públicos iniciaram a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar por meio da modalidade compra institucional, processo que dispensa a licitação. Foram três órgãos federais – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Grupo Hospitalar Conceição (GHC); um órgão estadual – Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe) – e um órgão municipal – Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim (FHSTE).



No total, a compra desses órgãos chegou a quase dois milhões de reais, beneficiando 21 cooperativas gaúchas que comercializaram mais de 800 toneladas de gêneros alimentícios.

Vinculado a este produto, foram realizados oito eventos, entre eles um seminário estadual. No conjunto, tais eventos reuniram 284 pessoas entre gestores e técnicos de órgãos públicos da União, estados e municípios, cooperativas de agricultores familiares e técnicos da Emater, oriundos de 95 municípios.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que o desenvolvimento do produto permitiu, ainda, apoiar a mobilização e a capacitação do público beneficiário, bem como subsidiar agricultores familiares e suas cooperativas e órgãos públicos quanto ao processo operacional de compra e venda de alimentos por meio da modalidade compra institucional. Ao longo do trabalho, foi possível orientar para a utilização dos instrumentos legais, tais como a Chamada Pública e o Projeto de Venda. No encerramento deste trabalho, percebeu-se que tanto os gestores quanto as organizações econômicas da agricultura familiar que iniciaram o processo de comercialização estavam familiarizados com esses instrumentos, tendo condições de continuar o processo com base na legislação do PAA.

3.1.5. Análise e avaliação da execução do PAA, modalidade doação simultânea por municípios do RS

O produto em questão teve como objetivo principal analisar e avaliar as ações desenvolvidas pela SDR na execução do PAA, modalidade doação simultânea por meio de termo de adesão de municípios. Foi realizada a descrição das ações realizadas pela SDR em apoio aos municípios que solicitaram adesão ao PAA, identificação do público beneficiário e avaliação dos resultados alcançados, bem como sugestão de possíveis melhorias na execução do PAA.

No âmbito das políticas públicas da SDR, o produto insere-se, assim como o anterior, na política denominada “Apoio aos Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar”, com ações que buscam o fortalecimento agrícola e pecuário com base no desenvolvimento das agroindústrias familiares, do cooperativismo e da comercialização local e regional. Por



isso a importância estratégica do PAA na possibilidade de comercialização dos diferentes gêneros alimentícios da agricultura familiar. Para tanto, a SDR vislumbrou a possibilidade de ampliar e facilitar a inserção de gêneros alimentícios da agricultura familiar no mercado institucional mediante as diversas modalidades do PAA.

O novo modelo de operacionalização da modalidade doação simultânea do PAA, por meio da adesão de municípios, criado em 2012 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), permite expandir o programa para novas localidades e alcançar novos públicos. O fato de o governo do estado e municípios terem a condição de ser entidades executoras do programa amplia as possibilidades de participação da agricultura familiar no mercado institucional de alimentos.

No caso da modalidade doação simultânea, o processo permite a expansão do programa para todos os municípios, a partir da adesão. A operacionalização da modalidade, segundo orientação do MDS, ocorre por meio de seis etapas: a) termo de adesão; b) pactuação geral de valores e metas; c) pactuação local; d) processo de aquisição e distribuição de alimentos; e) pagamento aos fornecedores e f) apoio financeiro aos executores.

De forma resumida, este modelo operacional traz:

- a) pagamento direto em cartão bancário aos beneficiários fornecedores, por meio de instituição financeira oficial;
- b) novo instrumento de parceria, por meio de termo de adesão e não mais convênios;
- c) fim da necessidade de aporte de contrapartida financeira para executar o programa;
- d) execução por meio de Sistema Informatizado do Programa de Aquisição de Alimentos, o SISPA.

Diante desse novo modelo operacional, o trabalho desenvolvido por meio da cooperação contribuiu também com os processos de divulgação, orientação e capacitação de gestores públicos, para que estes pudessem conhecer e se apropriar da forma de funcionamento des-



sa modalidade e seus instrumentos operacionais e assim poder realizar a aquisição e doação de alimentos em âmbito local. Nesse sentido, as ações de divulgação, capacitação e orientação aos municípios executores do PAA tiveram como resultados:

- ✓ 197 municípios apresentaram solicitação de adesão ao PAA. Considerando o universo de 497 municípios do Estado do RS, foram atingidos 40%;
- ✓ desse total, considerando o período de 2013 e 2014, 121 tiveram o Termo de Adesão já aprovado pelo MDS, os demais ainda estão em fase de adesão;
- ✓ do conjunto de municípios que tiveram o termo aprovado, 10 iniciaram a compra e doação em 2013. Em 2014, 26 municípios estão efetuando a compra e doação, os demais ainda estão em fase de planejamento;
- ✓ as operações de aquisição em 2013 dos 10 municípios somaram R\$ 1.007.523,00. Esse recurso beneficiou 373 agricultores familiares que comercializaram 352.771 kg de alimentos;
- ✓ as operações de aquisição em 2014, considerado até o mês de julho, dos 26 municípios somam R\$ 1.257.353,00. Este recurso beneficiou 496 agricultores familiares que comercializaram 300.556 kg de alimentos;
- ✓ no total dos dois anos, o valor investido na aquisição soma R\$ 2.264.876,00 e beneficiou 869 agricultores familiares que comercializaram 653.328 kg de alimentos;
- ✓ durante esses dois primeiros anos, foram também beneficiadas 138 entidades socioassistenciais com a doação dos alimentos. São entidades públicas e privadas.

Inicialmente, foram realizadas diversas reuniões de divulgação do novo modelo operacional da modalidade doação simultânea. Os encontros foram realizados nas diversas regiões do estado. Ao todo, foram realizados 27 eventos com a presença de 764 pessoas oriundas de 188 municípios. Na sequência, foram realizadas capacitações em que foram abordados



os aspectos mais operacionais. Ao todo, foram realizados 16 encontros de capacitação atingindo-se 609 pessoas de 195 municípios. A maioria do público presente foi de gestores públicos, porém, também houve participação de técnicos da Emater e agricultores familiares.

Por meio do trabalho desenvolvido pela cooperação, foi possível divulgar o novo modelo operacional da modalidade doação simultânea do PAA, possibilitando a centenas de pessoas apropriarem-se do assunto e, assim, poder efetuar a adesão ao PAA e iniciar o processo de aquisição de alimentos diretamente dos agricultores familiares, além de realizar a doação às entidades socioassistenciais.

Com base na análise técnica do trabalho, constatou-se que alguns elementos são importantes e determinantes para o alcance dos objetivos do PAA. Entre esses elementos destacam-se:

- ✓ a disponibilidade dos técnicos do MDS no andamento dos processos no âmbito do Ministério e o apoio na orientação aos gestores municipais e estaduais ao devido fluxo das etapas de execução do PAA;
- ✓ o desenvolvimento do SISPA, que agregou facilidade, agilidade e maior transparência ao processo de execução;
- ✓ a elaboração de manuais operativos pelo MDS e outros instrumentos operacionais acessórios desenvolvidos pela SDR, que facilitaram a compreensão dos gestores locais no que se refere às seis etapas de execução do PAA;
- ✓ a disposição dos técnicos da SDR em esclarecer dúvidas e acompanhar rotineiramente os municípios em cada uma das etapas de execução. O fato de os municípios terem uma referência mais próxima facilita o diálogo e dá mais agilidade ao processo;
- ✓ o sucesso da execução no município é diretamente proporcional à disponibilidade e ao interesse dos gestores e técnicos locais responsáveis pela condução do PAA designados pelo Poder Público.



3.1.6. Apoio na mobilização do processo de Participação Popular Cidadã (PPC) que orienta a elaboração e a tomada de decisão das políticas públicas e contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, pescadores, indígenas, quilombolas e famílias assentadas da reforma agrária

Este produto enquadra-se no resultado relacionado ao sistema de informações para apoio à tomada de decisões e tem como objetivo geral auxiliar na mobilização do processo de Participação Popular Cidadã para os anos de 2013-2014 e 2014-2015 que orienta a elaboração e a tomada de decisão das políticas públicas e contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, de pescadores, indígenas, quilombolas e de famílias assentadas da reforma agrária (beneficiários diretos).

As demandas da PPC devem alinhar-se ao Programa do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, considerando a agregação nas áreas temáticas do Desenvolvimento Rural e da Irrigação. Devem ser considerados tanto as deliberações das conferências e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) quanto os diferentes processos de diálogo do governo com a sociedade, notadamente as iniciativas das interiorizações, os diálogos para o desenvolvimento e o Programa de Enfrentamento às Desigualdades Regionais. A PPC deve orientar o estabelecimento de demandas com impacto regional e chamar atenção aos impedimentos de natureza legal e/ou técnica.

O Sistema Estadual da PPC é formado por quatro instâncias: Decisões Orçamentárias, Controle Social, Diálogos Sociais e Participação Digital, e integra as ações do governo junto à participação da sociedade civil, por meio dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e Conselhos Setoriais de Direitos.

Todas as dimensões são perpassadas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que constituem uma agenda social mundial de direitos humanos básicos, estabelecida no ano 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU), com prazo para serem contemplados por metas e indicadores até 2015. A organização do sistema e suas atribuições foram normatizadas pelo Decreto nº 49.765, publicado no *Diário Oficial do Estado (DOE)* no final de 2012.



Entre as secretarias estaduais estão reunidos no Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã: o Gabinete do Governador e a Secretaria-Geral de Governo, com o Gabinete Digital; a Secretaria-Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES); o Gabinete do Vice-Governador, com o Programa de Combate às Desigualdades Regionais; e o Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas, Casa Civil e a Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (Seplag), com o PPA Participativo e o Ciclo do Orçamento, que integram o Orçamento Participativo (OP) e deliberação direta mediante a votação de prioridades.

Assim, o atual governo do estado tem como alinhamento político atender às requisições da sociedade gaúcha que estão em sintonia com o PPA 2012–2015 por meio do PPC. Para tanto, utiliza como diretrizes a transparência e a participação popular, de modo que a população é ouvida e atendida por um processo permanente de demandas e atendimento, adotando-se efetivamente o processo participativo de tomada de decisão.

Essas diretrizes definem a linha política do atual governo, de inversão de prioridades, de atendimento à população em suas reivindicações mais prementes e de estímulo à economia de baixo para cima, ou seja, incentivando a economia agrícola por dentro da agricultura familiar.

O processo da PPC é um método de definição do orçamento de forma participativa, por meio da realização de audiências, reuniões, assembleias regionais e municipais, em que a população gaúcha vota suas demandas. De acordo com a votação e os critérios metodológicos, são estabelecidas as prioridades regionais de aplicação do orçamento que variam conforme a região de cada Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede). A população também participa votando pela internet com os mesmos critérios e em urna presencial com o uso de cédula.

O processo da PPC abrange todo o Rio Grande do Sul de acordo com as regionais dos Coredes estabelecidas pela Constituição Estadual no artigo 166 ao artigo 170, pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e pelo Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994.



O processo da PPC 2014-2015 resultou na participação de mais de 1,3 milhão de gaúchos votando no Sistema de Participação Popular e Cidadã, uma iniciativa do governo do estado que permite que o cidadão gaúcho escolha as prioridades da sua região para o Orçamento de 2015. Obteve-se a maior votação digital do mundo em orçamento público, com 255.751 votantes, mais 1.059.842 que participaram da votação presencial, totalizando 1.315.593 votantes. As áreas priorizadas na PPC 2014-2015, na maioria dos Coredes, foram Saúde, Segurança Pública e Defesa Civil, Esporte, Lazer e Turismo, *Desenvolvimento Rural*, Educação Básica, Profissional e Técnica e Desenvolvimento Econômico. Assim, tem-se como resultado a classificação da temática do “Desenvolvimento Rural” sempre entre a terceira e a quarta posição de todas as áreas temáticas priorizadas, o que demonstra que essa é uma área importante para a economia de base familiar que dinamiza o desenvolvimento local e regional no interior do estado, assim como o atendimento das demandas da PPC.



Figura 1: Audiência pública regional da PPC 2013-2014 no Corede Litoral – Osório-RS. Fonte: SDR/RS.



Figura 2: Audiência pública regional da PPC 2013-2014 no Corede Paranhana – Taquara-RS.
Fonte: SDR/RS.



Figura 3: Divulgação dos resultados da PPC 2014-2015 pelo Governador Tarso Genro no Palácio Piratini – Porto Alegre-RS. Fonte: SDR/RS.

3.1.7. Apoio às ações do Programa Água para Todos e melhorias das condições de infraestrutura básica do meio rural

Este produto tem como objetivo principal prestar apoio às ações do Programa Água para Todos e propor melhorias das condições de in-



fraestrutura de famílias de pequenos produtores de assentamentos da reforma agrária, quilombolas, comunidades indígenas e comunidades rurais. Nesse contexto, o foco principal é o acesso à água potável pelas famílias beneficiadas, sendo 5.500 as famílias beneficiárias diretas.

Atualmente, o Estado do Rio Grande do Sul tem 317.963 pequenas propriedades de agricultura familiar, ocupando uma área de aproximadamente 5.454.800 ha. Essas propriedades de agricultura familiar encontram-se em todas as regiões do estado, desde a região do bioma pampa, na metade sul do Rio Grande do Sul, que tem como características produtivas predominantes a pecuária extensiva e a produção de arroz na média e grande propriedade e a pecuária leiteira e subsistência na pequena propriedade de base familiar, até a região da Mata Atlântica ao norte do estado, caracterizada pelas monoculturas de soja, milho, trigo e outras. Na metade sul do estado, devido à grande quantidade de latifúndios, ocorrem vazios demográficos que proporcionam grandes distâncias entre as propriedades e os centros urbanos, aumentando os problemas de infraestrutura básica, tais como, água, estradas, energia elétrica, escolas, saúde, entre outras.

Nesse sentido, a SDR apresentou “os programas e as políticas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para a agricultura familiar”, que têm como objetivo reestruturar as cadeias produtivas vinculadas à agricultura familiar que representam 27% do PIB gaúcho, de forma a viabilizar a permanência das famílias no campo de forma digna. É preciso fortalecer o setor e consolidar o papel do estado no desenvolvimento da agricultura familiar para que este segmento possa produzir para o autoconsumo e comercializar o excedente, agregando valor à produção primária. Foi nessa perspectiva que a SDR, especialmente pelo seu Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA), consolidou, junto ao Ministério da Integração Nacional (MI), o Programa Água para Todos, visando principalmente amenizar os efeitos das fortes estiagens pelo qual a metade sul do estado é assolada historicamente.



As comunidades de agricultores, assentados, quilombolas, indígenas e pescadores possuem grande importância, principalmente no âmbito da inclusão social, sendo protagonistas de uma política de distribuição de renda. O Programa Água para Todos visa atingir principalmente essas comunidades, oportunizando novos empregos na região e, de alguma maneira, aumentando o nível de renda das famílias. Os recursos deste programa provêm do MI, via Sistema Integrado de Convênios (SI-CONV), sendo 38 milhões do Governo Federal e 2 milhões de contrapartida do governo do estado. Devido à importância desta ação para o DDA, surge a necessidade de consolidar um processo de descrição dos procedimentos do programa para melhor monitorá-lo. Para atender a essa demanda, foi desenvolvido o trabalho em questão.

A fim de conhecer melhor e aperfeiçoar o programa no estado, além de fornecer informações seguras à SDR para a tomada de decisões, foram realizadas visitas de campo, levantamentos e análises de dados referentes às ações de trabalho, sistematização e avaliação de informações, reuniões com técnicos do DDA, com o propósito de atualizar informações e organizar ações, bem como registros fotográficos, a fim de construir uma memória do trabalho.

Com base na análise dos resultados, no âmbito do Programa Água para Todos, foi possível constatar a realização de diversas iniciativas, como perfuração e instalação de poços artesianos, adutoras, reservatórios e redes de distribuição de água potável; a discussão do Estatuto de Regimento Interno do Funcionamento do Sistema Coletivo de Abastecimento de Água e do uso racional da água nas comunidades beneficiárias; um processo de conscientização dessas comunidades quanto ao manejo de práticas agrícolas e pecuárias, visando à conservação da água, tanto de superfície como de subsolo, com ênfase nos insumos da agricultura e pecuária orgânica e resultado direto na melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas no Programa Água para Todos. Foi proposta, ainda, a criação das associações, comissões comunitárias (responsáveis pela gestão e manutenção das redes de distribuição de água) e de comitês gestores municipais, que darão apoio às comissões comunitárias.



3.1.8. Criação de um sistema de coleta de dados para subsidiar o controle e monitoramento dos convênios e contratos federais firmados pela SDR

A proposta de criação de um sistema de coleta de dados para subsidiar o controle e o monitoramento dos convênios e contratos federais firmados pela SDR foi importante para poder avaliar, por meio de relatórios, a execução desses instrumentos, identificando os entraves e propondo soluções para a atuação junto aos concedentes e beneficiários. Teve como finalidade buscar uma implementação eficiente dos recursos, bem como atender às necessidades do público-alvo. Foram propostos processos de acompanhamento e ações voltadas para o cumprimento, de forma satisfatória, das metas estabelecidas nos convênios e contratos, para atingir os objetivos de fortalecimento da agricultura familiar.

A orientação técnica realizada no monitoramento dos contratos de repasses e convênios federais, firmados pela SDR, refere-se a recursos aplicados em temas relacionados à assistência técnica para o desenvolvimento da agricultura, a capacitação, aquisição de equipamentos de perfuração de poços tubular profundo para ampliar e facilitar o acesso à água para as populações localizadas em regiões castigadas pela seca ou estiagem, entre outros. O produto tem como público beneficiário os reassentados, os atingidos por barragens, as populações ribeirinhas, os agricultores familiares, pecuaristas familiares, assentados, pescadores artesanais, indígenas e quilombolas, bem como os gestores envolvidos na execução desses instrumentos.

Os contratos de repasses e convênios federais estão inseridos no contexto das políticas públicas dos Programas de Qualificação da Infraestrutura Básica e Produtiva dos Assentamentos, Programa Irrigando a Agricultura Familiar, Programa RS Pesca e Aquicultura, Programa Cooperativismo Rural, Programa Erradicação da Pobreza no Meio Rural do RS, Ampliação e Qualificação da Assistência Técnica e da Extensão Rural, visando à promoção do desenvolvimento rural de forma sustentável e qualificada.

As informações coletadas nos diversos departamentos da SDR, envolvidos nas execuções dos convênios e contratos de repasses, foram ta-



buladas e analisadas no sentido de identificar formas de atendimento e de dar agilidade para soluções das situações apresentadas, cumprindo-se as condições estabelecidas nos contratos.

A proposta desse sistema de monitoramento utiliza como ferramenta um sistema em Access, estruturado por meio dos dados coletados dos processos de contratos de repasses e convênios nas divisões de convênio, orçamento e finanças, de contrato e licitações e decaptação de recursos, visando agilizar o monitoramento e facilitar o acesso às informações referentes a estes contratos a todos os gestores, com a finalidade de localizar com rapidez os gargalos e encaminhar as soluções.

Como resultado positivo alcançado com o desenvolvimento deste banco de dados, pode-se destacar que, com a concentração das informações em uma única fonte de dados, há uma maior agilidade para a tomada de decisões, uma vez que se tem a possibilidade de vislumbrar os contratos de repasses e convênios federais na exata fase em que se encontram e de maneira atualizada, a partir de uma visão sistêmica. O banco de dados em questão já está em uso por algumas áreas envolvidas na gestão dos contratos e convênios, gerando importantes relatórios gerenciais. Com a otimização das informações, é possível fazer uma avaliação mais rápida e precisa dos entraves encontrados para a execução dos projetos da Secretaria e encaminhar as soluções.

3.1.9. Sistematização do processo de organização das agroindústrias familiares que compõem os arranjos produtivos locais de agroindústrias e alimentos no Rio Grande do Sul

Este produto teve como área estadual de abrangência as regiões do Médio Alto Uruguai, Celeiro, Missões, Sul, Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari. O objetivo principal foi sistematizar o processo de organização das agroindústrias familiares das regiões de Arranjos Produtivos de Agroindústrias e Alimentos no RS, promovendo a inclusão e formalização destas no Programa de Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho da SDR. Foi realizado, ainda, o levantamento das agroindústrias das regiões citadas quanto à situação cadastral no Programa de Agroindústria da SDR, à produção, à utilização de recursos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais



(Feaper) e à adesão de municípios ao Sistema Unificado Estadual de Saúde Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (Susaf).

Entende-se por arranjo produtivo local (APL) um recorte de segmento econômico com base regional, uma parcela de cadeia produtiva, de caráter essencialmente regional, territorial e de cooperação público-privada. A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo participa do Núcleo Estadual de Ações Transversais (NEAT), organizado pela Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), com o objetivo de apoiar o fortalecimento e a organização das agroindústrias familiares. Em 2012 e 2013, a AGDI, com o objetivo de selecionar 20 novos APLs a serem enquadrados no Programa de Arranjos Produtivos Locais do Estado, lançou editais de seleção, nos quais foram enquadrados os seguintes APLs: de agroindústria das regiões Celeiro, Médio Alto Uruguai, Missões, Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo, além do APL de alimentos da região sul.

Nesse contexto, por meio da contribuição da cooperação técnica SDR-IICA, foi realizada a sistematização do processo de organização dos APLs de agroindústria e alimentos. Os APLs também foram sistematizados quanto à produção e ao segmento, bem como com relação aos financiamentos solicitados via Feaper pelo Programa de Agroindústria e municípios dos APLs que pediram adesão ao Susaf. Esta sistematização foi realizada por meio da identificação das agroindústrias pertencentes aos APLs que fazem parte do Cadastro de Agroindústria da SDR e do banco de dados do Feaper mantido pelo Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento da SDR. Junto à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (Seapa) foi levantada, ainda, a relação de municípios que fizeram adesão ao Susaf.

Como resultado do trabalho técnico desenvolvido, pode-se destacar que, atualmente, as agroindústrias sistematizadas pertencentes aos APLs e atendidas pelo Programa de Agroindústria da SDR são: 164 na região das Missões; 73 na região do Médio Alto Uruguai; 77 na região sul; 143 na região do Vale do Rio Pardo; 137 na região do Vale do Taquari e 82 na região Celeiro, somando-se um total de 676 agroindústrias. As agroindústrias pertencentes aos APLs foram divididas em cinco



segmentos diferentes: origem animal, vegetal, bebidas, diversos e não informado. No segmento de origem animal, há um total de 221 agroindústrias cadastradas e 58 inclusas. No segmento de origem vegetal, há um total de 393 cadastradas e 91 inclusas. No segmento de bebidas, há 29 cadastradas e 10 inclusas. As categorias dos diversos e não informados somaram 33 cadastradas, sendo que, destas, está inclusa uma dos diversos. Tal categoria contempla produtos de origem vegetal, animal e bebidas.

Em julho de 2014, portanto, esses APLs somaram 676 agroindústrias cadastradas e 160 agroindústrias inclusas no programa e aptas a comercializar. Mais da metade das agroindústrias cadastradas e inclusas se concentraram no segmento de origem vegetal, mas o segmento animal também é bastante representativo. A exceção foi a região sul, onde os segmentos de origem animal e vegetal tiveram aproximadamente a mesma participação e as inclusas de origem animal superaram as de origem vegetal. Os beneficiários do Feaper, entre 2012 e dezembro de 2014, contabilizarão aproximadamente um total de 171 agroindústrias, somando aproximadamente R\$ 1.770.000,00 em recursos para as agroindústrias. Até maio de 2014, 60 municípios, pertencentes a regiões de APLs, fizeram adesão ao Susaf, facilitando a formalização de pequenas agroindústrias de origem animal em todo o estado. A sistematização das agroindústrias familiares pertencentes aos APLs apresenta um panorama geral destas agroindústrias e possíveis entraves a sua legalização. A criação de um *software* de banco de dados unificando todas as informações sobre as agroindústrias seria de grande importância e utilidade na execução de novas ações e políticas públicas para as agroindústrias pertencentes aos APLs do Estado do Rio Grande do Sul.



Figura 4: Reunião do APL da região Celeiro-RS. Fonte: SDR/RS.



Figura 5: Reunião do APL da região Vale do Rio Pardo-RS. Fonte: SDR/RS.

3.1.10. Proposta para abertura de mercado para as agroindústrias familiares

O presente trabalho técnico desenvolvido propôs iniciativas visando à abertura de mercado para as agroindústrias familiares e teve como evento mobilizador a Copa do Mundo FIFA 2014. Buscou-se apoio jun-



to a entidades públicas e privadas para fomento às feiras de produtos da agricultura familiar gaúcha; envolvimento com a Campanha Brasil Orgânico e Sustentável do MDS e apoio na mobilização e promoção de feiras e eventos que oportunizassem a abertura de mercado para as agroindústrias familiares, incluindo a realização de uma feira em Porto Alegre durante a Copa do Mundo FIFA 2014. O trabalho realizou, ainda, uma avaliação referente às vendas de pelo menos uma feira de maior representatividade. Os beneficiários diretos deste trabalho foram as agroindústrias familiares incluídas no Programa de Agroindústria da SDR.

Com relação ao contexto do produto, cabe destacar que o turismo se constitui em um fator relevante na promoção do desenvolvimento econômico e possui um efeito multiplicador por beneficiar o crescimento de outros segmentos. Entre as potencialidades da Região Sul do Brasil está a culinária, herança de múltiplas colonizações (italiana, alemã, portuguesa), a qual se verifica na diversidade dos produtos da agricultura familiar gaúcha que vêm ganhando cada vez mais espaço junto ao consumidor.

Por meio do Programa de Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho, gerido pela SDR, agricultores familiares, comunidades quilombolas e pescadores artesanais recebem apoio para a implantação e legalização de agroindústrias familiares, assistência técnica e extensão rural, qualificação profissional e para participação em feiras, eventos e pontos de comercialização. A realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo FIFA 2014, que apresenta visibilidade nacional e internacional, proporciona à cidade sede e a outras regiões do estado a oportunidade de mostrar o seu potencial social, cultural e ambiental. Nesse sentido, parcerias entre o poder público e o setor privado podem contribuir para o melhor aproveitamento das oportunidades que um evento mundial pode proporcionar aos diferentes setores da economia.

A proposição e o apoio técnico prestado no estabelecimento de parcerias foram cruciais para o alcance do objetivo previsto, envolvendo o MDS, o MDAe o Comitê Gestor da Copa 2014/RS (CGCOPA), no qual houve a participação da SDR na Câmara Temática de Meio Ambiente



e Sustentabilidade pela Campanha Brasil Orgânico e Sustentável do MDS. Foi possível a viabilização de espaço em Porto Alegre para a realização de uma feira durante a Copa do Mundo FIFA 2014 e para a instalação do Quiosque da Campanha Brasil Orgânico e Sustentável. Foi firmada parceria com o Sebrae/RS, por meio do Projeto Sebrae 2014 – “Promover o Agronegócio Gaúcho”, em Caxias do Sul, a fim de desenvolver ações de apoio, como feiras e rodadas de negócios, a agroindústrias familiares inclusas no Programa de Agroindústria aptas a fornecer seus produtos para Porto Alegre. Foram analisadas as vendas da Feira da Agroindústria Familiar/Susaf-RS, realizada em Torres, de 28 de fevereiro a 3 de março de 2014, e as vendas da Feira da Agricultura Familiar Sabor Gaúcho/Susaf-RS, realizada em junho de 2014, durante a Copa do Mundo FIFA 2014.

Como exemplos de alguns dos resultados alcançados, fruto do trabalho técnico desenvolvido por meio da cooperação SDR-IIICA, pode-se mencionar, no âmbito da parceria firmada com o Projeto Sebrae/RS, a adesão de 42 agroindústrias familiares inclusas no Programa de Agroindústria Familiar da SDR. Entre as ações de apoio técnico a essas agroindústrias estão a realização de diagnóstico de competitividade por meio da aplicação da Matriz de Competitividade da empresa; a realização de diagnóstico comercial das agroindústrias pela matriz Comércio Brasil; a participação de 12 agroindústrias na Expotchê (em Brasília, de 5 a 14 de julho de 2013); a realização de Rodada de Negócios durante a Expointer 2013, em Esteio, com a participação de 22 agroindústrias familiares, como ofertantes, e 10 empreendimentos de Porto Alegre como demandantes (a Rodada fechou com uma estimativa de R\$ 80.000,00 em vendas futuras para o período de agosto de 2013 a agosto de 2014); a participação de quatro agroindústrias familiares, do setor de cachaça, na Expocachaça – Dose Dupla 2013 (em São Paulo, de 3 a 8 de setembro de 2013); a participação de 14 agroindústrias familiares no 6º Salão Internacional do Artesanato-ExpoBrasília (em Brasília, de 6 a 10 de novembro de 2013); o apoio à 2ª edição da Feira da Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho/Susaf-RS (em Torres, de 28 de fevereiro a 3 de março de 2014, com participação de 39 empreendimentos); e apoio à realização da Feira da Agricultura Familiar Sabor Gaúcho/Susaf-RS (no



Cais do Porto, em Porto Alegre, de 12 a 29 de junho de 2014, com 104 agroindústrias familiares).

Por meio da avaliação técnica realizada, pode-se constatar, no âmbito da análise de vendas das feiras de Torres e de Porto Alegre, que os segmentos com maiores vendas totais foram os de origem animal, com destaque para os laticínios.

3.1.11. Avaliação das estratégias e instrumentos de implementação do Suasa e Susaf junto aos municípios com agroindústrias familiares do Programa Sabor Gaúcho

Este produto enquadra-se no objetivo previsto no PCT relacionado às estratégias de fortalecimento do Suasa. O trabalho técnico desenvolvido objetivou avaliar as estratégias e os instrumentos de implementação dos Sistemas Sanitários Suasa e Susaf no estado. Foi realizado um estudo de caso sobre o processo de adesão ao Susaf em um município; outro estudo de caso sobre o processo de adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi) - Suasa mediante um consórcio de municípios; foram analisados, ainda, por meio dos dados do Programa Estadual de Agroindústria Familiar, os produtos de origem animal produzidos e comercializados no estado; e, ainda, a cadeia produtiva de uma espécie pecuária. Teve como beneficiários os agricultores familiares que beneficiam produtos de origem animal, além de gestores públicos (municipais, estaduais e federais).

O aumento da demanda por alimento impulsiona o crescimento da agricultura e da pecuária para a produção de diferentes produtos, a fim de atender às necessidades da população. Em função disso, surge grande preocupação quanto ao fornecimento de alimentos seguros, ou seja, com garantia de higiene e de qualidade, bem como de evitar problemas com doenças veiculadas por alimentos, fraudes, clandestinidade, disposição irregular de resíduos, entre outros.

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária é o Sistema Brasileiro de Defesa Agropecuária, Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroin-



dustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte é o Sistema Estadual de Defesa Agropecuária coordenado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul. Ambos têm como objetivo a padronização e harmonização dos procedimentos de inspeção sanitária, bem como de garantir que um produto oriundo de uma indústria, por menor que seja sua dimensão, tenha o mesmo controle de processos higiênico-sanitários das indústrias de grande porte. Apesar da importância, os sistemas não tiveram grande volume de adesões, como era esperado pelos gestores.

A Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul (Lei nº 13.921/2012), em execução por meio do Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF), apresenta como um dos seus objetivos contribuir para a implementação dos sistemas nacional e estadual de inspeção, bem como apoiar os serviços de inspeção e de fiscalização de produtos das agroindústrias familiares.

Diante desse contexto, foram avaliadas as ações desenvolvidas no estado para a mobilização dos municípios na adesão ao Suasa e ao Susaf pela Seapa e pela SDR, no período compreendido entre março de 2013 a julho de 2014. Realizou-se o levantamento dos municípios que apresentam o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) mediante pesquisa junto à Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), período de março a outubro de 2013. Verificaram-se, a partir dos dados do PEAF, os estabelecimentos que produzem e comercializam produtos de origem animal. Buscou-se, por meio de contato direto com representantes das agroindústrias, reconhecer e apontar as rotas, as dificuldades e o sucesso na comercialização dos produtos das agroindústrias familiares gaúchas. Estudos de casos serviram de base para análise, avaliação, conclusões e recomendações na temática.

Os resultados do trabalho técnico desenvolvido no âmbito da cooperação SDR-IICA mostraram que o Rio Grande do Sul é um dos poucos estados do país que apresentam adesão ao Suasa. Dos sete municípios que aderiram, no entanto, nenhuma agroindústria familiar está sob inspeção deste Sistema. Sobre o Susaf, até o início de julho de 2014, 208 municípios encaminharam o pedido de adesão, porém 82% não envia-



ram os documentos para a realização da auditoria documental. Apenas dois municípios estão homologados: São José do Sul e Salvador do Sul, ambos da região metropolitana. Entre as estratégias de incentivo às adesões estão: entrega de kits contendo veículos para uso exclusivo do serviço, material de informática e mobiliário; a realização de capacitações de técnicos do SIM; a organização de Comitês Regionais de Agroindústrias nas regiões que concentram maior número de pedidos de adesão para os municípios e onde existe o maior número de agroindústrias familiares cadastradas pelo Programa Estadual de agroindústria; e a elaboração de manuais explicativos e orientativos.

Em ambos os sistemas, verificou-se que as principais dificuldades para adesão são o desconhecimento da legislação; a falta de interesse dos gestores públicos em investir na estruturação do SIM; a falta de fiscalização no trânsito de produtos com inspeção municipal e estadual; e a insuficiência de recursos financeiros e humanos nos municípios.

Sobre a realização do estudo de caso na Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, centro do estado, observou-se que, das 57 agroindústrias identificadas na região composta por nove municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Região da Quarta Colônia (Condesus), que participam do Programa de Agroindústria Familiar, 36 são de origem vegetal e 20 de origem animal. No caso da região do Condesus, por serem agroindústrias de pequeno porte, observou-se que poucas teriam condições de fornecer produtos para outros estados, visto que a demanda interna é capaz de absorver toda a produção. O Susaf, por sua vez, constitui estratégia importante para a região, pela proximidade entre os municípios, bem como de dois centros urbanos maiores, os municípios de Santa Maria e Cachoeira do Sul. Percebe-se, no entanto, a prevalência dos processamentos artesanais informais ainda em função de aspectos culturais fortemente arraigados. Muitas dessas unidades produzem e comercializam produtos sem nenhum tipo de inspeção.



Figura 6: Palestra sobre o Programa de Agroindústria - Santa Maria-RS. Fonte: SDR/RS.



Figura 7: Produtos sob inspeção Sisbi-Suasa na Feira Frinape - Erechim-RS. Fonte: SDR/RS.



3.1.12. Avaliação do desenvolvimento do Projeto de Fomento à Inclusão Produtiva de Agricultores Familiares do RS

O presente trabalho técnico teve como objetivo principal avaliar o desenvolvimento do Projeto de Fomento à Inclusão Produtiva de Agricultores Familiares no Rio Grande do Sul em 69 municípios do estado pertencentes a oito territórios.

O projeto em questão integra o Programa de Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural, com atuação conjunta do Governo do Estado do RS e do MDA e do MDS, por meio de convênio com a Emater/RS. Este projeto tem por objetivos estimular a geração de trabalho e renda com sustentabilidade, promover a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários, incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação social, educacional, técnica e profissional, incentivar a organização associativa e cooperativa de seus beneficiários, propiciar a inclusão socioprodutiva e econômica das famílias, ampliando o acesso aos instrumentos de assistência técnica, crédito e apoio à comercialização, além das políticas de transferência de renda, acesso a direitos e demais políticas sociais do Plano Brasil Sem Miséria, além de ofertar serviço de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares em situação de extrema pobreza do estado.

Para realizar a avaliação do projeto, além de reuniões com as instituições e os técnicos envolvidos, foram utilizados relatórios gerenciais da Emater/RS, informações do Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (Siater) do MDA, informações de tabelas de pagamentos de benefícios do MDS, tabela de pagamentos pelo cartão Bolsa Família e Cartão Cidadão da Caixa Econômica Federal. Foram produzidos subsídios para o sistema de monitoramento estratégico (SME) do governo do estado, no sentido de analisar as metas físicas, os cronogramas de execução, a meta orçamentária, os pontos de risco, pontos de atenção, entre outros.

Os resultados da avaliação mostraram que 5.396 famílias foram atendidas, receberam as três parcelas do benefício por meio do cartão Bolsa Família ou Cartão do Cidadão, executando ações de inclusão produtiva, como: hortas para autoconsumo e comercialização de excedentes, cria-



ção de pequenos animais e outras atividades agrícolas e não agrícolas, como confecção de pães para comercialização. Na 1ª etapa, foram atendidos somente agricultores familiares, e, na 2ª etapa (ampliação do programa no final de 2013), foram incluídas 1.500 famílias indígenas e mais 4.104 agricultores familiares, totalizando-se 11.000 famílias a serem beneficiadas entre as duas etapas. Cabe destacar que o programa continua com a execução da 2ª etapa, que se encontra em fase inicial de pagamento da 1ª parcela aos beneficiários. O término previsto do projeto é em julho de 2015.



Figuras 8 e 9: Antes e depois do Projeto Fomento à Inclusão Produtiva – Arroio do Sapo, em Lagoão-RS.

Fonte: SDR/RS.



Figura 10: Família Beneficiária do Inclusão Produtiva. Fonte: Emater/RS.

3.1.13. Análise do Programa de Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural do Rio Grande do Sul

Realizou-se a análise do desenvolvimento do Programa de Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural do RS, que beneficiará, por meio da inclusão produtiva, agricultores familiares, comunidades quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e assentados da reforma agrária, diagnosticados entre as famílias de maior vulnerabilidade social, em territórios específicos.

O programa de Erradicação da Pobreza Extrema faz parte de um Programa maior do governo do estado, o Programa RS Mais Igual, que possui ações em nível urbano e rural executadas por diversas secretarias de estado. São realizadas ações voltadas ao acesso à água para produção, inclusão social e produtiva, ao resgate da cidadania por meio do acesso à documentação e Cadastro Único (CadÚnico), à educação sanitária domiciliar rural, à assistência técnica e extensão rural para indígenas, quilombolas e agricultores familiares.

Para análise do programa, utilizaram-se relatórios gerenciais da Emater/RS, nos quais foram avaliados metas físicas e orçamentárias, o cumprimento das metas de atendimento às famílias, os riscos, os pontos de atenção, o cronograma, entre outros aspectos.



Os resultados da análise mostraram que foram emitidas documentações de mais de 12.000 famílias, as quais não possuíam documentos como identidade, CPF, certidão de nascimento, Cadúnico e outros. Por meio do programa, foram realizados a instalação de banheiros em algumas residências rurais, a capacitação das famílias em educação sanitária domiciliar e o fornecimento de sementes, insumos e ferramentas a famílias indígenas. O programa permitiu, ainda, a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para famílias de agricultores familiares, indígenas e quilombolas que antes não tinham acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Nessa perspectiva, a análise realizada permitiu verificar que o programa tem atendido às metas previstas, visto que já atendeu mais de 50 mil famílias com assistência técnica e extensão rural ao longo de três anos de execução, ultrapassando a meta estabelecida, que era de 30 mil famílias atendidas até dezembro de 2014. Ultrapassou também a meta estabelecida de busca ativa rural para acesso à documentação e Cadúnico. Atendeu às famílias na 1ª etapa da inclusão produtiva, dentro do esperado, e distribuiu sementes, insumos, ferramentas e pequenos animais para indígenas por dois anos consecutivos, beneficiando em torno de 4.000 famílias indígenas em todo o estado.



Figura 11: Mutirão de documentação rural. Fonte: SDR/RS.



3.1.14. Sistematização de informações sobre a perspectiva de intersetorialidade na qualificação da gestão de políticas de desenvolvimento rural

A perspectiva da intersetorialidade configura-se como importante instrumento na gestão de políticas de desenvolvimento rural. Tem como objetivo identificar, sistematizar e refletir sobre os instrumentos e as dinâmicas de monitoramento e tomada de decisão existentes na Sistemática de Monitoramento dos Projetos Estratégicos desenvolvidos pela SDR, considerando-se a intersetorialidade como princípio organizativo do processo.

Para a realização do trabalho, de caráter exploratório, foi empregada, sobretudo, a técnica de “pesquisa documental”, ou seja, considerou-se como fonte de pesquisa materiais que não receberam tratamento analítico, como publicações institucionais relacionadas aos programas e à Sistemática de Monitoramento Estratégico, *sites* de secretarias de governo, materiais de divulgação, entre outros. Como recurso complementar, de modo a registrar aspectos adicionais, sobretudo acerca da Sistemática de Monitoramento Estratégico, foi utilizada a “observação não participante”, em que, por meio de seu roteiro de observação, foram registradas ocorrências de interesse do trabalho.

O trabalho transversal, que caracteriza a intersetorialidade, torna-se importante nesse contexto, pois a SDR/RS beneficia, por meio dos Projetos Estratégicos, distintos públicos: agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, aquicultores e populações em situação de pobreza e de extrema pobreza rurais, mediante programas que visam qualificar e assistir tecnicamente essas populações, bem como financiar, com subsídios, projetos de inclusão e fomento à produção e à comercialização e de qualificação da logística e infraestrutura produtiva, privilegiando ações realizadas por suas organizações econômicas. Faz-se necessário, então, pela amplitude, complexidade e importância das políticas desenvolvidas, efetuar-se, para além do monitoramento sistemático e de seu efetivo suporte à gestão, a reflexão sobre essas atividades, de modo a qualificá-las.



3.1.15 Fortalecimento de experiências pedagógicas e produtivas na perspectiva da superação da precariedade social dos agricultores familiares, estimulando o vínculo dos jovens com o meio rural e assegurando o processo de sucessão familiar

Este produto relacionou-se às alternativas de jovens rurais para diversificação das oportunidades de trabalho. Teve como objetivo principal apoiar a educação rural por meio de projetos e ações visando garantir a sucessão familiar, aliada à melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, contemplando-se a qualificação profissional, a adaptação curricular à realidade agrícola e o fortalecimento da Rede Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffas) – Escolas Família Agrícola (EFAs) e Casas Familiares Rurais (CFRs), que adotaram o método da pedagogia da alternância. Mais especificamente, foram propostas ações de capacitação e qualificação profissional dos agricultores familiares, facilitando-se o acesso dos jovens rurais às modernas tecnologias e possibilitando-se uma significativa melhoria das condições de vida, de trabalho e agregação de renda, além do apoio às atividades relacionadas ao fortalecimento das instituições que desenvolveram o processo educativo e formativo utilizando o método da pedagogia da alternância.

A perspectiva assumida considerou um “rural com gente” e um modelo de desenvolvimento rural sustentável alicerçado nos princípios agroecológicos, um novo conceito adotado pela SDR/RS de agricultura familiar, para além da produção agrícola, pecuária e dos negócios. O rural, nesta nova perspectiva, materializou-se no conceito de multifuncionalidade das propriedades e do ambiente da agricultura familiar. Um desenvolvimento focado nas múltiplas dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais, históricas, geracionais, regionais, agrícolas e não agrícolas. Enfim, um rural com sucessão na agricultura familiar, geração de trabalho e renda e também como um modo de vida específico, que contribuiu para a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, para a gestão dos recursos naturais, da paisagem e dos ecossistemas.

Para a execução dos produtos técnicos, foram previstas reuniões, oficinas e seminários com instituições parceiras (Rede Ceffas, movimentos sociais), em que foram discutidas e analisadas as principais demandas



e propostas. Também foram previstos e organizados eventos e atividades de interiorização, nos quais foram trabalhados conteúdos específicos segundo o público objeto e suas expectativas, independentemente de gênero, geração e etnia.

Todas as atividades aconteceram na área de abrangência das regionais da SDR da Rede Ceffas, além de outros espaços disponibilizados pelas instituições parceiras (movimentos sociais e instituições da sociedade civil) com papel fundamental na mobilização, divulgação e facilitação do processo educativo. Na realização dos seminários, oficinas e cursos, foram utilizadas experiências práticas, assessorias especializadas, trabalhos de grupos, exposição e debates em plenária como instrumentos metodológicos auxiliares.

O debate do tema foi fortalecido, ainda, por meio de participação nos eventos Diálogos com a Juventude, construídos e executados por diferentes secretarias de estado, sociedade civil, poder público municipal, entre outros. Ademais, houve participação nos Seminários Estaduais das Casas Familiares Rurais, com apresentação de ações e projetos desenvolvidos pela SDR por meio do Departamento de Agricultura Familiar.

Como impactos diretos ou indiretos decorrentes dos resultados alcançados por meio deste produto técnico, pode-se mencionar a aprovação da Lei nº 14.373 e do Decreto de Regulamentação nº 51.048 do Programa Bolsa Juventude Rural, com a finalidade de incentivar a permanência e o retorno dos jovens ao Ensino Médio e criar condições de permanência no meio rural, sendo disponibilizadas 300 Bolsas Juventude Rural para potenciais beneficiários da Rede Ceffas. Houve também a aprovação da Lei nº 14.278, de 26 de julho de 2013, que institui a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural, por meio da Qualificação e da Oferta Educacional. Por fim, houve a regulamentação da Política Estadual de Agroecologia, com a criação do Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica (PABE), e a criação do Comitê Gestor da Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica – Lei nº 14.486/2014.

As experiências de diversificação produtiva desenvolvidas pelos jovens egressos das Casas Familiares Rurais nas suas propriedades sinaliza-



ram e revelaram uma possibilidade real de sucessão na agricultura familiar e, ao mesmo tempo, serviram de estímulo para que mais jovens se habilitem a iniciar processo semelhante. As experiências revelaram, também, que é perfeitamente possível fazer uso de novas tecnologias na agricultura familiar, gerando-se renda e qualidade de vida. Além disso, o contato com os jovens agricultores e as visitas às suas propriedades foram extremamente positivos, pois possibilitaram que ações previstas no Projeto de Cooperação Técnica fossem contempladas em sua plenitude. O envolvimento na organização e execução de seminários e a participação em intercâmbios fortaleceram as relações com as instituições e facilitaram o alcance dos objetivos.

Como beneficiários diretos deste produto, destacam-se os jovens agricultores familiares da Rede Ceffas, aproximadamente 600 jovens. Agregam-se ainda os jovens agricultores familiares dos movimentos sociais (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – Fetag; Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – Fetraf; Via Campesina; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento das Mulheres Camponesas – MMC), indiretamente 2.000 jovens, alcançando uma abrangência de sete regionais da SDR. Como beneficiários indiretos, o público torna-se ainda maior.

A seguir, são mencionadas algumas iniciativas de capacitação, treinamentos, mobilizações ou intercâmbios nacionais ou internacionais que ocorreram e contaram direta ou indiretamente com o envolvimento técnico da cooperação, a fim de fortalecer a proposta inicial e atingir o produto previamente estabelecido:

- a) Seminário Juventude Rural e Agricultura Familiar – 4 e 5 de fevereiro de 2014, em Porto Alegre

Contou com a participação de 450 jovens rurais de todas as regiões do RS, representando as diferentes instituições da sociedade civil e movimentos sociais, além de jovens uruguaios. Organizado em parceria entre o Governo do Estado do RS, por meio da SDR, o IICA, a Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República (SNJ/PR), o NEAD do MDA e a Delegacia Federal do MDA do RS. Evento a ser detalhado em capítulo específico.



- b) Seminário de Educação do Campo e Política de Incentivo às Escolas Comunitárias que adotam a Pedagogia da Alternância – junho de 2013, em Porto Alegre

Participou um público de aproximadamente 400 agricultores familiares: jovens, representantes das coordenadorias regionais de educação, diretores/gestores de escolas públicas estaduais e municipais, educadores, Rede Ceffas. Organizado pela Comissão Estadual de Educação do Campo da Fetag.

- c) Intercâmbio Internacional das Casas Familiares Rurais- 1º a 8 de dezembro de 2013, em Lyon, França

Foram apresentadas as experiências desenvolvidas pelas Casas Familiares Rurais, durante a semana da cooperação internacional na França. Realizado pela Federation Regionale des Maisons Familiales Rurales D'Education ET D'Orientalion – Region Rhone Alpes.

- d) Seminários Regionais (10) do Programa de Base Ecológica – Regionais da Emater

Foram envolvidos aproximadamente 1.400 agricultores familiares, técnicos da Emater, membros da sociedade civil e do poder público municipal.

- e) Encontro Estadual do Programa de Base Ecológica – 26 de novembro de 2013, em Porto Alegre

Contou com a participação de aproximadamente 100 pessoas.

- f) Seminários Estaduais das Casas Familiares Rurais – Santo Antônio das Missões, Frederico Westphalen e Alpestre-RS

Cada um desses seminários estaduais contou com aproximadamente 180 participantes.



Figura 12: Reunião com jovens beneficiários do Programa Bolsa Juventude Rural, técnicos da Emater e familiares dos jovens- Catuípe-RS. Fonte: SDR/RS.

3.2. Desenvolvimento de capacidades

Outro objetivo imediato do Projeto de Cooperação Técnica “Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado no Rio Grande do Sul” (Objetivo 2) prevê o aperfeiçoamento e a ampliação de conhecimentos e informações de técnicos, gestores e atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável da agropecuária e do meio rural gaúcho.

Nesse contexto, estão inseridas iniciativas relacionadas à ampliação de conhecimentos de técnicos da SDR e de atores sociais sobre temas relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar (com ênfase em agroecologia, cooperativismo, gestão de empreendimentos cooperativos, gestão de recursos hídricos, boas práticas, legislação, crédito e seguro rural, comercialização da produção, entre outros), capacitações e estratégias de resgate da cultura negra, indígena e quilombola, além da disseminação de experiências bem-sucedidas relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Nessa perspectiva, serão descritos a seguir alguns produtos técnicos desenvolvidos visando alcançar o objetivo e os resultados anteriormente mencionados relacionados ao desenvolvimento de capacidades individuais e institucionais, preconizados no PCT.



3.2.1. Capacitação visando à conversão agroecológica de agricultores familiares com vistas ao desenvolvimento do Programa de Agricultura de Base Ecológica

Esta iniciativa buscou socializar, atualizar e ampliar os conhecimentos de técnicos da SDR e de atores sociais sobre temas relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar com ênfase em agroecologia, em conformidade com as diretrizes do PABE concebido pela SDR. O público-alvo foi agricultores familiares que estão em fase de conversão agroecológica de suas propriedades e aqueles que já produzem de forma agroecológica, além de consumidores.

Com a finalidade de promover a referida capacitação, foram realizados o 1º encontro estadual e 12 encontros regionais do PABE, com o intuito de promover a troca de informações entre os atores sociais envolvidos, subsidiando a elaboração de políticas públicas para a agricultura de base ecológica.



Figura 13: 1º Encontro Regional do PABE da região sul – Canguçu-RS. Fonte: SDR/RS.

Esta iniciativa, no âmbito da cooperação técnica, teve o propósito de construir com os participantes dos encontros estadual e regionais estratégias de desenvolvimento regional e fortalecimento das Unidades



de Produção Familiares (UPFs) de base ecológica, aprofundando alguns aspectos de sua natureza. Nessa perspectiva, foram abordados os seguintes conteúdos e questões vinculados à temática agroecologia:

- ✓ o marco legal que dispõe sobre a agricultura orgânica (Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto nº 6.323, de dezembro de 2007, as Instruções Normativas do MAPA nº 19, de 28 de maio de 2009, e nº 46, de 6 de outubro de 2011);
- ✓ os procedimentos e as normas para regularização da produção e certificação de orgânicos, tendo como base o marco legal;
- ✓ a agregação de valor à produção primária de base ecológica, por meio da comercialização em cadeias curtas (feiras ecológicas) e da agroindustrialização de seus produtos;
- ✓ o nivelamento e a promoção do PABE, em seus aspectos de relevância, oportunidade, desafios e operacionalização;
- ✓ a gestão com qualidade nas UPFs, com o apoio da rede de agricultores e instituições.

No transcorrer dos encontros, foi adotada uma abordagem participativa com momentos de exposição dialogada e trabalhos de grupo. A metodologia proposta contemplava uma abertura inicial de contextualização, apresentação do PABE, apresentação do marco legal de certificação, das normativas da produção orgânica, do contexto da agricultura de base ecológica no estado e de cada região, de experiência de agroecologia em cada uma das regiões, trabalho em grupo com três temas orientativos (produção de base ecológica, comercialização e organização dos agricultores), apresentação dos resultados de cada grupo e sistematização dos trabalhos em cada um dos encontros.



3. Produção do conhecimento no âmbito do projeto de cooperação técnica



Figura 14: Debate em grupo no Encontro Regional do PABE - Novo Hamburgo-RS. Fonte: SDR/RS.

Foram capacitados aproximadamente 1.000 agricultores familiares no 1º encontro estadual e nos 12 encontros regionais do PABE. Registra-se que, em alguns encontros, ocorreram conjuntamente mostras de biodiversidade, trocas de sementes crioulas, exposições de experiências em ecossistemas, mostras de chás nativos, distribuição de mudas de espécies florestais nativas e de chás nativos, feiras de produtos orgânicos (hortigranjeiros, mel, chás, mudas de chás nativos) e mostra de perfis de solos.



Figura 15: Mostra de produtos ecológicos no 1º Encontro Regional do PABE da região metropolitana - Colinas-RS.

Fonte: SDR/RS.

Portanto, essas capacitações focalizaram suas ações na promoção da qualidade de vida, na produção de alimentos saudáveis, na soberania e segurança alimentar, compreendendo o meio rural além da produção e dos negócios, mas como um modo de vida.

3.2.2. Formação e capacitação de técnicos da extensão pública em cooperativismo - Emater/RS

Uma das iniciativas prioritárias da SDR e do IICA no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica foi a concepção, organização e a realização de cursos de capacitação para técnicos da extensão pública, especificamente da Emater/RS, tendo em vista a necessidade de qualificá-los para aperfeiçoar suas ações e iniciativas vinculadas ao cooperativismo nos escritórios locais, presentes no interior do estado.

O foco dos cursos foi ampliar o processo de formação em cooperativismo para extensionistas do serviço público, incluindo os prestadores de serviços às cooperativas (empresas terceirizadas), objetivando qualificá-los no atendimento às demandas na área de gestão, tornando-as mais efi-



cientos e eficazes na relação com o mercado. Os conteúdos permearam temas estratégicos e operacionais sobre o cooperativismo, tais como: sociedades cooperativas, o papel das cooperativas no desenvolvimento rural, aspectos de padronização e procedimentos de escrituração contábil, tributária e de legislação, além das próprias demandas levantadas pelas cooperativas.

A metodologia foi direcionada e adequada para cada público, sempre valorizando as experiências dos participantes e acrescentando novos elementos sobre os temas propostos. Foram utilizadas exposições, debates, assessorias especializadas, materiais de apoio teórico, trabalhos de grupos, entre outras práticas participativas no processo de formação e capacitação. Buscou-se desenvolver metodologias que possibilitaram aos participantes, principalmente os agricultores, a apropriação do conhecimento, tendo em vista a capacidade de liderança e gestão de seus empreendimentos.

Para os dirigentes das cooperativas, o trabalho de formação permitiu identificar estrangulamentos e possibilidades de soluções a partir da implementação de práticas de gestão, sem precisar recorrer a assessorias externas, ganhando eficiência e confiança no controle do empreendimento. Ademais, para os técnicos da extensão, o domínio dos conteúdos básicos do cooperativismo possibilitou ampliar o trabalho que a extensão pública vem fazendo junto às cooperativas. Por outro lado, para os prestadores de serviços (contadores), o trabalho de formação demonstrou as diferenças entre sociedades cooperativas e as de capitais, exigindo posturas e discernimento em cada lançamento contábil, reduzindo custos de tributos e usufruindo de direitos conseguidos por lei pelas cooperativas.

Todavia, ressalta-se que um dos grandes desafios das cooperativas da agricultura familiar gaúcha é a necessidade de unificação de processos de controle administrativos e financeiros para as cooperativas agropecuárias. Devido ao seu amplo aspecto de serviços e possibilidades, cada cooperativa constrói suas estratégias e define seus parâmetros, normalmente, sem observância dos indicadores econômicos e financeiros e dos aspectos legais. Por isso se justificam tantos problemas de gestão.



Para determinados ramos, como, por exemplo, crédito, trabalho, entre outros, existem parâmetros e normas estabelecidas pela legislação vigente, e todo o trabalho de formação deve estar orientado para o cumprimento das normas estabelecidas. A tratativa é construir progressivamente uma estrutura padrão, articulada a um plano de contas que atenda às necessidades das cooperativas agropecuárias.

Em 2012 e 2013, foram realizados os referidos cursos de formação e capacitação em cooperativismo realizados no âmbito do PCT entre a SDR e o IICA, beneficiando agricultores familiares e diretores de cooperativas, técnicos da extensão rural, prestadores de serviços – contadores e técnicos da SDR, a saber:

- ✓ Curso de formação para extensionistas da Emater Frederico Wetsphaalen – Módulo 1 (15/5/2013) e Módulo 2 (19/6/2013), aproximadamente 40 pessoas.
- ✓ Curso de formação para extensionistas da Emater Sarandi – Módulo 1 (14/5/2013) e Módulo 2 (18/6/2013), aproximadamente 40 pessoas.
- ✓ Curso para contadores – Porto Alegre (7/12/2012), 12 pessoas.
- ✓ Curso para contadores – Ijuí (14/12/2012), 27 pessoas.
- ✓ Curso para contadores – Passo Fundo (17/12/2012), 35 pessoas.

3.2.3. Seminário Internacional do Cooperativismo

Com o propósito de dar visibilidade ao cooperativismo como instrumento de desenvolvimento rural, bem como trocar experiências cooperativistas com outros países, compreendendo 2012 como o ano internacional do cooperativismo, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da SDR, promoveu e realizou diversos eventos locais e regionais para estimular e fortalecer as cooperativas. Ademais, tem apoiado grandes eventos do cooperativismo no estado e internacionalmente, mostrando o conjunto de políticas que foram construídas para atender esse importante setor da economia gaúcha.

Nesse contexto, no período de 17 e 18 de outubro de 2012, a SDR, em parceria com o IICA e outras instituições com conhecimento do setor



cooperativista, realizou o Seminário Internacional de Cooperativismo, que contou com a participação de diversas autoridades do cooperativismo brasileiro e internacionais para debater temas de relevância, bem como experiências vividas e consolidadas em outros países como Espanha, Chile, Uruguai e África.

O público participante do evento, estimado em 400 pessoas, caracterizou-se por diretores de cooperativas do RS e de outros estados do Brasil, agricultores familiares, técnicos da extensão, gestores públicos e lideranças dos movimentos sociais, além de representantes de diversos ramos cooperativos nacionais e estrangeiros, que trouxeram sua experiência e contribuíram para o debate. Espaços de discussões e troca de experiências foram estimulados para que todos pudessem apresentar suas propostas.

Esta iniciativa permitiu dar grande visibilidade às políticas públicas e às ações desenvolvidas pelo governo gaúcho na área do cooperativismo. Houve o aprofundamento em temas estratégicos, como: o novo marco regulatório do cooperativismo; o cooperativismo e o papel no combate à pobreza; ferramentas de ampliação da participação da base social, sobretudo de mulheres e jovens no cooperativismo.

Por outro lado, tendo em vista o espaço democrático constituído, possibilitaram-se reivindicações das cooperativas ao governo gaúcho para aumentar o número de técnicos no trabalho de acompanhamento às cooperativas, bem como a inclusão da disciplina de cooperativismo no currículo estadual de ensino fundamental e médio.

3.2.4. Seminário Juventude Rural e Agricultura Familiar

Com a finalidade de fortalecer a organização e mobilização da juventude rural do Rio Grande do Sul diante dos desafios e das perspectivas da questão da sucessão na agricultura familiar, a SDR, em parceria com o NEAD e a Assessoria de Juventude do MDA, o IICA e a SNJ idealizaram e promoveram o Seminário Nacional “Juventude Rural e Agricultura Familiar”, com foco nos principais problemas e questões que afetam a vida da juventude rural.



O seminário se inseriu nas atividades do Ano Internacional da Agricultura Familiar, estabelecido pela ONU para o ano de 2014, o que representou o reconhecimento à contribuição da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional, bem como para a erradicação da pobreza no mundo. Por outro lado, representou também um sinal alvissareiro da importância estratégica que o segmento da agricultura familiar representa no abastecimento de produtos consumidos pela população.

A realização do evento se deu nos dias 5 e 6 de fevereiro de 2014, em Porto Alegre/RS, e contou com a participação de 420 jovens envolvidos no debate sobre o tema central “Juventude Rural e Agricultura Familiar”. Na oportunidade, foi possível formular propostas voltadas para a inserção da juventude no desenvolvimento rural, a partir da constituição de grupos de trabalhos organizados em torno de quatro eixos temáticos: Educação do Campo, Infraestrutura, Tecnologia e Pesquisa, Agroecologia e Agrobiodiversidade e Cooperativismo e Associativismo.



Figura 16: Abertura do Seminário Juventude Rural e Agricultura Familiar – Porto Alegre-RS.

Fonte: SDR/RS.



3. Produção do conhecimento no âmbito do projeto de cooperação técnica



Figuras 17, 18 e 19: Mística de abertura do seminário. Fonte: SDR/RS.

Um dos pontos marcantes durante o evento foi a participação e o compromisso das autoridades presentes, como: o ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, o governador do Estado do Rio Grande do Sul, o secretário da SDR, um representante do IICA, o presidente da Emater e representantes dos movimentos da juventude rural, entre outras, o que se configura como uma importante manifestação de apoio às reivindicações da juventude rural gaúcha. Ao longo do evento, foram lançadas publicações vinculadas ao tema, com destaque para: “Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil” e “Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras”. Todas as publicações foram frutos da parceria entre o MDA e o IICA, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.



Figuras 20, 21, 22 e 23: Mesa de autoridades do Seminário Juventude Rural e Agricultura Familiar. Fonte: SDR/RS.



Os resultados deste evento foram significativos para a juventude rural e expressos em 58 propostas relacionadas aos quatro eixos temáticos debatidos no seminário. Deste conjunto, destaca-se a formulação de propostas em torno de temas que, para os jovens presentes no seminário, são importantes para a autonomia e emancipação da juventude rural, com destaque para: políticas públicas e juventude rural; educação rural; educação do campo e o papel da Rede Ceffas; assistência técnica; financiamento e crédito; cooperativismo e associativismo; infraestrutura (cultura e lazer); tecnologia e conhecimento; comercialização e agroindústrias familiares; educação profissionalizante; acesso a terra e participação social.

3.2.5. Difusão de conhecimentos técnicos com ênfase na produção de leite, boas práticas de produção e legislação sanitária animal aos atores com adesão ao Programa Leite Gaúcho

O Programa Leite Gaúcho desenvolvido pela SDR contou, desde a sua concepção, com a especialização técnica do IICA na temática e tem como objetivo aumentar a quantidade e a qualidade do leite produzido pelos agricultores familiares. Consequentemente, busca-se alcançar um incremento na produção e renda, além de garantir maior segurança alimentar e, sobretudo, melhorar a qualidade de vida e permanência dos jovens no campo nas diferentes regiões do estado, possibilitando-se, assim, o desenvolvimento rural e a vida ou modo de vida dos produtores familiares gaúchos com sustentabilidade.

A produção de leite é uma atividade típica da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, em pequenas e médias propriedades, e um expressivo crescimento da sua produção deve-se ao trabalho desenvolvido pela Emater e a SDR, os quais acompanham sistematicamente mais de 30 mil produtores de leite dentro das políticas públicas do governo do estado voltadas ao setor, junto ao Programa Mais Leite de Qualidade da Seapa.

Nesse sentido, o Projeto de Cooperação Técnica entre o IICA e a SDR teve um papel fundamental para o alcance do programa nas regiões do Estado do RS. Como estratégia utilizada no âmbito da cooperação, destaca-se a capacitação em todas as atividades produtivas e sanitárias



possíveis relacionadas à produção de leite familiar no estado gaúcho, incrementando os resultados obtidos dia a dia na pecuária de leite e produtores de leite e corte dentro do Programa Leite Gaúcho.

A abordagem metodológica foi baseada na realização de palestras técnicas diretas a familiares produtores de leite e visitas técnicas de monitoria ao cumprimento das metas trimestrais e anuais estabelecidas no Programa pela SDR-Emater. A estratégia tem como finalidade aumentar a conscientização dos produtores de leite na qualidade do produto, contribuindo com a segurança alimentar, a renda dos agricultores familiares e, conseqüentemente, com o cumprimento das diferentes ações estabelecidas pelo Programa Leite Gaúcho.

Outras formas para lograr os objetivos foram a participação em reuniões dos atores, dias de campo em cooperativas leiteiras, seminários e eventos em escolas técnicas e escolas veterinárias do estado, elaboração de documentos, livros didáticos, docentes e científicos, mapas, relatórios técnicos e fotos, entre outros, que servirão como instrumento educativo para a capacitação dos atores. Esses resultados alcançados são alicerçados nos princípios agroecológicos e, em especial, no crescente trabalho homeopático que vem ocorrendo nas propriedades familiares de leite, destacando-se como política inovadora e de novo conceito de agricultura familiar para além da produção agrícola, pecuária e dos negócios.

Para ilustrar a dimensão do processo de capacitação desenvolvido no âmbito da cooperação técnica, para estimular e aumentar os níveis de qualidade e quantidades da produção de leite no estado, destacamos os seguintes resultados:

- 1 – Capacitação de aproximadamente 15.000 famílias beneficiárias e produtoras de leite (16 horas/aula) por meio do grupo ATER da Emater, inserido na estrutura da SDR.
- 2 – Capacitação em 130 entidades gaúchas com termos de cooperação (cooperativas e associações produtoras de leite, assentamentos, sindicatos rurais e associações do estado).
- 3 – Estima-se que aproximadamente 40.000 propriedades leiteiras familiares foram visitadas por técnicos da Emater (médicos veterinários).



rios, agrônomos e técnicos agrícolas, entre outros) para capacitar e assessorar nos aspectos de boas práticas de produção, inseminação artificial, melhoramento genético, gestão da propriedade, legislação e sanidade animal, manejo de pastagens e alimentação animal.

- 4 – A elaboração de um referencial teórico e prático intitulada, *Homeopatia: alternativa sustentável para produtores familiares de gado de leite e corte*. Este documento servirá como ferramenta de trabalho de capacitação e instrução técnica para todos os produtores familiares de leite do estado gaúcho.
- 5 – Elaboração preliminar de um “Guia Técnico para Produção de leite nas propriedades familiares”. Esta proposta de guia técnico descreve importantes temas, como: a) controle da mastite bovina; b) qualidade e produção do leite; c) higiene e manejo da ordenha; d) sanidade animal; e) bem-estar animal; f) homeopatia e fitoterapia como novas alternativas; g) legislação ambiental, baseado no código florestal de julho de 2012 (Normativa nº 62 do MAPA, h) alimentação animal. O guia é dirigido a produtores familiares com área de até quatro módulos rurais, com exceção dos pecuaristas familiares de corte, que podem ter áreas de até 300 ha no Estado do Rio Grande do Sul.
- 6 – No Centro de Formação e Treinamento de Montenegro da Emater (Cetam), foram capacitados, em 2014, mais de 3.000 produtores familiares do estado, além de terem sido oferecidos seis módulos em Homeopatia e Agroecologia a técnicos e profissionais da Emater, que deverão concluir a capacitação em 2015. Dessa forma, o estado terá profissionais capacitados para treinar produtores familiares em tratamentos alternativos nas 12 regionais da Emater do estado.

3.2.6. Metodologia para a elaboração dos planos de desenvolvimento/aprimoramento das cooperativas

O escopo desse trabalho foi a sistematização da metodologia do Programa Mais Gestão, aplicado às cooperativas da agricultura familiar que aderiram ao Programa de Extensão Cooperativa. Como resulta-



do final da aplicação prática da metodologia houve a elaboração pelos cooperados do Plano de Desenvolvimento/Aprimoramento das Cooperativas.

Mais Gestão foi o nome designado à metodologia de Extensão Rural utilizada pelos técnicos das Unidades do Cooperativismo que assessoram as cooperativas da agricultura familiar que aderem ao PEC. Compõem essa metodologia cinco etapas: a) sensibilização, definição de objetivos e adesão ao programa; b) diagnóstico da realidade socioeconômica da cooperativa; c) organização da Matriz de Gestão; d) elaboração do plano de aprimoramento/desenvolvimento da cooperativa; e e) acompanhamento à execução. A metodologia do Mais Gestão é proposta padrão para acompanhamento técnico às cooperativas adotada pelos técnicos da Emater e da SDR/RS.

Durante o processo metodológico, foi realizado um amplo processo de mobilização. Após a decisão política de se constituir um serviço de apoio técnico às cooperativas e de uma estrutura operacional, foram realizados, em todas as regionais da Emater, encontros de mobilização com os principais atores sociais ligados à agricultura, entre eles: Emater, sindicatos, federações da agricultura, prefeituras, órgãos de pesquisa e principalmente as cooperativas.

Nessa perspectiva, as cooperativas da agricultura familiar viveram um amplo processo de mobilização e uma expressiva adesão ao programa. A aplicação da abordagem metodológica do Mais Gestão, enquanto instrumento de gestão, auxiliou na identificação dos problemas internos da cooperativa, especificamente em cada área de ação, tornando mais evidente os pontos de estrangulamento que necessitam de ações efetivas de mudanças.

Outro aspecto marcante evidenciado foi que a metodologia desenvolvida permitiu avançar nos debates com a direção das cooperativas para definições mais estratégicas e de longo prazo. Com isso, valoriza a transparência nos atos administrativos e ajuda na confiabilidade e na fidelização dos associados, além de dar maior segurança na tomada de decisão dos conselhos (administrativo e fiscal).



Com sete escritórios regionais estruturados e localizados nos municípios de Ijuí, Frederico Westphalen, Erechim, Santa Cruz, Santa Rosa, Pelotas e Porto Alegre, o Programa de Extensão Cooperativa procurou, dentro das possibilidades, atender às demandas das cooperativas de todo o Estado do Rio Grande do Sul, portanto, todas as cooperativas que aderiram ao Programa construíram seu Plano de Aprimoramento/Desenvolvimento.

Duas grandes ações de formação foram desenvolvidas: a) uma ação destinada aos técnicos das Unidades de Cooperativismo, que teve como objetivo debater aspectos conceituais sobre cooperação, agricultura familiar, gestão, cooperativismo e desenvolvimento, além de construir o processo metodológico e dominar as ferramentas que seriam utilizadas no trabalho propriamente e; b) um trabalho de formação que aconteceu na aplicação da metodologia diretamente na cooperativa, por ocasião da execução do programa.

Para ilustrar a importância desse trabalho, destacamos alguns projetos que foram beneficiados com a aplicação da metodologia do programa Mais Gestão e que aderiram ao PEC:

- Saneamento de cooperativas (cotas-partes): Cooperar (Coronel Bicaco), Coopercorá (Inhacorá), Cooperfamiliar (Tenente Portela), Coopacel (Cerro Largo), Cooperbutiá (São Pedro do Butiá), Cooperativa Agroleite (Passo Fundo), Cooperativa Nossa Terra (Erechim) e Coopervita (Tapejara).
- Projetos das cooperativas referências: Cotrisana (Sananduva), Coasa (Água Santa), Agricoop (Erechim), Coopasc (Santo Cristo); Cootrifred (Frederico Westphalen) e Coopac (Constantina).
- Projetos de Regionalização do Abastecimento: mais de cem cooperativas de agricultores foram beneficiadas. Ação em parceria com outras áreas da SDR.
- Apoio a projetos de financiamentos em diversas áreas: foram apoiadas as cooperativas Cooperav (Viamão), Coomafitt (Terra de Arreia), Cootap (Eldorado do Sul), Coopax (Porto Xavier) e Coopeagri (Teotônia), na elaboração e na negociação com agen-



tes financeiros sobre investimentos em máquinas, estruturas de transporte e armazéns, agroindústrias e silos graneleiros, visando acessar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.3. Elaboração de estudos técnicos

O objetivo imediato 3 do PCT “Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul” prevê o provimento de conhecimentos técnicos e informações que auxiliem a proposição e a execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das comunidades rurais gaúchas.

Nesse contexto, estão inseridas iniciativas relacionadas à elaboração de estudos técnicos, diagnósticos, levantamentos, estratégias, metodologias, análises, recomendações e outros documentos técnicos que possam servir de subsídios para a tomada de decisão no processo de proposição e avaliação de políticas públicas. Estão refletidos nessa dimensão estudos referentes aos pontos de estrangulamento das principais cadeias produtivas de base familiar; à base produtiva atual e potencial do cooperativismo, da pesca e da agroindústria familiar gaúcha; a metodologias de identificação, localização e disponibilização de tecnologias relacionadas à produção agroecológica; a estratégias para dinamizar a integração de programas públicos; além de outros estudos técnicos para a concepção e a implementação de políticas públicas em prol do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva, serão descritos a seguir alguns produtos técnicos desenvolvidos visando alcançar o objetivo e os resultados anteriormente mencionados, relacionados à elaboração de estudos técnicos preconizados no projeto de cooperação técnica.

3.3.1. Estudo técnico sobre os principais pontos de estrangulamento das cadeias produtivas enfrentados por cooperativas da agricultura familiar

Este estudo técnico teve como objetivo principal identificar as principais dificuldades e os pontos de estrangulamento das cadeias produtivas no que tange ao processo de comercialização de gêneros alimentí-



cios realizado por cooperativas da agricultura familiar atendidas pelo PEC da SDR/RS. Seus beneficiários diretos foram os agricultores familiares e suas organizações econômicas (cooperativas).

Foram realizadas a identificação dos canais de comercialização e do nível de participação das cooperativas no mercado institucional de gêneros alimentícios, dos principais gargalos e dificuldades enfrentados pelas cooperativas, no que se refere à comercialização de gêneros alimentícios; bem como foram sugeridos possíveis aprimoramentos nas políticas públicas.

Cabe destacar que uma das estratégias definidas pela SDR atenta para a qualificação e ampliação da inserção dos gêneros alimentícios da agricultura familiar nos mercados, simultaneamente o convencional e institucional. Associa-se a isso a proposta de fortalecer as organizações associativas por meio de diversos programas direcionados especialmente para as cooperativas. Dadas as atuais circunstâncias, em que predomina o domínio de grandes corporações multinacionais na cadeia agroalimentar, fazem-se necessários padrões de cooperação mais elevados entre agricultores familiares, organizando e fortalecendo as cooperativas, para que estes possam atingir patamares mais elevados de qualidade de vida.

Assim, este produto teve por finalidade apresentar um estudo técnico dos pontos de estrangulamento das cadeias produtivas, no que se refere à comercialização, enfrentadas por cooperativas da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul. Embora tenha como referência a comercialização para o mercado institucional, a pesquisa traz também alguns dados a respeito da inserção das cooperativas no mercado convencional. Para tanto, foi utilizado um questionário, como instrumento metodológico de coleta de dados primários, diretamente com cooperativas compostas por maioria de agricultores familiares. Essas organizações estão sendo acompanhadas pela SDR, por meio do PEC executado por profissionais contratados por intermédio da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/RS.

O presente trabalho insere-se no campo da pesquisa social. Para a delimitação, tomou-se como referência a Lei nº 11.326/2006, consideran-



do-se os agricultores organizados em cooperativas. A pesquisa foi realizada em duas fases. A primeira teve-se a uma pesquisa bibliográfica sobre o contexto da cadeia agroalimentar e uma análise mercadológica dos alimentos e seus efeitos sobre a cadeia, com o avanço das políticas neoliberais implementadas no Brasil a partir da década de 1990. A segunda fase da pesquisa teve-se à aplicação de um questionário com algumas cooperativas de agricultores familiares atualmente acompanhadas pela SDR, por meio do PEC. O plano amostral para esta fase foi delineado tomando como base as sete UCPs, executoras do PEC, nas diversas regiões do estado. Para determinar o plano amostral, foi utilizado o banco de dados da SDR referente ao cadastro das cooperativas de cada uma das sete UCPs. A partir do cadastro, de forma aleatória, foram escolhidas cinco cooperativas por região, totalizando 35 questionários.

Observa-se que a abrangência da amostra restringe-se àquelas atendidas pelo PEC, somando atualmente em torno de 150 cooperativas. Ressalta-se que este conjunto de organizações possui características peculiares, se comparadas com o universo e as características das cooperativas agropecuárias no Estado do RS. Uma das características está relacionada ao tempo de fundação. São cooperativas recentes, constituídas no período da redemocratização, a partir da Constituição de 1988 e, portanto, sem a influência do período da “Revolução Verde” e controle do estatal. Outra característica está relacionada às atividades desenvolvidas. São, em sua maioria, cooperativas com número reduzido de associados agricultores familiares e com foco na diversificação da produção nas unidades familiares.

O questionário utilizou técnicas de análise e abordagens qualitativas e quantitativas. No que se refere à abordagem quantitativa, o questionário traz algumas perguntas sobre o tempo de participação no mercado institucional de gêneros alimentícios, bem como o percentual e faturamento da cooperativa neste mercado.

Na abordagem qualitativa, o entrevistado informa sobre a comercialização de gêneros alimentícios, a participação no mercado institucional, infraestrutura de beneficiamento e industrialização. Permite ainda opi-



nar sobre as maiores dificuldades e qual contribuição o poder público poderia dar, visando ampliar a inserção no mercado. O objetivo desta abordagem foi obter resultados que expressem, de forma mais apurada, a complexidade da realidade de cada uma das cooperativas.

Os resultados do estudo mostraram diversas informações interessantes. Com relação ao tempo de participação no mercado institucional, constatou-se que em torno de 70% das cooperativas inseriram-se nos últimos quatro anos, enquanto as demais, 30%, são mais antigas. Quanto à contribuição da comercialização pelo mercado institucional para o aumento do faturamento das cooperativas, 95% afirmaram que este mercado possibilitou um incremento no valor arrecadado.

Entre o conjunto de cooperativas, observou-se que mais de 80% delas comercializam gêneros alimentícios industrializados. No entanto, ao analisar o conjunto de cooperativas que fazem parte desse percentual, percebe-se que a maioria utiliza diversas formas para industrializar a produção da matéria-prima dos seus associados. Entre as opções, 26% das cooperativas informaram que utilizam estabelecimentos de terceiros e 35% possuem estabelecimentos industriais próprios. É destaque também que muitas se utilizam de outras formas. Neste caso, estabelecimentos de processamento agroindustrial dos próprios associados ou cedidos em comodato pelo poder público local somaram 26%.

Ao analisar o percentual de faturamento oriundo da comercialização ao mercado institucional, constatou-se que em 36% das cooperativas há um faturamento acima de 80% proveniente deste mercado. Por outro lado, 46% delas não possuem alto grau de dependência, pois afirmam que o faturamento oriundo de operações comerciais para os programas públicos atinge até 20%. As duas maiores faixas de faturamento, aquelas acima de 61%, demonstram que quase a metade das cooperativas (45%) tem sua receita bruta oriunda exclusivamente do mercado institucional.

Em termos gerais, o desenvolvimento deste trabalho, realizado no âmbito da cooperação SDR-IIICA, concluiu que as dificuldades apontadas pelo conjunto das cooperativas pesquisadas indicam o foco onde o poder público deve redirecionar as políticas públicas. A deficiência



em infraestrutura de armazenagem, centrais de distribuição, processamento, industrialização e logística de transporte são um indicativo da capacidade limitada destes empreendimentos.

Os trâmites burocráticos e as regras complexas para acessar o crédito, seja ele para capital de giro, seja para investimento, aliado à morosidade da legalização sanitária das agroindústrias são outro indicativo da necessária revisão de processos e fluxos.

A falta de orientação no planejamento da produção tem sido um limitador para as cooperativas acessarem novos mercados. Os apontamentos relacionados à necessidade de direcionar as ações de ATER para o incentivo e organização da produção diversificada de alimentos é mais um indicativo que os recursos destinados a este serviço não estão atendendo às necessidades deste conjunto de atores, dispostos a reverter o atual modelo de produção. O atual serviço de assistência técnica parece ainda estar atrelado às estratégias iniciadas no Brasil na década de 1960.

Os programas públicos de compra de gêneros alimentícios, apontados ainda como muito burocráticos, na avaliação das cooperativas, deve ser alvo de constante revisão e aperfeiçoamento. Em grande medida, a “burocracia” pode estar relacionada ao fato de o poder público, em especial a área jurídica e setor de compras, ainda não ter assimilado a legislação específica conquistada recentemente pela agricultura familiar, criando certa “confusão” com a Lei de Licitações (8.666/1993).

O ambiente econômico no qual as cooperativas da agricultura familiar estão inseridas é caracterizado por rápidas mudanças e constantes incertezas, em especial na área da comercialização. Tal cenário requer uma gestão cada vez mais eficiente e eficaz para que empreendimentos coletivos possam dar respostas às demandas de seus associados.

Nesse contexto, a partir do desenvolvimento deste estudo, ratifica-se que as dificuldades identificadas podem servir de indicativo para a formulação ou aperfeiçoamento de políticas públicas.



3.3.2. Estudo contendo orientações técnicas para a gestão de cooperativas

O presente produto objetivou disponibilizar informações sistematizadas sobre aspectos da legislação, institucionalidade e gestão de cooperativas, tendo em vista facilitar o processo de formação básica em cooperativismo para diretores, associados e técnicos.

O trabalho técnico realizado visou suprir uma necessidade de conhecimentos teóricos expressada pelos técnicos da extensão e pelos dirigentes das cooperativas quanto às questões legais, institucionais, tributárias, trabalhistas, fiscais, bem como orientações gerais para a constituição e gestão prática de uma cooperativa agropecuária da agricultura familiar. São beneficiários os agricultores familiares, diretores de cooperativas e técnicos da extensão rural.

O trabalho de formação em cooperativismo sempre foi uma das grandes demandas dos dirigentes das cooperativas hoje acompanhadas pelo Programa de Extensão Cooperativa. O trabalho de formação sobre cooperativismo era e continua sendo desenvolvido por diversas instituições no estado e/ou por profissionais da área sem, contudo, observar orientações estratégicas dos conteúdos abordados e de proposta metodológica, tornando um processo fragmentado e insuficiente para atender às necessidades dos diretores. O trabalho desenvolvido por meio da cooperação técnica SDR-IICA buscou atender essa deficiência, organizando material teórico que pudesse contemplar as informações básicas e padronizar o trabalho de formação em cooperativismo para as equipes do PEC.

O produto foi desenvolvido a partir de uma ampla revisão bibliográfica e vinculado às principais necessidades dos assessores, acrescido de elaborações feitas pela *expertise* do profissional com a colaboração dos técnicos das Unidades de Cooperativismo da Emater/RS.

Como um dos resultados alcançados, pode-se destacar o material utilizado para a formação de base sobre cooperativismo para agricultores, técnicos e estudantes em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, este material pode ser utilizado sem restrição alguma nas es-



colas, instituições de ensino públicas e privadas, universidades, entre outras, bem como ser reproduzido pelos órgãos de extensão e colégios agrícolas.

3.3.3. Estudo técnico sobre as ações em agroecologia e o processo de transição no Estado do Rio Grande do Sul

Realizou-se um estudo técnico sobre as ações desenvolvidas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em agricultura de base ecológica, biodiversidade e ações que incentivam a agroecologia. O estudo contribuiu para a divulgação das ações adotadas em agroecologia com incentivo do estado, de entidades e instituições que atuam em agroecologia e que buscam melhor qualidade de vida aos gaúchos e preservação dos biomas Mata Atlântica e Pampa. Foram utilizadas informações coletadas e levantadas junto à Câmara Técnica de Agroecologia (CTAgro) do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e entidades parceiras.

O público de juventude rural também foi inserido no debate referente à agroecologia. Construiu-se material didático em linguagem apropriada para agricultores familiares, de fácil visualização, para difusão e compartilhamento das experiências, conhecimentos e informações geradas no âmbito do programa de agricultura de base ecológica.

Nos últimos três anos, o Brasil vem ocupando o lugar de maior consumidor de agrotóxicos no mundo. Os impactos à saúde pública são amplos porque atingem vastos territórios e envolvem diferentes grupos populacionais.

Frente à problemática do uso intensivo de agrotóxicos pela agricultura nas propriedades rurais, de forma insustentável e com riscos à saúde dos consumidores, o governo do estado e a SDR resolveram formatar o CDRS, com várias câmaras técnicas voltadas para temas da sustentabilidade, e lançaram, em 2011, o PABE, que conta com a participação de entidades representativas que atuam em agroecologia nas comunidades do interior do estado e órgãos estaduais e federais que desenvolvem ações de pesquisa, educação ambiental e assessoramento nessa área.



Nesse contexto, o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da SDR, adotou como diretriz o desenvolvimento sustentável, por meio da valorização da agricultura de base ecológica, promovendo, nesses últimos anos, um rico debate na temática junto à sociedade gaúcha. Como exemplos, realizaram-se o XIII Seminário Estadual e XII Seminário Internacional de Agroecologia, o V Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia, Seminário de Produção Animal Orgânica e o VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, promovidos em novembro de 2013, intensificando o debate sobre o uso intensivo de agrotóxicos, a produção de alimentos saudáveis e a promoção da soberania e a segurança alimentar e nutricional.

O trabalho desenvolvido no âmbito da cooperação SDR-IICA, de sistematização das ações realizadas pelo estado em agroecologia, proporcionou disseminar a riqueza do debate e de experiências adotadas pelos agricultores familiares, produzindo alimentos saudáveis e de forma sustentável, além de possibilitar incluir os consumidores no debate por meio do apoio na promoção do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, que contou com 1.200 participantes de vários países da América Latina, da África e da Ásia.



Figura 24: Seminário de Produção Animal Orgânica (julho 2013) – Porto Alegre-RS. Fonte: SDR/RS.



3. Produção do conhecimento no âmbito do projeto de cooperação técnica



Figura 25: Encontro Estadual do Programa de Agricultura de Base Ecológica (novembro 2013) – Porto Alegre-RS.
Fonte: SDR/RS.



Figura 26: Entrega da Medalha “Negrinho do Pastoreio” pelo Governador Tarso Genro à Eng. Agr.^a Ana Maria Primavesi, pioneira da agroecologia – Palácio Piratini-RS.
Fonte: SDR/RS.



3.3.4. Diagnóstico sobre os procedimentos para a criação de novos assentamentos de reforma agrária

O diagnóstico sobre os procedimentos para a criação de novos assentamentos de reforma agrária teve como propósito produzir conhecimentos e subsídios técnicos que auxiliem a proposição e a execução da política pública voltada à reforma agrária no âmbito da SDR/RS. O diagnóstico incluiu a análise da atual formação fundiária do Rio Grande do Sul e a reestruturação fundiária na perspectiva de criar novos assentamentos. Um dos desafios para a consolidação de novos assentamentos rurais está vinculado às relações sociais e econômicas de cada região, que refletem no preço da terra, dificultando a aquisição de áreas para a reforma agrária.

Para o desenvolvimento do diagnóstico, foram necessárias a realização de reuniões com o quadro técnico do DDA/SDR, ações de campo para coleta de informações, sistematização de dados e avaliação do trabalho. Teve como público beneficiário os agricultores do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Como resultado prático alcançado do trabalho, a partir do diagnóstico realizado, houve a criação de cinco novos assentamentos rurais pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva, este estudo produziu conhecimentos técnicos e informações que auxiliam a proposição e a execução da política voltada à criação de novos assentamentos de reforma agrária, a fim de desenvolver um processo igualitário entre as comunidades rurais gaúchas. O diagnóstico, como ponto de partida, traz a formação fundiária do Estado do Rio Grande do Sul, que, no primeiro momento, ocorreu pelos militares, os quais receberam sesmarias e tinham como função geopolítica proteger as fronteiras. Na sequência, vieram os imigrantes, que trouxeram para a então província gaúcha a expectativa do desenvolvimento de outros setores da economia. Nesse sentido, a construção do espaço agrário gaúcho se desenvolveu com diversos atores sociais em uma estrutura fundiária desigual, em relação ao acesso a terra, e produtora de relações sociais contraditórias, visto que, ao mesmo tempo, o estado necessitava desenvolver outros setores da economia. Com o



retorno das mobilizações sociais nos anos 1980, volta ao cenário político a reforma agrária, que até este momento encontrava-se parada. Neste cenário, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que protagonizou a retomada da luta da terra no Brasil. Como resposta a esta demanda, o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Lei nº 7.916, de 16 de julho de 1984, criou o Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul (Funterra), que tem como finalidade propiciar a aquisição de áreas para assentamento e reassentamento e indenizar agricultores desalojados de áreas indígenas, bem como propiciar recursos para a implantação da infraestrutura social e produtiva para estas comunidades. Destacou-se, ainda, no estudo, a disparidade existente entre a metade sul do estado frente à metade norte, que se observa no processo produtivo da agricultura sobre o solo, onde o proprietário de terras faz valer o seu direito de cobrar da sociedade a renda que a terra pode vir a oferecer. Conforme Oliveira (2007), esta “renda da terra absoluta” pode ser auferida, como visto, por meio da colocação da terra para produzir ou, então, pode ser auferida, de uma só vez, com a sua venda. Isto ocorre porque, no modo capitalista de produção, a terra, embora não tenha valor, por não ser produto do trabalho humano, tem um preço, e a sua compra dá ao proprietário o direito de cobrar da sociedade em geral a renda que ele pode vir a dar.

Este conceito torna-se importante para explicar o valor da terra e, assim, compreender a realidade agrária, na qual o estado tem de decidir entre valores mais baixos da terra na metade sul, porém tendo de colocar recursos mais expressivos na infraestrutura, ou já desembolsar valores mais altos, exigidos pelos proprietários, na compra da terra na metade norte do estado. Para dar conta desta demanda, o estado procurou disponibilizar áreas que estão em seu poder, evitando, assim, desembolsar recursos para a aquisição de terra, e buscou no mercado de terra a compra direta, mediante o Funterra, a fim de agilizar a aquisição. A opção do estado foi procurar desenvolver novos assentamentos em áreas já reformadas, sendo que, até o momento, criou cinco assentamentos que totalizam 63 famílias, em 1.156,48 hectares, o que custa aos cofres públicos mais de 11 milhões de reais.



Por último, o diagnóstico dedicou-se aos critérios de criação de assentamentos, descrevendo as fases de implantação, estruturação e emancipação de uma comunidade assentada pelo programa de reforma agrária. A primeira fase visa implantar o assentamento, partindo da seleção dos beneficiários, demarcação topográfica, instalação das famílias com serviços de assistência técnica. A segunda fase visa consolidar a comunidade, a partir do Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), do parcelamento da área, da regularização ambiental e entrega do Termo de Concessão de Uso (TCU), além de providenciar a infraestrutura como moradia, energia elétrica, água e estrada e, na sequência, por meio da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), ocorre a liberação de créditos produtivos. A terceira fase é destinada ao processo de emancipação da comunidade, quando os agricultores atingirem o grau desejado de estabilidade e renda. Ao identificar estas fases, percebe-se um grande esforço de entidades que se envolvem na consolidação de um assentamento de reforma agrária. Porém, o processo é facilitado no momento em que a comunidade torna-se protagonista do seu desenvolvimento sociocultural, econômico e ambiental.

3.3.5. Análise e avaliação da implementação do Programa da Regionalização do Abastecimento

Este estudo realizou a sistematização, análise e avaliação da implementação do Programa da Regionalização do Abastecimento (PRA) pela SDR/RS. Incluiu a identificação e descrição do arranjo institucional construído para a implementação do PRA; a identificação dos beneficiários diretos e resultados alcançados; a identificação de eventuais dificuldades na implementação do PRA; e a proposição de possíveis melhorias com vistas ao aperfeiçoamento de políticas desta natureza.

No âmbito das políticas públicas da SDR, este produto relaciona-se à política denominada “Apoio aos Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar”, com ações que buscam o fortalecimento agrícola e pecuário com base no desenvolvimento das agroindústrias familiares, do cooperativismo, da comercialização local e regional e do abastecimento alimentar. Assim, o PRA tem importância estratégica na perspectiva



da descentralização das estruturas físicas e sua gestão voltadas para o abastecimento e comercialização de alimentos em âmbito local e regional. O PRA visa apoiar as organizações econômicas da agricultura familiar por meio de um financiamento, podendo ser destinado para a construção, melhorias ou complementação da logística de distribuição de alimentos. Tais estruturas visam atender a quantidade e diversidade de alimentos produzidos nas cooperativas, associações e agroindústrias de agricultores familiares do RS.

Com o PRA, o estado busca apoiar a construção de um sistema de abastecimento e comercialização que diferencie os produtos da agricultura familiar do mercado convencional, valorizando as características positivas dos processos produtivos e das relações sociais envolvidos na cadeia produtiva. O PRA busca, ainda, recuperar a condição do estado enquanto instrumento público regulatório de mercado, com vistas a favorecer os consumidores e fortalecer as organizações associativas dos pequenos produtores. Insere-se também no amplo debate e consolidação do conceito de segurança alimentar e nutricional, incorporando ações do governo estadual e da Ceasa/RS, na perspectiva de construção da soberania alimentar. Fundamenta-se na Lei Estadual nº 12.861, de 18 de dezembro de 2007, e na Resolução nº 1, de 30 de abril de 2012, da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, instituindo o I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) 2012-2015.

Este estudo traz uma análise e avaliação da implementação do PRA, por meio da SDR, com abrangência em todo o território do RS. Como metodologia adotada no estudo, enquadra-se no campo das pesquisas exploratórias. Como técnica de análise, foi utilizada a documentação indireta realizada de duas formas: pesquisa bibliográfica e documental. No que tange à pesquisa bibliográfica, esta teve como fontes a bibliografia relacionada aos temas do abastecimento e segurança alimentar, as formas de acesso aos mercados e a mercantilização. Quanto à pesquisa documental, foram utilizados como fontes dados e relatórios restritos ao DCOOP/SDR relacionados à implementação do PRA na busca de contemplar informações acerca da área de abrangência, dos recursos financeiros aplicados, público beneficiário, entre outros.



No planejamento de implementação do PRA, foram consideradas como potenciais beneficiárias as organizações econômicas da agricultura familiar gaúcha. Nesse escopo, foram priorizadas aquelas que apresentavam maior dificuldade na infraestrutura de logística de estocagem, distribuição e comercialização de alimentos.

Para a identificação dessas organizações, ocorreram diversos seminários e reuniões técnicas em cada uma das regiões administrativas da SDR. Esses encontros foram organizados pelos coordenadores regionais, em parceria com a Emater, e, em cada um deles, eram apresentados os objetivos do programa e sua metodologia de implementação, bem como as regras do financiamento, com destaque para o limite financeiro disponível para o programa no estado. Após a realização dos encontros, os atores sociais de cada uma das regiões definiam em conjunto os beneficiários, de acordo com a disponibilidade financeira para cada região.

Como resultado dessa metodologia e debate, apresentaram demanda de financiamento à SDR 144 organizações econômicas. Entre estas, 84 eram cooperativas, 41 eram associações e nove eram agroindústrias de base familiar. Além dessas, para atender determinadas peculiaridades discutidas na região, foram atendidas demandas de quatro organizações, por meio de sindicatos de trabalhadores rurais. Essas organizações estão localizadas em todas as regiões do estado e distribuídas em 111 municípios.

Em recursos financeiros, o valor total solicitado pelo conjunto das organizações alcançou 14,6 milhões de reais. Deste total, até julho de 2014, havia sido contratado 13,35 milhões de reais, atendendo a projetos de 128 organizações econômicas localizadas em 102 municípios.

A distribuição geográfica de cada uma das organizações econômicas beneficiadas evidencia-se como um dos elementos centrais do PRA. O fato de os 128 beneficiados estarem espalhados por todas as regiões do estado possibilita iniciar ou aperfeiçoar um processo de distribuição e comercialização de alimentos em âmbito local e regional.

As 128 operações contratadas tiveram como destino o investimento na estruturação logística de estocagem e armazenagem, de transporte e



de máquinas e equipamentos: 54% do recurso financeiro foi destinado para a aquisição de veículos de transporte (pesados e leves); 18% destinado à construção de centrais de distribuição e pontos de comercialização e, em torno de 28%, à aquisição de diversos itens, tais como câmaras frias, balanças, caixas, esteiras, empilhadeiras, equipamentos de informática, entre outros.

Das operações contratadas, obteve-se a informação de 113 quanto ao número de famílias vinculadas. Com base nesses dados, foram beneficiadas diretamente mais de 27.200 famílias.

Cabe registrar que, no âmbito deste produto, foram realizados 16 eventos com a participação de 523 pessoas de 125 municípios. Os participantes foram gestores públicos e técnicos voltados ao setor de compras e área jurídica, técnicos da assistência técnica e extensão rural e representantes de cooperativas entre diretores, técnicos e área comercial.

Nessa perspectiva, com base nos resultados da análise deste estudo, pode-se observar que a implementação do PRA proporcionou a mais de uma centena de organizações econômicas da agricultura familiar obter acesso a uma linha de crédito diferenciada. Este recurso financeiro, aplicado em infraestrutura logística, dá condições objetivas para que estas organizações possam ampliar seus mercados.

3.3.6. Sistematização e análise das ações iniciais da SDR no âmbito do Programa da Aquisição de Alimentos, modalidade doação simultânea por meio de convênio com o MDS

Este trabalho técnico desenvolveu a sistematização das ações iniciais da SDR relacionadas à execução de convênio do PAA com o MDS. Foram realizadas a descrição dos objetivos do convênio e seu plano de execução; a identificação dos potenciais fornecedores de alimentos, bem como os órgãos públicos beneficiários da doação; e a identificação de possíveis complementariedades do PAA, por meio deste convênio, com outras ações da SDR.

O Estado do Rio Grande do Sul estabeleceu como prioridade estratégica, em seu Programa de Governo, a meta de “Fortalecer as cadeias



produtivas das economias de base familiar e cooperativa, conjugando a melhoria de renda, qualificação tecnológica e sustentabilidade social e ambiental”, na qual, em uma das suas dimensões, estabelece como responsabilidade do estado “promover políticas públicas de proteção, inclusão social e combate à miséria”.

A intenção da SDR era a de fortalecer as organizações econômicas da agricultura familiar, tendo como uma das estratégias para isso o acesso ao mercado institucional. Buscou-se, então, viabilizar a compra de alimentos para abastecer órgãos públicos estaduais.

Dada a impossibilidade de operacionalização da compra de alimentos da agricultura familiar por meio do Termo de Adesão, em razão de problemas operacionais no SISPA, buscou-se alternativamente outro instrumento. Como solução, foi efetivado um convênio e, na sequência, instituído um comitê executivo.

A intenção do convênio com o MDS era fomentar a inclusão de mais agricultores familiares no mercado institucional, por meio de cooperativas, e contribuir com a melhoria na qualidade da alimentação consumida nos órgãos públicos estaduais, em especial das unidades penitenciárias do estado, que estão sob a gestão da Susepe.

O referido convênio foi assinado em 4 de julho de 2014 e prevê o repasse de 40 milhões de reais, em quatro parcelas, até junho de 2015. Durante esse período, está prevista a aquisição de aproximadamente 12 mil toneladas de alimentos, com meta de beneficiar em torno de 6.300 agricultores familiares fornecedores, por meio de suas cooperativas. Esses alimentos serão destinados à doação, inicialmente, para as unidades penitenciárias localizadas em 77 municípios, que possuem em torno de trinta mil detentos, e, também, posteriormente, para doação aos demais órgãos públicos da administração direta do estado.

Para coordenar a execução deste convênio, foi constituído, por meio de decreto estadual, um comitê executivo composto por um representante dos seguintes órgãos: SDR, Susepe, Central de Licitações (Celic), Casa Civil e Secretaria da Fazenda. Em razão do curto espaço de tempo do início do convênio, este estudo limitou-se à sistematização das ações



iniciais, dos objetivos e plano de execução do convênio, bem como a sua relação transversal com outras ações e programas da SDR.

Para este estudo, em especial, foram utilizados como fontes dados e relatórios restritos ao DCOOP/SDR relacionados ao acompanhamento da execução do PAA por meio de convênio entre a SDR e o MDS, na busca de contemplar informações acerca dos seus objetivos e seu plano de execução, bem como quanto a recursos financeiros disponibilizados pelo MDS, potenciais fornecedores de alimentos, órgãos públicos beneficiários da doação e possíveis transversalidades deste convênio com outras ações da SDR.

Em função da recente assinatura do convênio, foram realizadas duas atividades de capacitação, com a presença de 88 pessoas, entre técnicos da Emater, representantes de cooperativas da agricultura familiar e representantes de órgãos públicos estaduais. Um evento foi realizado em Porto Alegre, no dia 18 de julho, e outro em Santa Rosa, no dia 25 de julho.

Nessa perspectiva, este estudo serviu para subsidiar a SDR com informações técnicas, auxiliando na busca de alternativas para viabilizar a compra de alimentos de mais agricultores familiares, por meio de suas cooperativas, para o atendimento da demanda regular de alimentos nos órgãos públicos estaduais. Resultado desse trabalho foi a assinatura de um convênio de 40 milhões de reais entre a SDR e o MDS, com potencial de beneficiar em torno de 6.300 agricultores familiares.

Com base na análise realizada neste estudo, pode-se deduzir que o PAA, depois de um pouco mais de 10 anos, tornou-se um programa bastante complexo e abrangente, pelas suas cinco diferentes modalidades de operacionalização, o que permite atender à diversidade da agricultura familiar no Brasil. Esta complexidade, aliada à flexibilização e múltiplas ferramentas e instrumentos operacionais, permite contornar certas dificuldades, nesse caso, poder utilizar o Termo de Adesão ou convênio. Pode-se afirmar, ainda, que o PAA, além de contribuir de forma efetiva para o empoderamento das organizações econômicas da agricultura familiar, pode servir também de ferramenta para fortalecer experiências de desenvolvimento local e regional, considerando a com-



pra de alimentos produzidos no entorno de cada uma das unidades penitenciárias localizadas nas diferentes regiões do Estado do RS.

Por meio da análise realizada, pode-se afirmar que o PAA, enquanto programa de comercialização de alimentos, dialoga diretamente com outros programas atualmente desenvolvidos pela SDR. A título de exemplo, destacam-se aqui apenas três dos programas: a) o Programa da Agroindústria Familiar, pelo qual são disponibilizados apoio técnico e recurso financeiro para a implantação, ou adequação, de agroindústrias; b) o Programa da Regionalização do Abastecimento, pelo qual foram disponibilizados recursos financeiros para a estruturação logística das cooperativas; e c) o Programa Irrigando a Agricultura Familiar, pelo qual foram disponibilizados recursos financeiros para a aquisição de equipamentos de irrigação. Estes, assim como outros programas na SDR, visam potencializar a produção de alimentos. Assim, o PAA se coloca como um programa complementar aos demais, tendo em vista ser uma alternativa de mercado.

3.3.7. Identificação e análise de oportunidades de captação de recursos para viabilização de projetos de desenvolvimento rural sustentável no Rio Grande do Sul

O presente estudo técnico objetivou a identificação de oportunidades para a captação de recursos federais ou de entidades para a execução de projetos de desenvolvimento rural sustentável, a fim de subsidiar a SDR quanto às oportunidades existentes. Contribuiu ainda com a construção de um plano de captação, orientação para o desenvolvimento dos projetos e avaliação da efetividade dos programas, projetos, contratos e demais instrumentos firmados com órgãos públicos federais atuantes na agricultura familiar.

A SDR/RS foi criada pelo governo do estado com a finalidade de propor, formular e executar políticas para o fortalecimento da agricultura familiar, buscando o desenvolvimento rural, o fomento às redes de cooperação e a potencialização das políticas federais de desenvolvimento agrário no estado. Para atingir a sua missão, a SDR conta com recursos do tesouro do estado e com recursos captados em programas do governo federal e agentes financeiros. As principais políticas públicas trabalhadas pela SDR estão dentro dos objetivos estratégicos do governo do estado referentes



ao aumento do investimento produtivo e tecnológico, ao fortalecimento das cadeias produtivas e arranjos produtivos locais e à promoção de políticas públicas de proteção, inclusão social e combate à miséria.

Nessa perspectiva, a SDR articula-se por meio de convênios com prefeituras e secretarias municipais e cooperativas. Realiza contratos de repasse e convênios com ministérios federais, tais como MDA, MPA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), entre outros, e com operadores de fundos vinculados com a SDR, como: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil (BB), Caixa-RS/Badesul e Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul). A identificação de oportunidades de captação de recursos torna-se importante para auxiliá-la na priorização de execução de suas políticas.

Para desenvolver este estudo, foram realizadas análises técnicas dos programas existentes, reuniões de esclarecimento dos principais objetos dos programas e suas metas, oficinas de trabalho, análise do potencial dos projetos, identificação de possíveis patrocinadores, pesquisa de editais com foco no desenvolvimento rural sustentável para inserção de projetos nos editais e avaliação da execução destes.

O estudo mostrou que, desde a criação da SDR/RS, foram captados R\$ 382.434.592,93 em programas do governo federal e fontes de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

3.3.8. Avaliação dos principais pontos de estrangulamento econômico e social das cooperativas habilitadas no âmbito do Programa de Qualificação da Infraestrutura Produtiva dos Assentamentos do RS, com enfoque no projeto Funterra/BNDES-Proredes-Fundo Social

Esta avaliação evidenciou a importância do Programa de Qualificação da Infraestrutura Produtiva dos Assentamentos do Estado do Rio Grande do Sul, com o enfoque no projeto Funterra/BNDES – Proredes, por meio do convênio estabelecido entre o governo do estado e o BNDES. Realizou-se o diagnóstico das principais linhas de investimento dos recursos operacionalizados no projeto nas cooperativas; descrição do quadro lógico de operacionalização do programa; demonstração da



importância do cooperativismo como instrumento de democratização do acesso ao crédito e a relevância da alocação de recursos em cadeias produtivas estratégicas e de forma coletivizada; tese da importância das ações do projeto junto à estruturação das cooperativas Cooperal, Coopava, Coonaterra e a Cooperterranova; e a identificação dos principais pontos de estrangulamento das cooperativas e a relevância do acesso ao crédito de forma subsidiada.

O Estado do RS, tomando por referência os dados do Incra (2012), possui 330 projetos de assentamentos. São 156 projetos da União, 134 estaduais e 32 projetos compartilhados federal-estadual, um assentamento municipal e sete privados. Esses assentamentos representam aproximadamente 13 mil famílias. O projeto desenvolvido pelo Governo do Estado do RS em conjunto com a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS) e o BNDES/Fundo Social, inserido no Programa de Qualificação da Infraestrutura Básica e Produtiva nos Assentamentos do RS, é pioneiro no estado e no país. O programa prevê um aporte de R\$ 60.000.000,00 para investimento e custeio às cooperativas dos assentamentos em quatro grandes áreas de produção, sendo: a) cadeia produtiva do leite; b) cadeia produtiva do arroz ecológico; c) cadeia produtiva da produção de sementes com ênfase agroecológica; d) fortalecimento da logística para comercialização dos produtos nos programas institucionais PAA e no PNAE.

As cooperativas objeto deste trabalho atuam de forma regionalizada, tendo um papel relevante no desenvolvimento das economias locais com o aumento da circulação de produtos, capital circulante e na transferência de recursos de programas institucionais.

Para desenvolver este produto, realizaram-se uma vasta revisão de material bibliográfico pertinente ao Projeto Funterra/BNDES – Proredes; visitas aos municípios de Hulha Negra, Canguçu e Piratini para conhecimento da região; diálogos com os representantes das cooperativas e beneficiários; reuniões com o Conselho de Administração do Funterra e Câmara Técnica; bem como oficinas para a elaboração do manual de operacionalização do programa, com a participação das entidades envolvidas no processo.



3. Produção do conhecimento no âmbito do projeto de cooperação técnica

Foram beneficiários os associados das cooperativas: Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre (Coopava), Cooperativa Terra Nova de Canguçu Ltda. (Coperterranova), Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida (Conaterra) e Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda. (Coperal), perfazendo 856 famílias por meio dos investimentos de infraestrutura e logística nas diversas cadeias de produção.

Como resultados alcançados relacionados a este trabalho técnico, pode-se mencionar a elaboração do fluxograma operacional do programa de qualificação dos assentamentos; o normativo operacional do conselho do Funterra; as liberações financeiras efetivadas e as aquisições de bens de custeio e investimento realizadas às cooperativas do programa. Formulou-se ainda o manual de operacionalização do Projeto Proredes/Fundo Social, o qual dispõe de todos os procedimentos para o pleito de recursos desta fonte. Foram alocados recursos na ordem de R\$ 6.023.699,44 nas cooperativas Coopava, Coperterranova, Conaterra e Coperal. Por meio da análise realizada, pode-se verificar que os recursos foram investidos nas cadeias produtivas do leite, produção de sementes agroecológicas, recuperação e melhoramento dos solos, aquisições de máquinas e equipamentos e aquisição de veículos.



Figuras 27 e 28: Equipamentos adquiridos – Coperal. Fonte: COCEARGS.



Figuras 29 e 30: Equipamentos adquiridos – Conaterra. Fonte: COCEARGS.



Figuras 31 e 32: Recuperação do solo – Coperterrano. Fonte: COCEARGS.



Figuras 33 e 34: Recuperação do solo e sementes – Coopava. Fonte: COCEARGS.



3.3.9. Levantamento e análise das ações desenvolvidas pela SDR/RS para as agroindústrias familiares

Este trabalho contemplou a realização do levantamento e da análise das ações desenvolvidas pela SDR/RS para as agroindústrias familiares, a fim de contribuir com a Secretaria fornecendo informações sobre a evolução e o diagnóstico da situação das agroindústrias familiares, servindo como subsídio para a proposição e a execução de novas ações e políticas públicas voltadas para as agroindústrias familiares. O público relacionado ao produto contempla as agroindústrias familiares atendidas pelo Programa da Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho do Estado do Rio Grande do Sul, que, em julho de 2013, beneficiava 1.270 agroindústrias.

Diante do panorama apresentado pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2006, que identificou a existência de cerca de 8.160 agroindústrias familiares no estado, a SDR buscou desenvolver medidas visando atender às necessidades desse público e à formalização dos estabelecimentos. Entre essas medidas, foi criado o Programa Estadual de Agroindústria Familiar pelo Decreto Estadual nº 49.341, de 5 de julho de 2012. Esse Programa, hoje transformado em Política Estadual da Agroindústria Familiar, pela Lei Estadual nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012, foi resgatado da gestão 1999-2003 do governo do estado. O programa tem entre seus objetivos a implantação e a legalização de agroindústrias familiares, de pequeno porte e de processamento artesanal, buscando a agregação de valor à produção e a melhor qualidade de vida no meio rural.

A fim de conhecer melhor o panorama da situação das agroindústrias, este trabalho foi desenvolvido realizando o levantamento e a análise das atividades contempladas pelo Programa de Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho e executadas pelo Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento (DACA) da SDR/RS para as agroindústrias familiares do estado no período de janeiro de 2011 a julho de 2013.

Destacam-se as seguintes ações realizadas pelo programa: registro da marca de certificação “Selo Sabor Gaúcho”, em 2011; instituição da Po-



lítica Estadual de Agroindústria Familiar; realização de cursos de boas práticas de fabricação e processamento de alimentos, atendendo 155 beneficiados em 2012, com previsão de atendimento de 541 em 2013, somando um total de 696 beneficiários; realização e apoio a 23 feiras em 2012 e nove feiras em 2013, com mais oito previstas até o final de 2014; concessão de 123 licenciamentos ambientais; desenvolvimento de 30 *layouts* de rótulos para as agroindústrias; concessão do uso do “Selo Sabor Gaúcho” para 107 agroindústrias; vinculação da agroindústria ao sistema de cadastro de contribuinte da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo-se a comercialização dos produtos constantes na IN nº 45/1998, com a Nota Fiscal de Produtor Rural; cadastro de 1.270 agroindústrias e inclusão de 254 no programa; realização de 16 seminários regionais da Política Estadual de Agroindústria e um Seminário Estadual da Política da Agroindústria.

O trabalho identificou, ainda, que foram realizados, no ano de 2012, 16 seminários regionais da Política da Agroindústria Familiar, totalizando 1.932 participantes e abrangendo 402 municípios do estado.

A análise realizada mostrou que, em 2011, o Programa de Agroindústria Familiar contava com aproximadamente 220 agroindústrias cadastradas no Programa. As ações desenvolvidas pelo Programa como: assistência técnica, cursos, feiras, criação da Política Estadual da Agroindústria, criação da marca de certificação “Selo Sabor Gaúcho” contribuíram para que, em julho de 2013, o Programa de Agroindústria Familiar contemplasse 1.270 agroindústrias. Destas, 254 agroindústrias inclusas no Programa e aptas a comercializar.



Figura 35: Seminário Regional da Política Estadual da Agroindústria Familiar (14/9/2012) – Pelotas-RS.
Fonte: SDR/RS.

3.3.10. Diagnóstico da situação das regiões consideradas de maior vulnerabilidade no meio rural gaúcho visando à melhoria na qualificação produtiva de potenciais agroindústrias no Estado do Rio Grande do Sul

Foi realizada a identificação de áreas de vulnerabilidade social a fim de buscar a melhoria na qualificação produtiva no meio rural de potenciais agroindústrias no Estado do Rio Grande do Sul. Objetivou-se analisar de que forma a Política da Agroindústria Familiar, por meio do Programa de Agroindústria/RS, pode contribuir na redução dos desequilíbrios regionais, sociais e ambientais e no fortalecimento das ações de combate à fome e à pobreza.

Este produto considerou a identificação das regiões com pobreza extrema no meio rural, verificação da existência de potenciais agroindústrias nestas regiões e análise, por meio dos dados do Programa Estadual de Agroindústria Familiar, das agroindústrias nestas regiões, sua produção e fomentos empregados.

Atualmente, as políticas públicas têm buscado resgatar a agricultura familiar, a qual mobiliza maior mão de obra no campo; utiliza menor



área para cultivo, em comparação às grandes propriedades de terra; representa parte importante na economia regional; valoriza a cultura e proporciona melhoria na qualidade de trabalho e de vida, agregando valor aos produtos gerados, diminuição das desigualdades sociais, geração de renda, resgate da autoestima social, desenvolvimento rural sustentável, manejo adequado dos recursos.

Para desenvolvimento deste produto, foi feita a identificação das regiões consideradas de maior pobreza no estado ou em situação de grande vulnerabilidade social, com base em uma vasta análise bibliográfica. Foram visitadas potenciais agroindústrias localizadas nestas regiões; realizadas reuniões com as comunidades locais envolvidas, informando-se os benefícios e os serviços oferecidos pelo PEAFF, tais como beneficiamento, organização, infraestrutura, sanidade, segurança alimentar e comercialização, levando em consideração a realidade e os valores culturais e sociais, a partir da observação e do levantamento das dificuldades dessas comunidades. Foram também levantados, a partir dos dados do Programa Sabor Gaúcho, o número de agroindústrias nestas regiões e o de recursos investidos.

Como resultado desse diagnóstico, identificaram-se as seguintes regiões de maior vulnerabilidade no estado: Fronteira Oeste, Campanha, Sul, Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Centro Sul, Celeiro e Litoral. Visitaram-se cinco dessas regiões, com o objetivo de compreender a realidade local, por meio da cultura, produção e economia da região. Essas regiões totalizam 464 agroindústrias cadastradas no Programa de Agroindústria, sendo 288 de origem vegetal e 176 de origem animal. Deste montante, 92 estão totalmente legalizadas.

Visitaram-se, ainda, 20 unidades de beneficiamento. Seis destas já estão cadastradas no Programa de Agroindústria e nove são potenciais agroindústrias. Entre as potenciais agroindústrias, produzem-se panificados, conservas vegetais, minimamente processados, derivados da cana-de-açúcar, sucos, entre outros. Dos públicos visitados estão assentamentos, comunidades quilombolas e pescadores artesanais. Destaca-se a participação das mulheres no comando das agroindústrias.



3. Produção do conhecimento no âmbito do projeto de cooperação técnica

Por meio do Programa de Agroindústria, mais de quatro milhões foram investidos nestas regiões para fomento de agroindústrias, associações e cooperativas.

Com base no estudo realizado, verificou-se um baixo número de agroindústrias legalizadas nestas regiões. Os principais entraves identificados entre as potenciais agroindústrias estão a inexistência de local específico para processamento da matéria-prima; carência de mão de obra; carência de recursos; dificuldade de gestão das atividades e evasão dos jovens.

Estratégias que combinem atividades agrícolas e não agrícolas permitem mais fortemente a inserção da mulher. Outras atividades, como o turismo e a preservação ambiental, também são importantes no espaço rural.



Figura 36: Comunidade Quilombola-Alegrete Fronteira Oeste II – Centro de Artesanato Raimundo Ferreira Ramos dos Quilombos do Angico, 2º Subdistrito – Alegrete-RS.
Fonte: SDR/RS.



Figuras 37 e 38: Médio Alto Uruguai região metropolitana. Fonte: SDR/RS.

3.3.11. Estudo técnico sobre os principais pontos de estrangulamento da cadeia produtiva da pesca artesanal no Estado do Rio Grande do Sul

Este estudo realizou uma análise dos principais pontos de estrangulamento da cadeia produtiva da pesca artesanal no RS. Por meio do referido estudo, desenvolvido no âmbito da cooperação SDR-IICA, verificaram-se os entraves da cadeia da pesca artesanal no estado, do ponto de vista econômico, social e ambiental; analisou-se o papel das unidades de beneficiamento na cadeia do pescado, considerando as agroindústrias inclusas no PEAf, e avaliou-se o acesso às políticas públicas relacionadas ao tema.

A pesca artesanal é uma das atividades mais antigas e tradicionais. Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Rio Grande do Sul é apontado como o 4º maior no país em recursos pesqueiros e estima-se que existam cerca de 18 mil pescadores artesanais no estado. A cadeia do pescado, no entanto, apresenta diversos gargalos relacionados aos aspectos sociais, econômicos e ambientais. Os pescadores artesanais es-



tão em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista as modificações políticas e econômicas ao longo da história, bem como o desenvolvimento da urbanização sobre as áreas de pesca. Estes e outros fatores vêm comprometendo a manutenção dessas populações tradicionais, as quais se utilizam destes ambientes de forma a buscar a sua produção e reprodução material e social.

Diferentes políticas públicas foram criadas a fim de atender este público, porém, nem sempre são bem aplicadas, o que reafirma a necessidade de mobilização do poder público na elaboração de estratégias e medidas que proporcionem melhores condições de vida aos pescadores, levando em consideração os valores, conhecimentos, símbolos e ideologias destas populações.

A partir da perspectiva de diagnosticar os maiores entraves na cadeia da pesca artesanal no Estado do Rio Grande do Sul, este estudo buscou informações por meio de análise bibliográfica de artigos, dissertações e teses que tratam do tema, envolvendo as dimensões ambientais, sociais, políticas e econômicas. Foram realizadas visitas a colônias de pescadores e agroindústrias e feitas entrevistas com pescadores e gestores públicos. Houve, ainda, participação em eventos, como encontros, seminários, debates e audiências públicas, que abordaram o tema da pesca artesanal e demais aspectos envolvidos. Verificou-se, assim, quais os gargalos mais representativos nos locais estudados, bem como os impactos positivos e negativos que esta atividade proporciona para os pescadores artesanais envolvidos neste processo.

Como resultados do estudo realizado, foram identificadas nove regiões pesqueiras no Rio Grande do Sul e 41 colônias de pescadores. Identificaram-se três eixos principais de pontos de estrangulamento na cadeia do pescado:

De caráter social

- O analfabetismo interfere na autonomia, na autoestima e dificulta a tomada de decisões no que se refere à forma e aos modos de organizar-se socialmente em associações e cooperativas, gerir ou lidar com as questões econômicas.



- Há a necessidade de promover investimentos em qualificação/capacitação para os grupos organizados, contribuindo, assim, para a superação desta situação.
- Necessidade de ações voltadas ao entendimento da gestão em associativismo e cooperativismo, buscando a sustentabilidade social e econômica dos empreendimentos das comunidades.
- Como alternativa para o sucesso dessas qualificações é desejável que estas sejam realizadas associadas ao período de defeso regional, quando se utilizam recursos do seguro defeso.

De caráter ambiental

- Necessidade de valorização do saber tradicional das comunidades de pescadores, baseados nos fenômenos da natureza, e a importância do ordenamento pesqueiro.
- O avanço de diferentes atividades sobre as áreas de pesca tem gerado degradação destes ambientes, pela poluição, seja por resíduos sólidos ou efluentes, seja pela redução dos estoques pesqueiros, em função da sobrepesca.
- Planos diretores municipais e gestores públicos comprometidos com a responsabilidade ambiental devem desenvolver ações voltadas à educação ambiental participativa (cursos, palestras, seminários temáticos e ou capacitações) nas escolas, entre a população urbana e rural, entidades públicas e privadas, bem como para os pescadores.

De caráter legal

- Necessidade de harmonização de leis, normativas e decretos no que diz respeito ao acesso e ao uso da água, do solo e dos recursos pesqueiros, ressaltando-se que a grande maioria das comunidades de pescadores encontra-se em áreas de APP.
- Importância do combate ao comércio ilegal de produtos e incentivos às pequenas unidades de beneficiamento.
- Necessidade de incentivar e promover a negociação e liquidação de dívidas (seja pela extensão dos prazos, seja pela anistia



dos saldos devedores) para a manutenção da sustentabilidade dessas comunidades.

Nessa perspectiva, o presente estudo constatou a necessidade de maiores investimentos na infraestrutura para a melhoria das condições de processamento do pescado; criação de políticas de incentivo à formalização dessas unidades de beneficiamento; maiores investimentos na educação diferenciada para os jovens e adultos; desenvolvimento de ações de resgate da autoestima e de iniciativas de conservação e manutenção do meio ambiente.



Figura 39: Fórum da Pesca do Litoral II. Fonte: SDR/RS.



Figura 40: Colônia de Pescadores – Delta do Jacuí-RS. Fonte: SDR/RS.

3.3.12 Análise sobre o processo de implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no Rio Grande do Sul (Sisan/RS)

O presente trabalho analisou o processo de implantação do Sisan/RS, identificando os avanços e as ações já desenvolvidas no estado. Envolveu a realização de capacitações sobre a Política e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional; articulação de rede de apoiadores para instituição de comissões regionais de segurança alimentar e nutricional no estado; análise do funcionamento da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan/RS) e dos programas de governo, de acordo com as diretrizes emanadas das conferências no tema e das proposições do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do RS (Consea/RS); reuniões com os municípios para o início do processo de adesão ao Sisane cooperação na elaboração do Sisan.

O Sisan foi instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan). Para alcançar seu propósito maior, é preciso que o Sisan seja integrado por todos os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal



e Municípios afetos à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e que estimule a integração dos diversos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promova o acompanhamento, monitoramento e a avaliação da SAN e da realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada no território brasileiro. A garantia desse direito abrange desde ações de distribuição de alimentos até ações de redistribuição de renda e recursos produtivos, como, por exemplo, acesso a terra rural e urbana, acesso a territórios, acesso à moradia, acesso à água, acesso a informações, acesso aos canais de participação política e controle social, entre outros. Trata-se de um conjunto de ações multissetoriais que envolvem atribuições de diversos órgãos e agentes públicos.

A estrutura hoje implementada em âmbito federal que integra o Sisan é a seguinte: a) Conferência Nacional de Segurança Alimentar; b) Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; c) Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional; d) órgãos e entidades de SAN da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e) instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão ao Sisan.

Deverão ser replicados nos Estados, Distrito Federal e Municípios para que se possa articular nacionalmente o sistema, permitindo a instituição das instâncias de pactuação, fóruns bipartites (estados com seus municípios) e o fórum tripartite (União, Estados/Distrito Federal e Municípios), na perspectiva de formulação, execução, monitoramento e avaliação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio da articulação dos Planos Nacional, Estaduais/Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Para auxiliar no processo de implantação do Sisan no Rio Grande do Sul, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) técnico para a elaboração de um projeto para apoio à implementação do Sisan, tendo como proponente a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e o Consea Estadual, como interveniente, pleiteando recursos no valor de R\$ 420.000,00. O estado foi contemplado no Projeto Apoio para a Implementação e a Consolidação do Sisan/RS e continua utilizando recursos do projeto para dar andamento às atividades nele propostas. Fo-



ram realizados oficinas, seminários, encontros, capacitações, reuniões envolvendo diversos atores, como os conselhos de áreas que fazem interface com a segurança alimentar e nutricional, sindicatos, sociedade civil organizada, movimentos, fóruns, gestores públicos municipais e estaduais de secretarias estratégicas para a segurança alimentar e nutricional, frente parlamentar de segurança alimentar, câmara de vereadores e outros atores ligados à política de segurança alimentar, sempre atendendo às normativas e orientações vindas da Caisan Nacional, ligada à Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan/MDS), e do Consea Nacional. Foi elaborado um caderno de formação para servir de base para os encontros.

Com base na análise realizada neste trabalho, alguns resultados relacionados ao processo de implantação do Sisan/RS foram identificados, como: realização de 14 oficinas regionais envolvendo diversos atores da sociedade civil organizada e gestores municipais e estaduais; formação de 12 comissões regionais de segurança alimentar e nutricional no estado, eleitas nas 14 oficinas regionais; realização de mais quatro oficinas regionais; elaboração de um caderno sobre a implantação do sistema no estado; elaboração de um plano estadual de segurança alimentar e nutricional (em andamento), pela Caisan/RS; realização da 4ª Conferência Estadual +2 de SAN; e adesão dos municípios de Caxias do Sul, Canoas e Rio Grande ao Sisan.

No âmbito da segurança alimentar e nutricional, o trabalho ressaltou a importância de se trabalhar este tema de maneira transversal e intersetorial nas esferas federal, estadual e municipal, requerendo muito diálogo entre governo e sociedade civil. Destacou, ainda, que se deve ampliar o processo de sensibilização dos gestores municipais sobre a política de Segurança Alimentar e o Sisan, fortalecendo a adesão de todos os municípios do estado ao Sisan.



3. Produção do conhecimento no âmbito do projeto de cooperação técnica



Figura 41: Seminário Regional sobre o Sisan- Tramandaí-RS. Fonte: SDR/RS.



Figura 42: Reunião Plenária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do RS. Fonte: SDR/RS.



3.3.13. Estratégias e metodologias para implantação de unidades de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS)

Este produto apresentou algumas estratégias e metodologias para auxiliar na implantação de unidades de PAIS. Teve como área estadual de abrangência três regiões do Rio Grande do Sul, Alto da Serra do Botucaí, Sul e Médio Alto Uruguai. Prestou-se suporte técnico especializado no sentido de facilitar a implantação de 135 unidades de PAIS voltadas à melhoria da qualidade de vida de famílias de agricultores familiares do estado. Cooperou-se na elaboração do Projeto Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, na elaboração de minuta do termo de cooperação e na articulação entre os diversos órgãos envolvidos no projeto.

A PAIS refere-se a uma tecnologia idealizada, em 1999, pelo Engenheiro Agrônomo senegalês Aly Ndiaye, e adotada por aproximadamente sete mil famílias de pequenos agricultores de 19 estados brasileiros. É uma tecnologia disseminada pela Fundação Banco do Brasil, que tem como objetivo principal a segurança alimentar, buscando o desenvolvimento sustentável. Em uma pequena área, o agricultor pode diversificar a produção integrando horta, pomar e avicultura, tendo como resultado a sustentabilidade econômica e ecológica da propriedade.

Nesse sistema, são adotadas técnicas específicas de otimização de recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural das comunidades rurais. O sistema proporciona à família condições de produzir seu sustento e independência de insumos externos à propriedade. A adoção da tecnologia social PAIS contribui para o enfrentamento da erradicação da pobreza extrema no meio rural. Isso porque hoje, no RS, das 306,6 mil pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, 78 mil estão no meio rural. Portanto, a assistência técnica e extensão rural têm um papel fundamental neste contexto, seja pela inclusão produtiva, seja pelo resgate da cidadania e da erradicação da miséria dessa parcela da população. Estas ações, uma vez desencadeadas, tornar-se-ão imprescindíveis para que se consigam atingir objetivos convergentes para o mesmo fim, como é o caso das políticas públicas propostas pelos governos federal e estadual por meio dos Programas



3. Produção do conhecimento no âmbito do projeto de cooperação técnica

Brasil Sem Miséria e RS Mais Igual. Assim, a implantação das 135 PAIS nas propriedades rurais em regiões mais pobres do estado é a primeira etapa para a instalação do projeto, que poderá ser referência estadual e nacional no sentido de promover a diminuição da desigualdade social.

Para auxiliar na conjugação de esforços para facilitar a implantação das unidades de PAIS, foram organizadas reuniões e visitas às famílias, elaborado o projeto, definidas as regiões e os municípios, confeccionada a minuta do termo de cooperação e promovido o evento para o ato de assinatura do convênio.

Como resultados alcançados, destacam-se a elaboração do Projeto PAIS, o convênio firmado entre SDR, Emater, Fundação Banco do Brasil e Fundação de Estudos para o Associativismo, bem como a implantação de 135 unidades de PAIS nas três regiões estabelecidas.

O presente trabalho registrou ainda que a PAIS configura-se como uma tecnologia social muito interessante e utilizada por algumas famílias que querem abandonar a cultura da produção do tabaco, podendo, assim, ser uma alternativa para a transição da produção de tabaco por famílias de baixa renda.



Figura 43: Curso para técnicos – PAIS. Fonte: SDR/RS.



3.3.14. Proposta de cartilha demonstrativa sobre o Programa de Apoio à Agricultura Familiar Campesina (Plano Camponês)

A proposta de cartilha demonstrativa do Programa de Apoio à Agricultura Familiar Campesina (Plano Camponês), com foco na melhoria das condições de infraestrutura básica, objetivou produzir um material, em uma linguagem popular, a fim de disseminar conhecimentos técnicos e informações sobre o Plano Camponês, contribuindo para que milhares de camponeses possam usufruir desta política pública.

Pode-se destacar como importância deste produto: a) informar as famílias camponesas, possíveis beneficiárias ou não do programa, do que constitui o Plano Camponês; b) divulgar a existência deste importante programa tanto no campo como no meio urbano; c) fortalecer para a sociedade a relevância da categoria dos camponeses na cadeia de produção de alimentos saudáveis, bem como a alimentação saudável.

O Plano Camponês beneficiará famílias de 135 cidades gaúchas em torno de sete regiões representadas pelas cidades polos: Rio Grande, Pelotas, Passo Fundo, Erechim, Caxias do Sul, Santa Maria e região metropolitana, Santa Cruz e Santa Rosa.

A implantação do Programa de Apoio à Agricultura Familiar Campesina, apelidado de Plano Camponês, por parte do governo do estado e BNDES, atendeu uma reivindicação antiga de uma grande parcela dos movimentos sociais do campo. Esta mesma reivindicação é gerenciada junto ao Governo Federal. No RS, uma parcela significativa do programa deverá ser implementada no ano de 2015. Refere-se a um importante tema atualmente na sociedade: alimentação saudável.

3.3.15. Sistematização e avaliação do planejamento e implementação do Programa Segunda Água, voltado à promoção da segurança alimentar e inclusão produtiva de famílias que se encontram em situação de pobreza extrema no meio rural gaúcho

Este produto tem como área de abrangência a região Macro Norte do Rio Grande do Sul. Foram realizadas a sistematização e avaliação do planejamento e implantação de políticas públicas voltadas à organização social, para promoção da segurança alimentar e inclusão produtiva



de famílias que se encontram em situação de pobreza extrema no meio rural gaúcho, por meio da implementação do Programa Segunda Água pela SDR. Fez-se a identificação dos resultados alcançados e dificuldades encontradas e foram propostas possíveis melhorias, com vistas ao aperfeiçoamento de políticas públicas para o público-alvo. Estão sendo beneficiadas 2.556 famílias de agricultores familiares em situação de pobreza.

O produto desenvolvido possui extrema relevância no Estado do RS, visto que se refere a uma política pública da agricultura familiar que beneficia diretamente agricultores em situação de pobreza extrema. No Programa Segunda Água, a família passa a ter alternativas de produção agrícola, qualificar a produção de alimentos, ter perspectivas de melhoria de renda e conseqüentemente de inclusão social.

Este estudo destacou que o processo de planejamento das políticas públicas é realizado por meio de processo coletivo de diagnóstico da realidade e das alternativas de incidência sobre esta realidade com programas específicos. O processo coletivo envolve técnicos da SDR, entidades e representantes das populações a serem atendidas. Compreende-se que, dessa forma, a implantação da política pública resultará em benefícios mais concretos para o público em questão. Ressalta-se ainda que a implantação do programa Segunda Água parte da premissa de que é insuficiente somente a liberação do recurso financeiro e realização da obra para armazenamento de água. Portanto, o programa desenvolveu metodologicamente um processo que envolve: a) a seleção das famílias, com base em visitas e diagnósticos destas, acompanhada por um comitê municipal que contempla critérios técnicos de disponibilidade da família em desenvolver o projeto; b) elaboração do projeto técnico a partir da realidade diagnosticada, com a presença do técnico e da família beneficiada, bem como o acompanhamento da assistência técnica na execução do projeto, e c) orientação e capacitação dos beneficiários para o desenvolvimento para a implantação do projeto.

Cabe registrar que o programa ainda está em fase de execução, com as etapas de seleção das famílias e elaboração dos projetos técnicos quase concluídas, atendendo cerca de 95% da meta planejada. Contudo, a



fase de execução das obras foi realizada em pequena quantidade, sendo que, parte das obras, ainda se encontra em fase de licitação.

Mesmo com o programa estando em fase de execução, observam-se progressos significativos, especialmente no que diz respeito à participação da família no processo de decisão sobre o projeto produtivo, além das atividades de orientação e capacitação que desenvolve nos participantes um processo inicial de inclusão social. Em função da condição de pobreza e dificuldade de acesso, as famílias relatam que não participavam de atividades e nem eram convidadas. “Agora, além de melhorar a autoestima, temos a possibilidade de melhorar a nossa propriedade”, relata uma beneficiária do programa. Este depoimento mostra que tão ou até mais importante que a liberação de recursos para desenvolver o empreendimento, o processo de interação social cumpre papel fundamental.

Foto: Lúcio Costi Ribeiro/ICA SDR-RS





4. Execução Orçamentária e Financeira do PCT

O Projeto de Cooperação Técnica, parte integrante do Termo de Cooperação Técnica “Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul”, apresenta, em seu item 6 – “Insumos”, a discriminação das rubricas de despesas necessárias para a execução da cooperação técnica, tendo como referência as linhas orçamentárias do IICA, denominadas de Objetos de Gasto Maior (OGM), conforme especificadas a seguir:

- **OGM 1 – Pessoal Internacional**

Representa a rubrica que permite a contratação de profissionais do exterior, o que não se aplica a este projeto.

- **OGM 2 – Pessoal Nacional**

Constituído por especialistas nacionais contratados para a implementação de segmentos do PCT; sempre estarão explicitamente vinculados à execução de seus objetivos e resultados e com regime trabalhista sujeito às disposições pertinentes aos regulamentos do IICA.

- **OGM 3 – Capacitação e Treinamento**

Rubrica destinada ao pagamento de atividades de organização de eventos de capacitação e treinamento, como seminários, cursos e oficinas de trabalho, entre outros.



- **OGM 4 – Viagens de Pessoal Permanente**
Representa os gastos com viagens (passagens, diárias e reembolso de despesas) realizadas pelos profissionais contratados para o desenvolvimento das ações previstas no PCT presentes no OGM 2.
- **OGM 5 – Material de Consumo**
Esta linha orçamentária destina recursos para a impressão, distribuição e reprodução de documentos, avisos oficiais em jornais e materiais de escritório, tais como, papel, caneta, lápis, produtos de limpeza e manutenção.
- **OGM 6 – Equipamentos e Aluguel**
Destina-se a atender a aquisição ou aluguel de materiais permanentes necessários ao desenvolvimento do PCT, como equipamentos, veículos, imóveis, mesas, cadeiras, *hardwares*, *softwares*, projetores, livros e vídeos, entre outros.
- **OGM 7 – Comunicação e Manutenção**
Representa as despesas com serviços gerais de manutenção, reparos e pagamento de tarifas públicas, como contas de água, esgoto, energia elétrica e telefones.
- **OGM 8 – Contratos por Resultados**
Destina-se ao pagamento de honorários, viagens e seguro de consultores contratados por um período determinado para elaboração de produtos técnicos, sem nenhum vínculo empregatício. Estão incluídos também serviços técnicos eventuais, tais como tradução, revisão textual e técnica, diagramação e auditoria, além de recursos para monitoramento e avaliação substanciados em ações de planejamento, supervisão e controle das ações do PCT.
- **OGM 9 – Diversos**
Nesta rubrica, são incluídas as despesas não imputáveis a nenhum dos outros componentes orçamentários anteriormente descritos, como gastos com atos oficiais e encargos bancários.



A Tabela 1 apresenta o Orçamento Total aprovado para o desenvolvimento das ações do Projeto no prazo de sua vigência, março de 2012 a dezembro de 2014. Dele, apresentam-se as seguintes considerações:

1. Não havia a intenção de contratação de profissionais externos, tanto que a rubrica assinala quantitativo zero.
2. Tendo em vista a natureza e complexidade do escopo técnico do PCT, foi planejada a contratação de profissionais nacionais especializados em temas de caráter eminentemente técnico, com dedicação integral às ações do PCT. O valor orçado para a rubrica, de R\$ 3.782.206,63, representou 71,43% dos recursos aprovados no Projeto.
3. Para a rubrica Contratos por Resultados, que representa a mobilização de consultorias especializadas e as prestações de serviços de característica eventual, o valor orçado foi de R\$ 499.755,58, que representou 9,44% do Orçamento Total aprovado.
4. A contratação de profissionais nacionais e as consultorias e prestações de serviços representaram 80,87%, quase a totalidade do orçamento, o que significa a alta prioridade dada pela cooperação técnica entre a SDR e o IICA na transferência, disseminação e internalização de conhecimentos.
5. Um item também relevante no orçamento original foi representado pelo OGM 4 – Viagens de Pessoal Permanente, com valor de R\$ 403.435,38, equivalente a 7,62% do valor orçamentário total. Isso significa que grande parte da transferência de conhecimentos foi planejada para desenvolver ações de descentralização no interior do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com as diretrizes da SDR.



Tabela 1
Orçamento Geral aprovado para o PCT
Período: março de 2012 a dezembro de 2014

Valores em Reais

Linha Orçamentária	Valor Total do Orçamento
OGM 1 – Pessoal Internacional	0,00
OGM 2 – Pessoal Nacional	3.782.206,63
OGM 3 – Capacitação e Treinamento	151.288,27
OGM 4 – Viagens de Pessoal Permanente	403.435,38
OGM 5 – Material de Consumo	75.644,13
OGM 6 – Equipamentos e Aluguel	25.214,71
OGM 7 – Comunicação e Manutenção	100.858,85
OGM 8 – Contratos por Resultados	499.755,58
OGM 9 – Diversos	4.538,66
Subtotal	5.042.942,21
Taxa Institucional – TIN (5%)	252.147,11
TOTAL	5.295.089,32

A Tabela 2, a seguir, indica a programação orçamentária ao longo do período de vigência do Projeto de Cooperação Técnica, ou seja, um cenário de aplicação anual dos recursos pela SDR/RS para o desenvolvimento dos objetivos e resultados do projeto.

Tabela 2
Programação Orçamentária Anual (2012 a 2014)

Valores em Reais

Linha Orçamentária	Programação Orçamentária Anual		
	2012	2013	2014
OGM 1 – Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00
OGM 2 – Pessoal Nacional	1.030.385,71	1.373.847,63	1.377.973,29
OGM 3 – Capacitação e Treinamento	41.215,43	54.953,91	55.118,93



OGM 4 - Viagens de Pessoal Perman.	109.907,81	146.543,75	146.983,82
OGM 5 - Material de Consumo	20.607,71	27.476,95	27.559,47
OGM 6 - Equipamentos e Aluguel	6.869,24	9.158,98	9.186,49
OGM 7 - Comunicação e Manutenção	27.476,96	36.635,94	36.745,95
OGM 8 - Contratos por Resultados	136.148,30	181.531,07	182.076,21
OGM 9 - Diversos	1.236,47	1.648,62	1.653,57
Subtotal	1.373.847,63	1.831.796,85	1.837.297,73
Taxa Institucional -TIN (5%)	68.692,38	91.589,84	91.864,89
TOTAL	1.442.540,01	1.923.386,69	1.929.162,62

Como pode ser observado, a expectativa era a de que os percentuais orçamentários para os anos de 2012, 2013 e 2014 alcançassem respectivamente: 27,24%, 36,33% e 36,43 do orçamento total para os citados anos.

A Tabela 3, a seguir, indica o comportamento do orçamento total programado *versus* a execução efetiva ao longo do período de desenvolvimento do Projeto.



Tabela 3
Orçamento Total versus Execução Anual

R\$

LINHA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO ORIGINAL DO PCT	EXECUÇÃO 2012	EXECUÇÃO 2013	EXECUÇÃO 2014*	TOTAL EXECUTADO
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	3.782.206,63	840.503,79	1.385.771,61	1.091.196,87	3.317.472,27
3 - Capacitação e Treinamento	151.288,27	0,00	40,00	0,00	40,00
4 - Viagens de Pessoal Permanente	403.435,38	46.619,86	112.576,00	93.116,46	252.312,32
5 - Material de Consumo	75.644,13	560,00	816,00	0,00	1.376,00
6 - Equipamentos e Aluguel	25.214,71	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - Comunicação e Manutenção	100.858,85	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Contratos por Resultados (consultorias, Prestação de Serviços)	499.755,58	24.607,15	737,77	54.255,00	79.599,92
9 - Diversos	4.538,66	0,00	0,00	0,00	4.538,66
Sub-Total	5.042.942,21	912.290,80	1.499.941,38	1.238.568,33	3.650.800,51
TIN	252.147,11	45.614,54	74.997,07	61.928,42	182.540,03
Total	5.295.089,32	957.905,34	1.574.938,45	1.300.496,75	3.833.340,54
Percentual	100	18,09	29,74	24,56	72,39

* Valores sujeitos à alteração em decorrência da celebração do Documento de Encerramento do PCT (cláusula sexta, § 3º) entre a SDR e IICA após conclusão desta Publicação.

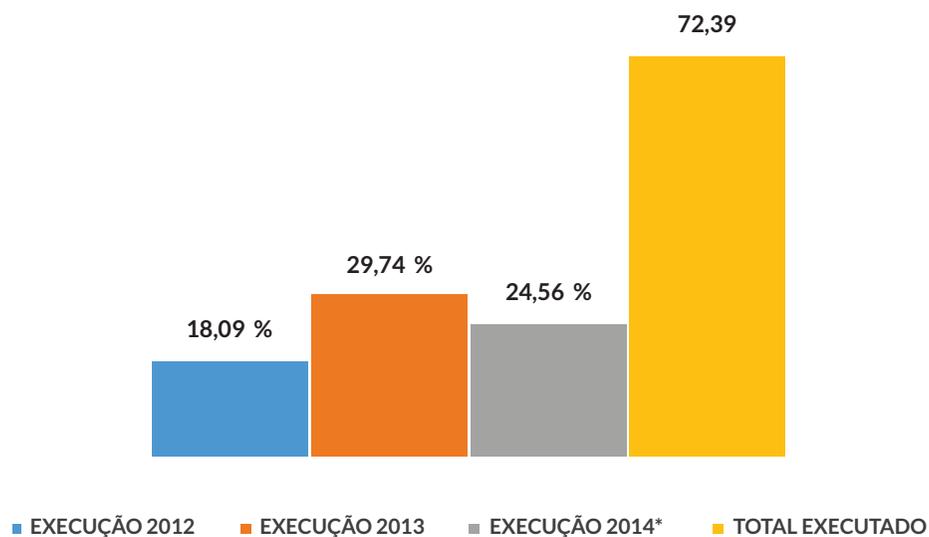


Gráfico 1: Percentual de Execução Anual

Como pode ser observado no Gráfico 1, no primeiro ano de desenvolvimento do Projeto, a execução orçamentária efetiva alcançou o percentual de 18,09% em 2012, 29,74% em 2013 e 24,56% em 2014. Em sua totalidade, o PCT alcançou um índice de 72,39% de execução no período de 2012 a 2014, com referência ao valor total programado.



A seguir, a Tabela 4 apresenta os repasses financeiros efetuados pela SDR *versus* a execução financeira anual, com base nos balancetes mensais e prestações de contas enviados pelo IICA à Direção Nacional do PCT.

Tabela 4
Repasses e Execução Financeira
Valores Anuais

Valores em Reais

REPASSE E EXECUÇÃO FINANCEIRA		
ANO	REPASSE FINANCEIRO	EXECUÇÃO FINANCEIRA
2012	1.442.540,00	957.905,34
2013	1.442.540,01	1.574.938,45
2014*	1.445.427,98	1.300.496,75
TOTAL	4.330.507,99	3.883.340,54
SALDO		497.167,45

*Valores sujeitos à alteração em decorrência da celebração do Documento de Encerramento do PCT (cláusula sexta, § 3º) entre a SDR e IICA após conclusão desta Publicação.

Observa-se que os valores financeiros desembolsados pela SDR para execução do PCT corresponderam a 81,78% sobre o valor total orçamentário do Projeto. No que tange aos recursos financeiros efetivamente repassados, R\$ 4.330.507,99, a sua execução atingiu um patamar de 88,52%, que representa uma gestão eficiente dos recursos alocados em face dos resultados alcançados.

Na Tabela 4, verifica-se um saldo financeiro, sujeito à alteração em decorrência da celebração do Documento de Encerramento do PCT (cláusula sexta, § 3º do Termo de Cooperação) entre a SDR e o IICA após conclusão desta Publicação, no valor de R\$ 497.167,45. Registra-se que, após serem pagas todas as obrigações assumidas em virtude da execução do PCT (2012 a 2014), o saldo financeiro apurado será transferido pelo IICA a favor da SDR/RS, em observância ao Termo de Cooperação assinado entre as partes (cláusula décima).

Cabe registrar que, durante a gestão administrativa do PCT, os recursos finan-



ceiros aportados pelo estado, por meio da SDR, foram administrados de acordo com as políticas, normas, os regulamentos e procedimentos financeiros do IICA e em conformidade com os princípios da Administração Pública.

Nesse contexto, com base nos números apresentados, pode-se constatar um alcance satisfatório de execução financeira do PCT, em virtude de sua natureza e complexidade do seu escopo técnico, amplamente demonstrado nos Capítulos 3 e 5 desta publicação.



Foto: Lúcio Costi Ribeiro/IICA SDR-RS

Foto: Lúcio Costi Ribeiro/IICA SDR-RS





5. Conclusões, lições aprendidas e recomendações

O Projeto de Cooperação Técnica PCT “Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul” contribuiu para promover de forma sustentável o fortalecimento da economia rural de base familiar e cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul.

O referido PCT cooperou em atender aos desafios e às necessidades da SDR/RS, por meio da produção de conhecimentos técnicos, auxiliando para o alcance de uma gestão eficiente dos programas e projetos estratégicos da Secretaria, para o desenvolvimento de capacidades individuais e institucionais e para a elaboração de estudos técnicos prioritários de fortalecimento da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul.

Diferentes temas do escopo de atuação da SDR/RS foram trabalhados no âmbito da cooperação técnica internacional, abrangendo questões relacionadas à juventude rural, comunidades quilombolas e indígenas, cooperativismo, agropecuária, agricultura familiar, agroindústrias, cadeias produtivas, entre outras, que buscam fortalecer economias de base familiar e cooperativa, conjugando melhoria de renda, qualificação tecnológica e sustentabilidade social e ambiental.

A seguir, são apresentadas algumas conclusões, lições aprendidas e recomendações referentes aos distintos produtos da cooperação técnica (detalhados no Capítulo 3 – Produção do Conhecimento) desenvolvidos no âm-



bito da parceria entre a SDR/RS e o IICA, relacionando-os aos três Objetivos Imediatos e 14 Resultados previamente planejados no PCT.

- No que se refere ao objetivo imediato 1
 - I. Objetivo imediato 1: aperfeiçoar estratégias e instrumentos de intervenção da SDR e suas instituições vinculadas, que assegurem a gestão ágil e eficiente de programas, projetos e ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.
 - i. Resultado 1.1. Propostas para o fortalecimento de redes sociais e de cooperativas envolvidas com o desenvolvimento da agricultura familiar e de comunidades rurais elaboradas e validadas.

Para o alcance do Resultado 1.1 do PCT, foram desenvolvidos os produtos a seguir descritos no âmbito da cooperação SDR/RS-IICA.

- a) Estímulo à organização e constituição de novas cooperativas da agricultura familiar e centrais de cooperativas para comercialização

Na temática de cooperativismo, a cooperação técnica apoiou o processo de estímulo à organização e constituição de novas cooperativas. Nessa perspectiva e com a possibilidade de acesso a programas e projetos, bem como a chance de atuação no campo econômico, os agricultores beneficiários identificaram no cooperativismo uma importante organização capaz de atender às suas necessidades econômicas. Como lição aprendida no trabalho de construir um empreendimento como de uma cooperativa, cabe destacar que, na maioria das vezes, necessita-se de um tempo para amadurecimento e esclarecimento da proposta entre seus cooperados, por isso, todos os seus passos precisam ser cuidadosamente planejados e profundamente debatidos, evitando, assim, o desvirtuamento dos princípios e valores do cooperativismo. Diversos exemplos de cooperativas construídas sem amplo processo de entendimento se transformaram em problemas para sua base social. Porém, as cooperativas que se constituíram baseando-se nessa lição aprendida logo se inte-



graram a uma articulação econômica e passaram a atuar efetivamente como fornecedoras de alimentos para chamadas públicas diversas, tendo renda e articulação política interna, de modo que o empreendimento ganhou vida econômica e participação social. O auxílio às cooperativas é também importante para que possam evoluir e se transformar em um ator social com capacidade e mobilidade. Todo esse processo gerou conflitos e aprendizados, no entanto, é a partir dessas práticas que se constroem mudanças e solidez de uma cooperativa.

b) Apoio à constituição de fóruns regionais do cooperativismo

Ainda sobre o cooperativismo, vale ressaltar que os fóruns regionais de cooperativismo se constituem em um espaço fundamental para ser fortalecido, pois é nesses momentos que as cooperativas se identificam e conseguem visualizar saídas coletivas para problemas individuais. É um espaço democrático e aberto para aprofundar questões relacionadas ao desenvolvimento do cooperativismo, portanto, recomenda-se sua utilização em outros segmentos econômicos e sociais.

c) Sistematização do processo de organização das agroindústrias familiares que compõem os arranjos produtivos locais de agroindústrias e alimentos no Rio Grande do Sul.

Esse esforço demonstrou que se promoveram a inclusão e a formalização das agroindústrias familiares no Programa de Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho da SDR, observando-se, porém, que as dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias familiares se configuram numa constante ameaça a sua continuidade. O baixo poder de negociação individual na compra de insumos, na venda dos produtos por um preço justo, a mão de obra escassa e as dificuldades de adequação das agroindústrias aos padrões exigidos pela legislação vigente envolvem um alto custo para o pequeno agricultor familiar. A



organização desses agricultores familiares em arranjos produtivos promove um fortalecimento desse segmento. Conclui-se, nessa perspectiva, que a cooperação entre as agroindústrias familiares representa uma importante forma de superar muitas destas dificuldades, por meio de ações conjuntas para resolver problemas comuns a todo o agrupamento, somando ganhos coletivos e agregando valor à produção por meio da agroindustrialização. Nesse sentido, o trabalho de sistematização desenvolvido subsidia decisões da SDR e configura-se como uma ferramenta de apoio para a proposição e o desenvolvimento de novas linhas de ação relacionadas às agroindústrias familiares.

ii. Resultado 1.2. Sistema de monitoramento e avaliação de programas e projetos da SDR proposto e validado

Para o alcance do Resultado 1.2 do PCT, foram desenvolvidos os seguintes produtos no âmbito da cooperação SDR/RS-IICA:

a) Apoio ao sistema da Emater de coleta de dados para o controle e o monitoramento do Programa Leite Gaúcho

No que se refere ao Programa Leite Gaúcho, houve uma relevante contribuição prestada por meio da cooperação técnica, em que foi possível disponibilizar à SDR/RS, com destaque para o relevante papel da Emater, uma ferramenta de informação com dados seguros e que refletem a realidade, diagnosticando a situação dos produtores de leite na sua quase totalidade nos aspectos relacionados à quantidade, qualidade, regionalização e produção.

b) Avaliação do desenvolvimento do projeto de Fomento à Inclusão Produtiva de Agricultores Familiares do RS

Com relação à avaliação do projeto de “Fomento à inclusão produtiva de agricultores familiares no Rio Grande do Sul”, em 69 municípios do estado, cabe destacar que 5.396 famílias



foram atendidas, executando diversas ações de inclusão produtiva (como hortas, criação de pequenos animais, confecção de pães e outros). Vale destacar, ainda, a relevância do monitoramento e da avaliação do projeto para que tudo transcorra dentro do planejado, atingindo-se as metas estabelecidas, com acompanhamento da efetividade das ações, da conclusão de pagamentos aos beneficiários e comparação do antes e o depois do projeto na propriedade das famílias. O bom resultado da 1ª etapa do programa propiciou a sua ampliação para uma 2ª etapa que está sendo desenvolvida, totalizando-se 11.000 famílias beneficiadas entre as duas fases. Recomenda-se que os projetos sejam monitorados e avaliados pelo Sistema de Monitoramento Estratégico no Estado, pois é uma ferramenta de grande importância para a evolução e agilidade do desenvolvimento dos programas.

c) Análise do Programa de Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural do Rio Grande do Sul

No que se refere à análise do Programa de Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural do RS, constatou-se que este tem atendido às metas previstas, visto que mais de 50 mil famílias foram atendidas com assistência técnica e extensão rural ao longo de três anos de execução, ultrapassando-se a meta estabelecida, que era de 30 mil famílias atendidas até dezembro de 2014. Cabe destacar a importância de se trabalhar com o público da extrema pobreza rural, no sentido de promover sua inclusão social, resgatar a cidadania e melhorar a qualidade de vida dessas famílias. São necessárias, ainda, ações contínuas de assistência técnica e extensão rural com inclusão dessas famílias do programa, inserindo-as em programas como PAA e PNAE, com intuito de, além de produzir para autoconsumo, iniciar a comercialização de possíveis excedentes, melhorando a renda familiar.



iii. Resultado 1.3. Principais processos de comercialização de produtos originários da agricultura familiar conhecidos, revisados e validados

Para o alcance do Resultado 1.3 do PCT, foram desenvolvidos os seguintes produtos no âmbito da cooperação SDR/RS-IICA:

a) Sistematização e análise das ações da SDR na execução do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade compra institucional

A análise realizada mostrou que, embora o PAA já tenha completado dez anos, o programa ainda é pouco conhecido em meio à gestão pública. Durante sua trajetória, o programa foi se tornando cada vez mais amplo e complexo. Isso para atender às diferentes necessidades e peculiaridades da diversidade da agricultura familiar no país. A modalidade compra institucional, junto com as outras quatro modalidades do PAA, e o PNAE, conferem a estes dois programas a possibilidade de as três instâncias da federação poderem realizar compras de alimentos diretamente da agricultura familiar com dispensa do procedimento licitatório. Este aspecto inovador propicia combinar a aplicação do recurso público com o desenvolvimento local e regional. Assim, essa metodologia, embora simples, abre caminho para a articulação e o diálogo com diversas outras políticas relacionadas ao desenvolvimento rural e à segurança alimentar e nutricional sustentável. Pelo pouco tempo decorrido desde a criação da modalidade compra institucional, muito ainda tem o que se avançar. No Estado do RS, até o momento, cinco órgãos públicos iniciaram a compra. Os diversos órgãos públicos federais (universidades, forças armadas, hospitais, institutos federais de educação), diversos órgãos públicos estaduais (de educação, saúde, segurança, assistência social) e todos os municípios indicam o potencial que esta modalidade tem em absorver boa parte da produção de alimentos da agricultura familiar. Em função da análise realizada por meio da cooperação, constatou-se que esta modalidade é um caminho possível e desejado por diversos atores sociais.



- b) Análise e avaliação da execução do Programa da Aquisição de Alimentos, modalidade doação simultânea por municípios do RS

Com base na análise realizada pela cooperação sobre a execução do PAA, na modalidade doação simultânea por municípios do RS, destaca-se que, em face do grande número de municípios que ainda estão em processo de adesão e outros que ainda se encontram em fase de planejamento da execução, é recomendável a continuidade das ações de apoio e capacitação dos gestores locais para que o PAA possa continuar beneficiando mais agricultores familiares e entidades socioassistenciais. Em boa medida, este apoio e orientação deve ser contínuo, visto que é comum haver troca dos gestores e técnicos responsáveis nos municípios, sendo as ações de capacitação sempre necessárias.

- c) Proposta para abertura de mercado para as agroindústrias familiares

Ainda na temática de agroindústria, mais especificamente no fomento à abertura de novos mercados para as agroindústrias familiares, foi possível firmar novas parcerias, atraindo-se mais investimento, e oportunizar a inserção em mercados por meio da maior participação das agroindústrias em rodadas de negócios, feiras e eventos regionais, estaduais e nacionais. O evento Copa do Mundo FIFA 2014 foi um grande mobilizador no desenvolvimento de novas ações para as agroindústrias familiares, pois possibilitou ampliação dos instrumentos de intervenção da SDR. Entre estes, o alcance do Programa de Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho, por meio da proposta de ampliação do apoio a feiras e realização de rodadas de negócios, que inicialmente não estavam previstas pelo programa. O acompanhamento das vendas da Feira da Agroindústria Familiar Susaf/RS em Torres e da Feira da Agricultura Familiar Sabor Gaúcho/Susaf-RS, realizada em Porto Alegre durante a Copa do Mundo FIFA 2014, apontou que os segmentos mais representativos nas vendas totais foram o de origem animal,



com destaque para laticínios, o que mostra a contribuição destes segmentos na renda familiar e a eminente necessidade de formalização das agroindústrias desse segmento. Nessa perspectiva, conclui-se que a participação das agroindústrias familiares em feiras de grande vulto nacional e internacional, como a Associação Paulista de Supermercados (APAS) em São Paulo, Expoingá no Paraná, Expotchê em Brasília, Feira de Orgânico BioFach/BioBrazil Fair em São Paulo, Salão do Turismo em São Paulo e nas Olimpíadas de 2016, que acontecerá no Rio de Janeiro, possibilita uma maior visibilidade para esses empreendimentos, devendo-se, portanto, estimular essa participação e facilitando-se, assim, a sua inserção em novos mercados.

iv. Resultado 1.4. Alternativas para diversificação das oportunidades de trabalho, emprego e renda não agrícola no meio rural propostas e testadas

Para o alcance do Resultado 1.4 do PCT, foi desenvolvido o seguinte produto no âmbito da cooperação SDR/RS-IICA:

- a) Fortalecimento de experiências pedagógicas e produtivas na perspectiva da superação da precariedade social dos agricultores familiares, estimulando-se o vínculo dos jovens com o meio rural e assegurando-se o processo de sucessão familiar

No tema relacionado à sucessão familiar, importante para o Estado do Rio Grande do Sul, pode-se concluir que as ações desenvolvidas por meio da cooperação nesse contexto permitiram oportunizar uma aproximação efetiva com os jovens filhos e filhas de agricultores familiares e com as instituições a que estes estão vinculados. Como lições apreendidas, destaca-se que as experiências de diversificação produtiva desenvolvidas pelos jovens egressos das Casas Familiares Rurais e das Escolas Família Agrícola nas suas propriedades sinalizaram e revelaram uma possibilidade real de sucessão na agricultura familiar e, ao



mesmo tempo, serviram de estímulo para que mais jovens se habilitem a iniciar processo semelhante. As experiências revelaram, também, que é perfeitamente possível fazer uso de novas tecnologias na agricultura familiar, gerando renda e qualidade de vida. Nesse sentido, entende-se que cabe ao poder público e aos movimentos sociais considerar tais iniciativas, dando-lhes maior visibilidade.

v. Resultado 1.5. Estratégias de fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária revistas, aperfeiçoadas e validadas

Para o alcance do Resultado 1.5 do PCT, foi desenvolvido o seguinte produto no âmbito da cooperação SDR/RS-IICA:

a) Avaliação das estratégias e instrumentos de implementação do Suasa e Susaf junto aos municípios com agroindústrias familiares do Programa Sabor Gaúcho

Por meio dessa avaliação, pode-se constatar que, apesar de ter ocorrido um avanço no número de pedidos de adesão Susaf, o número de municípios homologados, no entanto, não avançou. Da mesma forma, o Suasa não obteve mais homologações. Cerca de 200 municípios ainda não apresentam serviço de inspeção, o que é fator preocupante, visto que muitos devem realizar produção e comércio de produtos de origem animal na clandestinidade, colocando em risco a saúde do consumidor. Tendo em vista as legislações que têm facilitado a compra dos produtos da agricultura familiar, essas políticas vêm ao encontro da necessidade de se ter um sistema sanitário que garanta a segurança do alimento e a saúde da população. Com vistas a uma maior mobilização, novas estratégias devem ser pensadas a fim de fomentar a educação sanitária ao longo de toda a cadeia, da produção primária à mesa do consumidor, além da necessidade de uma constante capacitação dos profissionais da área da saúde e do incentivo ao processo de sensibilização de gestores públicos na temática.



- vi. Resultado 1.6. Sistema de informações para apoio à tomada de decisões sobre ações em desenvolvimento e sobre resultados alcançados pela Secretaria concebido e validado

Para o alcance do Resultado 1.6 do PCT, foram desenvolvidos os seguintes produtos no âmbito da cooperação SDR/RS-IICA:

- a) Apoio na mobilização do processo de Participação Popular Cidadã, que orienta a elaboração e a tomada de decisão das políticas públicas e contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, pescadores, indígenas, quilombolas e famílias assentadas da reforma agrária

Sobre o trabalho desenvolvido referente à PPC, conclui-se que está envolvido um processo rico e democrático, em que se exerce a cidadania com participação direta dos eleitores, desburocratizando os processos e demandas que por muitos anos não eram atendidos pelos governos estaduais, de modo que promove uma satisfação do povo, soluções mais imediatas e o controle de decisões e acompanhamento pelos delegados dos Coredes. Portanto, é salutar estimular a participação das comunidades e de diferentes setores da economia gaúcha no processo da PPC, devendo-se, porém, buscar um aperfeiçoamento no acompanhamento do sistema de monitoramento das demandas da PPC.

- b) Apoio às ações do Programa Água para Todos e melhorias das condições de infraestrutura básica do meio rural

Na contribuição às ações relacionadas ao Programa Água para Todos no RS, cabe destacar que a “Água na torneira” é realmente progresso no meio rural onde a energia elétrica já chegou. Importantes são ainda as ações de conscientização das famílias beneficiárias do Programa Água para todos com relação ao uso racional e à gestão da água. A falta de água potável no meio rural é decisiva para a permanência de muitas famílias assentadas e reassentadas. Nessa perspectiva, sendo a água um nutrien-



te de primeira necessidade, o Programa Água para Todos deve continuar implantando sistemas de abastecimento de água potável no meio rural até que todas as famílias deste meio estejam atendidas, melhorando-se, dessa forma, suas condições socioeconômicas, o que resulta na melhoria da qualidade e quantidade dos alimentos oriundos da agricultura familiar que chegam às mesas dos brasileiros.

- c) Criação de um sistema de coleta de dados para subsidiar o controle e monitoramento dos convênios e contratos federais firmados pela SDR

Com relação à proposta de criação desse sistema, cabe destacar que, com a concentração das informações em uma única fonte de dados, percebeu-se maior agilidade para a tomada de decisões, a partir de informações seguras, atualizadas e com uma visão sistêmica. Por meio da otimização das informações, é possível fazer uma avaliação mais rápida e precisa dos entraves encontrados e encaminhar as soluções. Porém, há a necessidade de um processo de sensibilização e treinamento dos envolvidos, a fim de valorizar as contribuições individuais e a importância da socialização das informações, o que impactará diretamente os beneficiários finais.

- d) Sistematização de informações sobre a perspectiva de intersectorialidade na qualificação da gestão de políticas de desenvolvimento rural

Sobre a perspectiva da intersectorialidade como um importante instrumento na gestão de políticas de desenvolvimento rural, salienta-se que a aplicação dessa perspectiva resulta no aperfeiçoamento das estratégias e dos instrumentos de intervenção da SDR e suas instituições vinculadas, permitindo-se atingir uma gestão mais ágil e eficiente de seus programas, projetos e ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. Para a realização do trabalho, de caráter exploratório, foi empregada a



técnica de “pesquisa documental”. Como recurso complementar, de modo a registrar aspectos adicionais, sobretudo acerca da Sistemática de Monitoramento Estratégico, foi utilizada a “observação não participante”. Nessa perspectiva, o monitoramento sistêmico de políticas públicas qualifica a sua gestão ao precisar o controle dos processos, permitir uma visão integrada das iniciativas desenvolvidas, contribuir para que não haja sobreposições, bem como agilizar e gerar soluções consensuais.

- No que se refere ao objetivo imediato 2
- II. Objetivo imediato 2: aperfeiçoar e ampliar conhecimentos e informações de técnicos, gestores e atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável da agropecuária e do meio rural gaúcho.
- i. Resultado 2.1. Conhecimentos de técnicos da SDR e de atores sociais atualizados ampliados sobre temas relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar com ênfase em: a) agroecologia, b) cooperativismo, c) gestão de empreendimentos cooperativos e agroindustriais, d) gestão de recursos hídricos, e) boas práticas de produção agropecuária, pesqueira e aquícola, f) legislação agrária, ambiental, agrícola e sanitária animal e vegetal, g) crédito e seguro rural e h) industrialização e comercialização da produção.

Para o alcance do Resultado 2.1 do PCT, foram desenvolvidos os seguintes produtos no âmbito da cooperação SDR/RS-IICA:

- a) Capacitação visando à conversão agroecológica de agricultores familiares com vistas ao desenvolvimento do Programa de Agricultura de Base Ecológica

A cooperação técnica permitiu alavancar um processo de mobilização e capacitação no tema agroecologia em consonância com as diretrizes do PABE, que impreterivelmente deverá ser potencializado e intensificado com as parcerias das entidades agroecológicas e de assessoria em assistência técnica e extensão rural para promover, cada vez mais, a agricultura de base ecológica.



- b) Formação e capacitação de técnicos da extensão pública em cooperativismo – Emater/RS

No que tange à formação e capacitação no tema cooperativismo, iniciativa prioritária da SDR, a metodologia de formação para agentes de desenvolvimento do cooperativismo pode ser utilizada sem nenhuma restrição pelos diversos agentes, pois ela permite adaptações e é flexível para atender diferentes situações. Ciente que os resultados virão numa perspectiva de médio e longo prazo, a formação em cooperativismo é uma necessidade cada vez maior no estado. No Brasil, há uma carência de formação no tema, nenhuma escola adota a disciplina de cooperativismo como cadeira obrigatória e todos os trabalhos de formação nessa área estão colocados numa perspectiva marginal. Outro ponto de reflexão é que as cooperativas agropecuárias, com o apoio do poder público, necessitam definir e potencializar um projeto de formação e um padrão de gestão que as possibilitem colocar-se em nível diferenciado do que está posto hoje, sem, contudo, perder sua identidade de agricultura familiar.

- c) Difusão de conhecimentos técnicos com ênfase na produção de leite, boas práticas de produção e legislação sanitária animal aos atores com adesão ao Programa Leite Gaúcho

Com relação ao processo de difusão do conhecimento técnico com ênfase na produção de leite, boas práticas de produção e legislação sanitária animal, salienta-se a importância dos esforços desenvolvidos no sentido de produzir e disseminar conhecimentos para o público-alvo e recomenda-se a continuidade das capacitações e eventos técnicos realizados para ampliar e aperfeiçoar o alcance do Programa Leite Gaúcho.

- d) Metodologia para a elaboração dos planos de desenvolvimento/aprimoramento das cooperativas

Sobre o trabalho de sistematização da metodologia do Programa Mais Gestão, aplicada às cooperativas da agricultura fami-



liar que aderiram ao PEC, observou-se como resultado final da aplicação prática da metodologia a elaboração pelos cooperados do Plano de Desenvolvimento e Aprimoramento das Cooperativas. Nesse contexto, as cooperativas da agricultura familiar viveram um amplo processo de mobilização e uma expressiva adesão ao programa, o que permite concluir que a aplicação da abordagem metodológica do Mais Gestão, enquanto instrumento de gestão, auxiliou na identificação dos problemas internos da cooperativa, especificamente em cada área de ação, tornando mais evidente os pontos de estrangulamentos que necessitam de ações efetivas de mudanças.

- ii. Resultado 2.2. Estratégias de resgate da cultura negra e indígena e de capacitação e assistência técnica para comunidades indígenas e quilombolas concebidas e testadas.

Para o alcance do Resultado 2.2 do PCT, foi desenvolvido o seguinte produto no âmbito da cooperação SDR/RS-IICA:

- a) Diagnóstico da situação das regiões consideradas de maior vulnerabilidade no meio rural gaúcho visando à melhoria na qualificação produtiva de potenciais agroindústrias no Estado do Rio Grande do Sul.

Foi realizada a identificação de áreas de vulnerabilidade social a fim de buscar a melhoria na qualificação produtiva no meio rural de potenciais agroindústrias no RS. Foram realizadas visitas a comunidades locais, envolvendo público de assentamentos, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, entre outros. Levou-se em consideração a realidade local e os valores culturais e sociais, a partir da observação e do levantamento das dificuldades destas comunidades. Com referência ao diagnóstico e análise realizados, verificou-se que há um reduzido número de agroindústrias legalizadas nas regiões analisadas. O estudo mostrou que os principais entraves identificados entre as potenciais agroindústrias são a inexistência de local especí-



fico para processamento da matéria-prima; carência de mão de obra; carência de recursos; dificuldade de gestão das atividades e evasão dos jovens. Assim, há a necessidade de um maior estímulo à agroindustrialização, com aplicação de maiores investimentos, tanto em recursos como em qualificação, por meio de cursos de boas práticas de fabricação, processamento de alimentos e gestão. Os resultados do estudo realizado permitiram elucidar as dificuldades regionais e contribuir para o planejamento de estratégias baseadas na realidade de cada região.

- iii. Resultado 2.3. Experiências bem-sucedidas, nacionais e estrangeiras, relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, conhecidas por técnicos da SDR e atores sociais.

Para o alcance do Resultado 2.3 do PCT, foram desenvolvidos os seguintes produtos no âmbito da cooperação SDR/RS-IICA:

- a) Seminário Internacional do Cooperativismo

O planejamento e a realização do Seminário Internacional do Cooperativismo, em outubro de 2012, no âmbito da cooperação técnica, possibilitou a troca de experiências exitosas relativas ao cooperativismo brasileiro, latino-americano e mundial. Houve a participação e capacitação de cerca de 400 pessoas, entre técnicos da SDR, outras secretarias, agricultores familiares, técnicos da extensão, movimentos sociais e demais atores sociais de diferentes estados e representantes estrangeiros. Nesse contexto, as boas práticas do associativismo, necessariamente, deveriam ser mais estudadas, internalizadas e difundidas pelos países, tendo em vista a superação das dificuldades e dos desafios que o processo de globalização nos impõe. Portanto, no sentido de contribuir para consolidar as políticas públicas na área do cooperativismo no RS, recomenda-se que, periodicamente, por exemplo, a cada dois anos, sejam realizados eventos de nível internacional, tendo em vista a necessidade de avançar em grandes temas que ainda parecem difíceis de serem alcançados.



b) Seminário Juventude Rural e Agricultura Familiar

Outro evento marcante concebido e realizado no âmbito da cooperação técnica foi o Seminário Juventude Rural e Agricultura Familiar, realizado em fevereiro de 2014, em Porto Alegre-RS. Este evento proporcionou a construção de 58 propostas aprovadas pela plenária final do seminário que reafirmam a importância dos temas da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, etapa nacional e estadual do Rio Grande do Sul, realizadas em 2013, e 2ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2011. Participaram e capacitaram-se cerca de 420 jovens, envolvendo lideranças do Estado do RS, em sua maioria, além de outros estados e do Uruguai. Neste contexto, como recomendação, sugere-se a necessidade de construir a integração das propostas aprovadas no seminário com os eixos, estratégias, iniciativas e metas do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário em processo de elaboração e finalização, produto/resultado da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS).

- No que se refere ao objetivo imediato 3

III. Objetivo imediato 3: prover conhecimentos técnicos e informações que auxiliem a proposição e a execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das comunidades rurais gaúchas.

- i. Resultado 3.1. Base produtiva atual e potencial do cooperativismo, da pesca artesanal, da aquicultura, da agricultura e da agroindústria familiar gaúcha conhecida e utilizada na sustentação técnica de propostas de políticas públicas.

Para o alcance do Resultado 3.1 do PCT, foram desenvolvidos os seguintes produtos no âmbito da cooperação SDR/RS-IICA:



- a) Estudo contendo orientações técnicas para a gestão de cooperativas

O estudo referente às orientações técnicas para a gestão de cooperativas contribuiu na disponibilização de informações sistematizadas sobre os aspectos da legislação, institucionalidade e gestão de cooperativas, facilitando, assim, o processo de formação básica em cooperativismo para diretores, associados e técnicos. Atendeu a uma deficiência existente, produzindo, então, material teórico que pudesse contemplar as informações básicas e padronizar o trabalho de formação em cooperativismo para as equipes do PEC. Recomenda-se a disseminação desse material, podendo ser utilizado em escolas, universidades, instituições de ensino públicas e privadas, órgãos de extensão e colégios agrícolas.

- b) Estudo técnico sobre as ações em agroecologia e o processo de transição no Estado do Rio Grande do Sul

O estudo técnico desenvolvido referente às ações em agroecologia e o processo de transição no Estado do RS permitiu estimular o debate no tema e disseminar informações e experiências adotadas pelos agricultores familiares, produzindo alimentos saudáveis e de forma sustentável. O incentivo à produção agropecuária de base ecológica que promove qualidade de vida aos gaúchos deve ser intensificado. Parcerias com entidades agroecológicas e de assistência técnica e extensão rural devem ser ampliadas e fortalecidas na promoção da agricultura de base ecológica.

- c) Levantamento e análise das ações desenvolvidas pela SDR/RS para as agroindústrias familiares

Com base no levantamento e análise realizados das ações desenvolvidas pela SDR/RS para as agroindústrias familiares, foi possível demonstrar que a criação da Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul foi de extrema importância para a consolidação do Programa de Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho. Este Programa, inicialmente criado como



uma ação de governo, atendia, em 2011, aproximadamente 220 agroindústrias familiares e, em julho de 2013, já contempla 1.270 agroindústrias. A efetiva formalização das agroindústrias familiares ainda é um desafio a ser superado, mas a crescente procura pelo Programa de Agroindústria e sua gama de serviços mostra que este é um programa com resultados de longo prazo e sua continuidade é de suma importância para o fortalecimento da agricultura familiar no Estado. A análise realizada demonstrou ainda a importância e a abrangência das ações realizadas pela SDR/RS para as agroindústrias familiares do estado, servindo como subsídio para a proposição e a execução de novas ações e políticas públicas voltadas para as agroindústrias familiares.

- ii. Resultado 3.2. Pontos de estrangulamento das principais cadeias produtivas de base familiar (relacionados com o mercado, tecnologia, infraestrutura, crédito e outros) identificados, conhecidos e utilizados como base técnica para a proposição de políticas públicas.

Para o alcance do Resultado 3.2 do PCT, foram desenvolvidos os seguintes produtos no âmbito da cooperação SDR/RS-IICA:

- a) Estudo técnico sobre os principais pontos de estrangulamento das cadeias produtivas enfrentados por cooperativas da agricultura familiar

A partir do desenvolvimento desse estudo foi possível identificar as principais dificuldades que atualmente impedem as cooperativas pesquisadas de ampliar sua inserção nos mercados. As dificuldades identificadas neste estudo podem servir de indicativo para a formulação ou o aperfeiçoamento de políticas públicas. De forma geral, pode-se afirmar, com base na pesquisa realizada, que estas cooperativas são empreendimentos com:

- a) dificuldade de acessar políticas públicas em função da burocracia e morosidade dos fluxos e processos, ocasionados em parte pela deficiência de gestão nas cooperativas;
- b) reduzido capital de giro para potencializar sua inserção no mercado;
- c)



deficiência em infraestrutura de logística de transporte, armazenagem, conservação e industrialização de gêneros alimentícios; d) ausência de serviço de assistência técnica para alterar o atual modelo de produção vigente, baseado na monocultura e dependência externa relacionada a insumos e tecnologia; e) grau elevado de dependência financeira do mercado institucional.

- b) Avaliação dos principais pontos de estrangulamento econômico e social das cooperativas habilitadas no âmbito do Programa de Qualificação da Infraestrutura Produtiva dos Assentamentos do RS, com enfoque no projeto Funterra/BNDES-Proredes-Fundo Social

Sobre a avaliação dos principais pontos de estrangulamento econômico e social das cooperativas habilitadas no âmbito do Programa de Qualificação da Infraestrutura Produtiva dos Assentamentos do RS (enfoque no projeto Funterra/BNDES-Proredes-Fundo Social), foi possível evidenciar a importância desse programa e ratificar a relevância do cooperativismo como instrumento de democratização do acesso ao crédito. A alocação de recursos em cadeias produtivas estratégicas e de forma coletivizada, bem como o acesso ao crédito de forma subsidiada são fatores relevantes no sucesso das cooperativas. O estudo permitiu ainda elaborar o manual de operacionalização do Projeto Proredes/Fundo Social, o qual dispõe de todos os procedimentos para o pleito de recursos desta fonte. Por meio da análise realizada, pode-se verificar que os recursos foram investidos nas cadeias produtivas do leite, produção de sementes agroecológicas, recuperação e melhoramento dos solos, aquisições de máquinas e equipamentos e aquisição de veículos. Cabe ressaltar que a forma constituída do programa abrangendo o BNDES, governo do estado, instituições financeiras (Badesul), cooperativas dos assentamentos e o Funterra foi pioneira no Brasil. A partir desta experiência, o BNDES está construindo processo semelhante no Estado do Ceará. No Rio



Grande do Sul, esta experiência exitosa foi estendida a outro fundo denominado Feaper, visando atender aos agricultores familiares do estado.

- c) Estudo técnico sobre os principais pontos de estrangulamento da cadeia produtiva da pesca artesanal no Estado do Rio Grande do Sul

O estudo sobre os principais pontos de estrangulamento da cadeia produtiva da pesca artesanal no RS serviu de subsídio para a compreensão da complexidade desta cadeia produtiva, mostrando os diferentes conflitos encontrados no estado. Gestores públicos e organizações governamentais e não governamentais podem, a partir desta análise, pensar em planos e projetos a fim de contribuir para solução dos pontos apresentados. A partir deste estudo, pode-se concluir que há necessidade de investimento na infraestrutura para melhoria das condições de processamento do pescado, visto que o beneficiamento agrega valor à matéria-prima e possibilita melhora na renda familiar, dando maior autonomia ao pescador artesanal. Observou-se também que é preciso a criação de políticas de incentivo à formalização dessas unidades de beneficiamento para venda dos produtos aos programas institucionais. Há necessidade de investimento na educação diferenciada para os jovens e adultos, visando ao desenvolvimento social coletivo. O desenvolvimento de ações para resgate da cultura, conhecimentos, símbolos, ideologias destas populações e, conseqüentemente, da autoestima, são importantes. São necessárias, ainda, políticas de conservação e manutenção do meio ambiente, por meio de planos que integrem as populações, visando à manutenção de um ecossistema sustentável, à qualidade do pescado e à saúde da população.

- iii. Resultado 3.3. Estudos técnicos para concepção e implementação de políticas públicas realizados, com ênfase nos seguintes temas: organização social para a promoção da segurança alimentar; isonomia tributária das cooperativas em relação às micro e pequenas empre-



sas; assentamento e reassentamento de agricultores desalojados de áreas indígenas, quilombolas e de barragens; demarcação e regularização fundiária de estabelecimentos rurais; melhorias das condições de infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos; qualificação da infraestrutura produtiva no meio rural e aproveitamento e manejo sustentável dos recursos hídricos e do solo, entre outros.

Para o alcance do Resultado 3.3 do PCT, foram desenvolvidos os seguintes produtos no âmbito da cooperação SDR/RS-IICA:

- a) Diagnóstico sobre os procedimentos para a criação de novos assentamentos de reforma agrária

Com relação ao diagnóstico sobre os procedimentos para a criação de novos assentamentos de reforma agrária, cabe destacar que foram produzidos importantes conhecimentos e subsídios técnicos no sentido de auxiliar a proposição e a execução da política pública referente à reforma agrária do estado. O diagnóstico mostrou que um dos desafios para a consolidação de novos assentamentos rurais está vinculado às relações sociais e econômicas de cada região, que refletem no preço da terra, dificultando a aquisição de áreas para a reforma agrária. O preço da terra, na aquisição de áreas para a reforma agrária, é elevado, criando-se uma dificuldade na compra. Essa demanda poderia ser atendida por meio de um convênio com a União ou por meio da desapropriação de terras improdutivas, com o apoio técnico do Incra. Com relação à identificação dos critérios de criação de assentamentos levantados no estudo e a descrição das fases de implantação, estruturação e emancipação de uma comunidade assentada pelo programa de reforma agrária, pode-se observar que há um grande esforço de entidades que se envolvem na consolidação de um assentamento. Porém, conclui-se que o processo é facilitado no momento em que a comunidade torna-se protagonista do seu desenvolvimento sociocultural, econômico e ambiental.



b) Análise e avaliação da implementação do Programa da Regionalização do Abastecimento

Com base na análise e avaliação da implementação do Programa da Regionalização do Abastecimento, constatou-se que sua implementação proporcionou a mais de uma centena de organizações econômicas da agricultura familiar obter acesso a uma linha de crédito diferenciada. Este recurso financeiro, aplicado em infraestrutura logística, dá condições objetivas para que estas organizações possam ampliar seus mercados. Nesse sentido, a lógica que permeia a proposta de regionalização é que a produção local atenda inicialmente a demanda mais próxima e o excedente comercializado para outras regiões, seja para o mercado institucional ou convencional. Tais iniciativas, como o PRA, que estão surgindo e se fortalecendo na última década no Brasil, são sinais de que o Estado aposta no potencial das organizações da agricultura familiar e por isso a importância de seu empoderamento por meio de ações de fortalecimento de estruturas de logística para que possam ser inseridas de forma mais qualificada no mercado.

c) Sistematização e avaliação do planejamento e implementação do Programa Segunda Água, voltado à promoção da segurança alimentar e inclusão produtiva de famílias que se encontram em situação de pobreza extrema no meio rural gaúcho

Sobre a sistematização e avaliação realizadas referente ao planejamento e implementação do Programa Segunda Água, destaca-se que, mesmo com o programa ainda em fase de execução, foram registrados progressos significativos, especialmente no que diz respeito à participação da família na fase de decisão sobre o projeto produtivo, bem como na sensibilização inicial ao processo de inclusão social. Como lição aprendida, cabe destacar que, mesmo com o programa ainda em andamento, tão ou até mais importante que a liberação de recursos para desenvolver o empreendimento, o processo de interação social cumpre



papel fundamental. O pensar sobre o projeto produtivo, definir sobre a alternativa de produção, participar da qualificação social e trocar experiências com outros agricultores geram nas pessoas uma mudança de comportamento, criando novas expectativas e melhorando a autoestima. Tudo isso produz resultados significativos no que se refere à erradicação da pobreza.

- iv. Resultado 3.4. Metodologias de identificação, localização e disponibilização de tecnologias voltadas para a produção agroecológica, industrialização e comercialização da produção agropecuária objetivando a produção de alimentos saudáveis propostas e validadas.

Para o alcance do Resultado 3.4 do PCT, foram desenvolvidos os seguintes produtos no âmbito da cooperação SDR/RS-IICA:

- a) Estratégias e metodologias para implantação de unidades de Produção Agroecológica Integrada Sustentável

Com relação às estratégias e metodologias para auxiliar na implantação de unidades de PAIS, cabe destacar que o trabalho desenvolvido no âmbito da cooperação SDR-IICA resultou na elaboração do Projeto PAIS, formalização de convênio (SDR/Emater/FBB) e implantação de 135 unidades de PAIS nas três regiões preestabelecidas, no sentido de promover melhoria da qualidade de vida de famílias de agricultores familiares do estado. Foram realizadas, a fim de facilitar a implantação das PAIS, visitas técnicas a famílias, palestras e unidades demonstrativas. Ressalta-se que PAIS configura-se como uma tecnologia social muito interessante e utilizada por algumas famílias que querem abandonar a cultura da produção do tabaco. Nesse sentido, recomenda-se o uso dessa tecnologia social como forma de alternativa para a transição da produção de tabaco por famílias de baixa renda.

- b) Proposta de cartilha demonstrativa sobre o Programa de Apoio à Agricultura Familiar Campesina (Plano Camponês)



A proposta de cartilha demonstrativa do Programa de Apoio à Agricultura Familiar Campesina (Plano Camponês), em uma linguagem acessível, pode contribuir com a disseminação de conhecimentos técnicos e informações sobre o Plano Camponês, contribuindo, assim, para que milhares de camponeses possam usufruir desta política pública. Vale registrar que se refere a um importante tema atualmente na sociedade: alimentação saudável.

v. Resultado 3.5. Estratégias para dinamizar a integração de programas públicos de diferentes níveis governamentais propostas e validadas.

Para o alcance do Resultado 3.5 do PCT, foram desenvolvidos os seguintes produtos no âmbito da cooperação SDR/RS-IICA:

a) Sistematização e análise das ações iniciais da SDR no âmbito do Programa da Aquisição de Alimentos, modalidade doação simultânea por meio de convênio com o MDS

Sobre o trabalho em questão, destaca-se que este estudo serviu para subsidiar a SDR com informações técnicas, auxiliando na busca de alternativas para viabilizar a compra de alimentos de mais agricultores familiares, por meio de suas cooperativas, para o atendimento da demanda regular de alimentos nos órgãos públicos estaduais. Foi possível a assinatura de um convênio de 40 milhões de reais entre a SDR e o MDS, com potencial de beneficiar em torno de 6.300 agricultores familiares. Nessa perspectiva e com base na análise do estudo, pode-se afirmar que o PAA tornou-se um programa bastante complexo e abrangente, dadas suas distintas (cinco) modalidades de operacionalização, bem como configurou-se como uma ferramenta capaz de contribuir de forma efetiva para o empoderamento das organizações econômicas da agricultura familiar e fortalecer experiências de desenvolvimento local e regional.

b) Identificação e análise de oportunidades de captação de recursos para viabilização de projetos de desenvolvimento rural sustentável no Rio Grande do Sul



Na temática relacionada à identificação e análise de oportunidades para captação de recursos federais ou de entidades para execução de projetos de desenvolvimento rural sustentável, o estudo realizado permitiu subsidiar a SDR sobre as oportunidades existentes a fim de atender as demandas, e relatou as propostas junto à União e com outras entidades. Pode-se destacar, ainda, que o planejamento estratégico na gestão pública, principalmente em âmbito estadual, é de suma importância para a implantação e correta execução de projetos com utilização de recursos federais.

c) Análise sobre o processo de implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no Rio Grande do Sul

Ao analisar o processo de implantação do Sisan/RS, cabe destacar como lição aprendida a importância de se trabalhar este tema de maneira transversal e intersetorial nas três esferas de governo. A construção de um sistema nacional requer muito diálogo e reuniões entre governo e sociedade civil no sentido de construir de forma coletiva todos os passos e etapas de uma nova política de governo. Destaca-se a importância dos conselhos e a realização de conferências, a fim de ouvir as demandas da sociedade civil para atender aos anseios, desejos e prioridades da população. Como recomendação, é relevante ampliar o processo de sensibilização dos gestores municipais sobre a política de Segurança Alimentar e o Sisan. Ademais, incentivar a formação de conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional nos municípios onde não existem, além de fortalecer a adesão de todos os municípios do estado ao Sisan. Uma estratégia interessante é considerar a inclusão nos PPAs dos municípios e estado da questão da segurança alimentar e nutricional no âmbito de cada secretaria que possua afinidade com essa política. Para auxiliar o fortalecimento do tema na agenda de governo, é importante estabelecer um processo de melhor divulgação da segurança alimentar e nutricional em todo o estado.



Por fim, ao analisar todos os produtos desenvolvidos no âmbito da cooperação técnica entre a SDR/RS e o IICA (descritos em detalhes no Capítulo 3 e enquadrados nos objetivos e resultados preconizados no PCT com suas respectivas conclusões destacadas neste Capítulo 5), conclui-se que as metas e os resultados do projeto foram cumpridos e alcançados com êxito.

Dessa forma, conforme demonstrado ao longo deste documento, destaca-se que o Termo de Cooperação Técnica firmado entre a SDR/RS e o IICA para a execução do Projeto de Cooperação Técnica “Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado no Rio Grande do Sul”, com vigência de 33 meses, atingiu os objetivos e as metas previamente acordados. Pode-se concluir, então, que a cooperação técnica desenvolvida ao longo da vigência do projeto contribuiu para a promoção, de forma sustentável, do fortalecimento da economia rural de base familiar e cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul.



Lista de participantes do projeto

ESTRUTURA FUNCIONAL DURANTE A VIGÊNCIA DO PCT

Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR/RS)

Secretários da SDR/RS:	Ivar Pavan Elton Scapini
Diretor-Geral da SDR/RS:	José Ademar Batista
Diretor Nacional do PCT:	Elton Scapini
Coordenadores do PCT:	Evandro Ferreira de Oliveira Paulo Antonio Bassotto
Apoio Administrativo:	Hector Rafael Gross

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

Representante:	Manuel Rodolfo Otero
Supervisores de Projeto:	Aureliano da Costa Matos Cristina Costa Bernardi
Coordenadores de Enlace:	Ézio José Gomes Carine Fabiane Gonçalves de Lara



**Especialistas, consultores e técnicos mobilizados no âmbito da cooperação
IICA/SDR-RS**

1. Alessandra Fastofski
2. Aline Roman Savi
3. Araci Andrade Leal Proença
4. Ari de David
5. Armando Triches Enderle
6. Carine Fabiane Gonçalves de Lara
7. Carlos Octavio Cordoves Cespedes
8. Eduardo Leite Soares
9. Elenice Pastore
10. Elisandra Duarte Groders
11. Emanuel Gonçalves de Melo
12. Ézio José Gomes
13. José Antônio Custódio Oliveira
14. Juliana Marzari Rossato
15. Leandro Feijó Fagundes
16. Lecian Gilberto Conrad
17. Marco Antônio Trierveiler
18. Maria das Graças da Silva
19. Marta Elena Angelo Levien
20. Michele Spier Pereira
21. Regina Celis Dellagerisi
22. Sabrina Parrino
23. Volmir Atilio Farina



Notas jornalísticas

Projeto qualifica diretores de cooperativas do Rio Grande do Sul

Cooperação entre SDR/RS e IICA capacita também associados e funcionários das instituições ligadas à agricultura familiar no estado

Um dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul (SDR/RS) visa qualificar diretores, conselheiros e funcionários das cooperativas da agricultura familiar. Até o final de 2014, cerca de duzentas cooperativas deverão atendidas pelo Programa Gaúcho do Cooperativismo Rural. “Os agricultores que assumem as cooperativas são, na grande maioria, assentados, agricultores familiares, pescadores que acabam na direção das instituições, mas pouco conhecem da legislação e da parte tributária, por exemplo. Precisam ser qualificados para isso”, assevera Ari de David, especialista do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) junto ao órgão do governo gaúcho que trabalha pelo setor.

“Para trabalhar esse contexto, temos que entender a estratégia para esse segmento. É fundamental um mergulho muito grande na realidade delas”, explica. Para desenvolver a iniciativa, a SDR/RS trabalha em parceria com a Emater/RS, instituição que realiza extensão rural no estado. “Fazemos um diagnóstico da organização, seu quadro social e diretivo, o que ela tem ou deveria ter em recursos humanos, marketing, contabilidade. Depois de elaborar a proposta, voltamos, retornamos para pactuar com a direção o que será feito. Na maioria das cooperativas, o capital social, que envolve os dirigentes e conselheiros, é muito deficitário”, relata Márcia Facim, da Unidade de Cooperativismo da Emater em Frederico Westphalen, município polo da região do Alto Uruguai.

O caso da Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda. (Coopac) é um exemplo que ilustra os apontamentos feitos por Ari de David e Márcia. A Coopac surgiu em 1993, depois que um grupo de pequenos agricultores sentiram a necessidade de se unirem para prosperar. Logo no início, eles resolveram



que o leite, que até então era retirado apenas para subsistência das famílias, seria o produto comercializado. O atual presidente da instituição, Ivor Vicentini, conta que a decisão de se agrupar surgiu no movimento dos trabalhadores rurais dos municípios. “Foi a partir da discussão sobre a crise agrícola do final dos anos 1980 e início dos anos 1990”, relata.

Segundo Vicentini, graças à abertura dos dirigentes da Coopac ao aprendizado e à atualização, a cooperativa prosperou. Atualmente, a Coopac é uma das beneficiadas pela iniciativa da SDR e do IICA de qualificar as pessoas que, seja na direção ou conselho, seja como associadas ou funcionárias, trabalham com cooperativismo na agricultura familiar. “A visão que o governo do estado tem é de inclusão produtiva da agricultura familiar. O fortalecimento das cooperativas chega a diversas áreas, uma delas é a capacitação. O cooperativismo gaúcho, em especial as cooperativas da agricultura familiar sempre tiveram um papel muito importante no desenvolvimento do Rio Grande do Sul”, diz Valmir Michels do escritório regional da SDR/RS no Médio Alto Uruguai.

Fonte: IICA.

Cooperativa do litoral gaúcho dobra faturamento com programas institucionais de aquisição de alimentos

Projeto de cooperação do IICA com governo do estado define gargalos enfrentados pelas instituições que agrupam pequenos produtores e permite priorização na aplicação de recursos para financiamento de infraestrutura de industrialização e comercialização

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação nas Escolas (PNAE), iniciativas do governo federal desenvolvidas em parceria com estados e municípios, ajudou a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Coomafitt) a prosperar. Nos três primeiros anos de adesão, a cooperativa dobrou o faturamento, que ultrapassou R\$ 1,4 milhão em 2012 com as vendas para as prefeituras do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. “A gente começou pequenino, mas conseguiu. O pessoal está acreditando”, comemora o agricultor Celso Bobson, que, além de associado é conselheiro da instituição que congrega 128 famílias.



Para conquistar a credibilidade entre os associados e clientes a que se refere Celso, a Coomafitt teve que lutar muito. Embora o PAA tenha aberto muitas portas para seus produtos, a cooperativa encontrou dificuldades para dar conta da demanda de escolas, hospitais e presídios administrados pelas prefeituras da região e ainda se manter durante o período de férias escolares, quando os pedidos caem muito. “Não tínhamos estrutura para atender o mercado e tivemos também dificuldades com capital de giro devido à sazonalidade”, explica o administrador da Coomafitt, Charles Lima.

As dificuldades estão sendo enfrentadas com investimento na infraestrutura. A Coomafitt está adquirindo o prédio onde já tem instaladas três estufas para armazenamento dos alimentos e já tem dois caminhões pequenos que coletam os produtos nas propriedades dos agricultores e um caminhão maior que faz as entregas. “Trabalhamos diretamente com o consumidor, que, em 99% dos casos, é o governo; encurtamos a cadeia de valor e entregamos mais qualidade”, analisa Lima. Os recursos para os investimentos foram viabilizados pela administração estadual por um fundo de aval, no caso das câmeras frias, e do Fundo de Apoio a Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper), para a compra dos caminhões.

Os recursos destinados pelo governo gaúcho para a agricultura familiar são priorizados para as reais necessidades do setor. Por meio do Projeto de Cooperação Técnica Economia de Base Rural, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR/RS) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) realizaram uma pesquisa com as cooperativas de agricultores familiares do estado para verificar quais os principais gargalos para acessarem o mercado, tanto o institucional quanto o convencional, com vendas para supermercados e em feiras nas cidades.

“Por serem mais novas e atuarem no setor da agricultura familiar, as cooperativas pesquisadas estão em situação diferente das instituições mais tradicionais do Rio Grande do Sul”, aponta Lecian Conrad, especialista que realizou o trabalho. Segundo ele, as maiores dificuldades são capital de giro e infraestrutura para industrialização e comercialização. Com a definição correta das prioridades, a SDR consegue atender melhor os agricultores que se agrupam para ter mais força no mercado, mas ainda apresentam carências que os impedem de crescer. O trabalho está dando certo, como mostra o crescimento da Coomafitt.

Fonte: IICA.



Experiência com homeopatia melhora saúde de rebanho leiteiro

Com orientação de especialista do IICA junto à SDR/RS, alunos da Escola Técnica Agrícola de Viamão melhoram resultados da produção. Projeto de cooperação deve ampliar benefícios para produtores do Programa Leite Gaúcho do governo do estado

Na Escola Técnica Agrícola (ETA) de Viamão, que fica na região metropolitana de Porto Alegre, os estudantes do terceiro ano desenvolvem uma experiência que pode ajudar os produtores de leite gaúchos a melhorar ainda mais a produtividade. Por meio do Projeto de Cooperação Técnica Economia de Base Rural, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Governo do Estado (SDR/RS) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) testam a aplicação de homeopatia em vacas da raça holandesa. Com um mês de administração do produto na alimentação dos animais, a sanidade das sete cabeças já melhorou sensivelmente.

Os cerca de 17 litros diários por vaca auferidos nos primeiros dias de projeto pularam para mais de 26 litros. Além disso, contabilizam os estudantes, o custo do tratamento homeopático é bem mais baixo, R\$ 4,00 por animal. Com a alopatia, seriam necessários R\$ 50 por cabeça. A melhora na produção se deve principalmente à redução da incidência de mastite, inflamação nos úberes das vacas, entre o rebanho. No início da pesquisa, um quarto dos animais apresentava o problema. Agora, a patologia atinge apenas 7%. A intenção das instituições parceiras é levar os benefícios do experimento para os produtores familiares de leite do estado. “Foram os próprios pecuaristas que solicitaram que testassem a homeopatia”, conta o especialista do IICA Carlos Cordovês. Ele orienta os estudantes da ETA Viamão para a correta aplicação do medicamento natural e para a sistematização dos resultados.

Cordovês trabalha, por meio da SDR, com o Programa Leite Gaúcho do governo estadual. A iniciativa atende produtores do estado, principalmente assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas, além de famílias que abandonam a produção de tabaco e optam pela pecuária leiteira. Segundo o especialista, já foram capacitados em temas como sanidade animal e manejo cerca de 30 mil produtores de leite. “Eles precisam da capacitação para incrementar a produção, aumentar a renda e melhorar a qualidade do leite. Com este trabalho, incorporamos uma alternativa a mais para os produtores familiares de leite e os alunos estão aprendendo mais e alcançando os resultados que se precisa para comprovar os benefícios da homeopatia no tambo da ETA”, avalia.



Os estudantes estão empolgados com o trabalho com o medicamento. Eles comemoram os resultados e também a contribuição que a homeopatia pode dar para os consumidores. “É uma relação ética com as famílias. O leite produzido pelas vacas que recebem o aditivo na alimentação não prejudica a saúde das pessoas”, aponta Jorge Velho, um dos alunos da ETA orientados por Cordovês. “É fundamental abrirem espaço para nossa escola desenvolver projetos assim, que agregam conhecimento aos alunos e qualifica o trabalho”, afirma o diretor da ETA Viamão Evandro Cardoso Minho.

Fonte: IICA.

Pedagogia da Alternância transforma vida de jovens agricultores

Projeto de cooperação técnica incentiva iniciativa que mostra a jovens do Rio Grande do Sul novas possibilidades de vida na propriedade das famílias

Em meio à crescente tendência de êxodo juvenil no campo, surgem exemplos que podem representar alternativas para a permanência dos filhos dos agricultores em suas propriedades. No interior do Rio Grande do Sul, uma rede que conta, até agora, com três escolas tem revertido a tendência de abandono da agricultura pelos jovens entre seus alunos. Dos 66 jovens que já concluíram o ensino médio e obtiveram o título de técnicos agrícolas nas Escolas Família Agrícola (EFAs), 52 permanecem nas propriedades da família.

É o caso de Anderson Richter, de 20 anos, egresso da primeira turma da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (Efasc), no Vale do Rio Pardo, há cerca de 150 km de Porto Alegre. Antes de conhecer a proposta da EFA, ele pensava em tentar um emprego na indústria fumageira ou calçadista, dois setores fortes da economia da região, ou tornar-se militar. “A gente não tinha muita perspectiva de um futuro melhor, uma evolução”, relembra. “Antigamente, as famílias do campo pensavam nos filhos como mão de obra. Isso, por um lado, foi um grande causador do êxodo”, analisa o jovem que estudou conteúdos da educação formal integrados a ensinamentos que ele próprio levava da propriedade da família para a escola. “Na EFA, a gente passa a ter interesse da gestão da propriedade, a tomar decisões”, afirma Anderson, que mora na casa dos pais na localidade de Linha Santana, em Venâncio Ayres, cidade próxima a Santa Cruz do Sul. Com a orientação dos professores, ele elaborou um plano produtivo agroecológico que, colocado em prática, melhorou a renda da família.



Anderson é produto de uma metodologia que alia a educação dos jovens ao desenvolvimento das comunidades onde vivem. As EFAs se valem da Pedagogia da Alternância para formar técnicos agrícolas com consciência sobre seus próprios meios e preparados para sucederem seus pais nas propriedades. Essa metodologia prevê que os estudantes permaneçam uma semana com as famílias e outra semana internos na escola. “Assim, aquilo que eles aprendem na propriedade, teorizam depois na escola. E o que aprenderam em sala de aula, aplicam na terra na semana seguinte. Desta forma, as famílias têm responsabilidade formativa tão importante quanto os monitores da escola”, explica João Paulo Reis Costa, um dos coordenadores e monitor da Efasc.

Formação cidadã

As EFAs do Rio Grande do Sul são mantidas pela Associação Gaúcha Pró Escolas Famílias Agrícolas (Agefa). Além da Efasc, criada em 2009; existem a Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha (Efaserra), em atividade desde 2013 em Garibaldi, e a Escola Família Agrícola de Vale do Sol (Efasol), instalada no município, a aproximadamente 180 km da capital do estado, em 2014. “As EFAs são associações de agricultores que se reúnem para viabilizar escola para filhos”, explica João Paulo Reis Costa, coordenador da Efasc.

A origem comunitária e a gestão local, junto com a Pedagogia da Alternância, integram os quatro pilares que norteiam as escolas. Os outros pilares são a formação integral dos jovens, que lhes permite ter compreensão do meio em que vivem, e o desenvolvimento do meio, que promove a integração dos estudantes com a comunidade e os empodera para influenciar e fortalecer políticas públicas, como o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos em nível local. “A formação nas EFAs é contextualizada e valoriza o campo da forma como sempre deveria ter sido valorizado, pelo que ele tem”, afirma Adair Pozzebom, secretário-executivo da Agefa.

Uma das atribuições da Agefa é articular a rede de escolas com a sociedade e o governo. A SDR-RS, em cooperação com IICA, auxilia no desenvolvimento das EFAs. Por meio do Projeto de Cooperação Técnica Economia de Base Rural, a Secretaria e o Instituto trabalharam para o fortalecimento das experiências pedagógicas e produtivas para superar carências dos agricultores familiares. As instituições envolvidas pretendem estimular o vínculo dos jovens com o campo e assegurar a sucessão familiar nas propriedades.” É um privilégio participar do projeto da SDR para educação dos jovens do campo e visitar famílias



com experiências exitosas como a do Anderson”, conclui orgulhoso o especialista do IICA junto à Secretaria, Armando Enderle.

Fonte: IICA.

Estudo avalia transição agroecológica promovida pelo governo gaúcho

Projeto de cooperação entre governo do estado e IICA avalia aplicação de legislação local que prevê, além de técnicas produtivas mais saudáveis, a participação de agricultores e institutos de pesquisa no desenvolvimento de políticas para o segmento

Há cerca de 17 anos, o agricultor Eliseu Rosa da Silva, de 71 anos, optou pela produção agroecológica em sua propriedade de um hectare no bairro do Lami, em Porto Alegre. De sua horta saem alface, couve e beterraba sem nenhum defensivo ou fertilizante químico. Tudo que ele aplica na plantação é produzido ali mesmo em sua chácara com os rejeitos da produção e plantas aquáticas que cultiva. “Fui criado numa época em que não se usava nada de químico. Depois, com a revolução verde, veio a preocupação com a quantidade. Optei pelos orgânicos quando já estava desistindo da agricultura. Foi um nascer de novo. Conheci outro mundo”, expressa o produtor que prefere ser identificado pelo apelido como seus clientes numa feira da cidade o conhecem, Tio Juca.

A região onde está a propriedade do Tio Juca é um retrato de uma mudança promovida pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativa do Rio Grande do Sul (SDR-RS). O órgão do governo do estado incentiva que agricultores familiares adotem a agroecologia como modo de produção e estilo de vida. “A política agroecológica está na missão da Secretaria, que é a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Desenvolvemos diversos programas para o fortalecimento do segmento, com a valorização da biodiversidade, das sementes crioulas, plantas nativas e a criação de novas feiras para aproximar os produtores dos consumidores”, explica Rodrigo Sasso, coordenador para a região metropolitana de Porto Alegre da SDR-RS.

Certificação orgânica participativa

Tio Juca integra a Associação dos Produtores de Rede Agroecológica Metropolitana (RAMA), que engloba agricultores de Porto Alegre e da cidade vizinha de Viamão e é atendida pelas iniciativas geridas por Rodrigo Sasso. A Associa-



ção emite certificados para os agricultores que atendem aos critérios do governo federal para o segmento. Entre os mecanismos de garantia da qualidade orgânica estão visitas de verificação do sistema de produção realizada pelos próprios agricultores, consumidores e técnicos colaboradores. A RAMA, por sua gestão em prol da agricultura de base ecológica, é reconhecida como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). A RAMA transformou a região onde está a propriedade do Tio Juca em um retrato de uma mudança promovida pela SDR-RS.

A propriedade de Tio Juca e a experiência dele e da RAMA na comercialização de produtos orgânicos e a integração entre diversas políticas públicas integram o estudo realizado pela especialista Marta Levien para a SDR-RS e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). “Um dos produtos foi o estudo técnico das áreas onde a Secretaria desenvolveu iniciativas agroecológicas. Acompanhei diferentes ações, com foco principalmente na relação entre os consumidores e produtores”, explica.

Marta analisou também a institucionalidade em torno das políticas públicas que promovem a transição entre a agricultura tradicional e a agroecologia em propriedades familiares rurais gaúchas. Entre as conclusões do estudo destaca-se o caráter participativo das políticas para o segmento. O Rio Grande do Sul criou o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, do qual participam cerca de 40 instituições. “Dentro do conselho existem diversas câmaras técnicas para temas como agrobiodiversidade, manejo agroecológico e comercialização”, cita.

“São iniciativas que visam preservar o meio ambiente e a diversidade natural, estabelecendo-se agrossistemas sustentáveis. Além disso, a agroecologia permite que os agricultores privilegiem sua saúde de forma mais prazerosa, tenham menor custo de produção e maior credibilidade ao oferecerem produtos certificados nas feiras ao consumidor”, avalia Marta. “O Tio Juca e as propriedades vizinhas têm uma relação sustentável com o meio ambiente, não há contaminação. No entanto, em outras regiões do estado, há ainda um uso intenso de defensivos químicos. Mas a legislação gaúcha é bastante rígida e estamos num processo de transição para a agroecologia”, finaliza.

Fonte: IICA.



Seminários Regionais do Programa de Agricultura de Base Ecológica



Nos Seminários, houve troca de experiências entre cooperativas e associações de produtores

Os Seminários Regionais do Programa de Agricultura de Base Ecológica (PABE) buscam promover uma ação em nível regional, incentivando a mobilização das comunidades, representantes municipais, sociedade civil, órgãos governamentais e não governamentais envolvidos no processo de transição e consolidação de uma agricultura de base ecológica.

Este evento tem o desafio de abrir um espaço de reflexão e intercâmbio de informações, oportunizando a aproximação dos atores envolvidos no Programa Agricultura de Base Ecológica, que é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul (SDR), por meio do Núcleo de Agroecologia do Departamento de Agricultura Familiar (DAF), com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), e operacionalizado pela Emater/RS através da gerência técnica e respectivas gerências regionais e escritórios municipais.

Nesse sentido, ocorreu, no dia 15, o Seminário Regional do Programa de Agricultura de Base Ecológica no Centro de Treinamento de Canguçu, compreendendo o escritório da Emater de Pelotas. Participaram aproximadamente 120 pessoas da região sul do Estado entre agricultores familiares, profissionais e entidades que atuam com a produção agroecológica na região.

No seminário, houve troca de experiências entre cooperativas e associações de produtores ecológicos com ênfase no processo de transição do sistema produtivo, evidenciando o resgate de sementes crioulas, recuperação do solo com



adubação verde, compostagem orgânica e uso de caldas e preparados caseiros alternativos para o controle fitossanitário. Foram mostradas experiências de produção de verduras, milhos, feijões, abóboras, morangas, cebola, pêssego, assim como produção de sementes agroecológicas dessas espécies e de flores, agroindustrialização e comercialização desses produtos em mercados institucionais e em feiras nos centros urbanos da região sul.

Próximos seminários:

Santa Rosa: 10 de setembro; Tenente Portela: 11 de setembro; Passo Fundo: 17 de setembro; Silveira Martins: 18 de setembro; Soledade: 24 de setembro; Novo Hamburgo: 9 de outubro; Colinas: 16 de outubro; Erechim: 18 de outubro.

Fonte: SDR/RS



Referências

ABRANDH. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Organizadora Marília Leão. Brasília, 2013.

ALTIERI, M. **Agroecologia a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Síntese Universitária, UFRS, 1998.

ALVES, Francisco de Assis; MILANI, Imaculada Abenante. **Sociedades cooperativas: regime jurídico e procedimentos legais para constituição e funcionamento**. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura Orgânica em Áreas Urbanas e periurbanas com Base na Agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, nº 1, p. 137-150, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a09.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

ARAÚJO, Richard M. de. **Programa de Aquisição de Alimentos (2003-2010): avaliação da implementação pela Conab no Rio Grande do Norte**. Tese de Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 336p., 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/9699/1/RichardMA_TESE.pdf>.

BALDASSO, Nelson A.; TRICHES, Rozane M. **Relações de produção e consumo: agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/resumos_trab/29.htm>. Acesso em: 23 jun. 2014.

BELATO, João Vitorino Anzolin. **Administração financeira em sociedades cooperativas**. OCESP, jun. 1993.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_02_09_48_13_artigo_1.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2014.

_____. **Decreto nº 49.340, de 5 de julho 2012**. Regulamenta a Lei nº 13.825, de 4 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF-RS), 2012.

_____. **Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006**. Regulamenta os artigos 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171 e organiza o SUASA, 2006.



BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, 2009.

_____. **Lei nº 13.825, de 4 de novembro de 2011**. Dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF-RS) – Lei Programa de Agroindústria, 2011.

_____. **Lei nº 5.764, de 1971**. Disponível em: <www.ocb.org.br>.

_____. **Lei nº 7.916, de 16 de julho de 1984**.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA/Secretaria da Agricultura Familiar-SAF/Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural-DATER. **Manual de Acompanhamento de Contratos de ATER**. Brasília-DF, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual sobre Convênios, Contratos de Repasses e Instrumentos Congêneres** – Governo Federal.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Plano Brasil sem Miséria**, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>.

_____. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan)/ Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). **Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)**, dez. 2011.

_____. **O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010**. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>.

_____. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Manual Operativo. Modalidade Compra com Doação Simultânea – Operação por meio de Termo de Adesão. Brasília, DF. Versão 1.0, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

BRASIL. RIO GRANDE DO SUL. Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do investimento. **Edital 01/2013**. Disponível em: <http://www.agdi.rs.gov.br/upload/20130315115823edital_apls_2013_completo.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2014.

_____. **Edital 05/2012**. Disponível em: <http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1351170559_Edital%20Sele%C3%A7%C3%A3o%20de%20APLs%202012-05.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2014.



BRASIL. RIO GRANDE DO SUL. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado RS (CAGE). **Manual do gestor público.**

_____. **Guia de orientação ao gestor público.** Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

BRASIL. RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado/Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo/EMATER-RS. **Proposta de Execução do Programa Agroecológico Integrado Sustentável (PAIS) no Rio Grande do Sul**, abr. 2012.

BRASIL. RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Estadual nº 49.341, de 5 de julho 2012.** Cria o Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF). Porto Alegre, RS: Diário Oficial do Estado, 2012.

_____. **Decreto nº 49.948, de 12 de dezembro de 2012** (publicado no DOE nº 239, de 13 de dezembro de 2012). Regulamenta a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul, cria o Comitê Gestor e dá outras providências. Porto Alegre, RS: Diário Oficial do Estado, 2012.

_____. **Instrução Normativa DRP nº 45, de 26 de outubro de 1998.** Expede instruções relativas às receitas públicas estaduais. Título I, capítulo XXIV, Seção 4.0, item 4.1 e alterações da receita Pública Estadual. Porto Alegre-RS: Diário Oficial do Estado, 1998.

_____. **Lei Estadual nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012.** Dispõe sobre a Política Estadual de Agroindústria Familiar. Porto Alegre, RS: Diário Oficial do Estado, 2012.

_____. **Lei nº 13.839, de 5 de dezembro de 2011.** Institui a Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, cria o Programa de Cooperativismo, o Programa de Economia Popular e Solidária, o Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais, o Programa Gaúcho de Microcrédito e o Programa de Redes de Cooperação e dá outras providências. Porto Alegre, RS: Diário Oficial do Estado, 2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Convênio e outros repasses.**

BRONZO, CARLA. **Intersectorialidade como princípio e prática nas políticas públicas:** reflexões a partir do tema do enfrentamento à pobreza, p. 7-13. Disponível em: <http://www.clad.org/siare_isis/fulltext/0056806.pdf>.

BUENDÍA, Martins; PIRES. **Caderno de Ciência & Tecnologia.** Brasília, jan./abr. 2002.

BULGARELLI, Waldíro. **As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica.** 2. ed. São Paulo: Renovar, 2000.

CARVALHO FILHO, José dos. **Manual do direito administrativo.**

CASTRO, Cleber Carvalho de et al. Estudo da cadeia láctea no Rio Grande do Sul: uma abordagem das relações entre os elos de produção, industrialização e distribuição. **Revista de Administração Contemporânea**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 143-164, jan./abr. 1998.



CASTRO, Cleber Carvalho de; PADULA, Antonio Domingos; MATTUELLA, Juvir Luiz et al. Estudo da cadeia láctea no Rio Grande do Sul: uma abordagem das relações entre os elos de produção, industrialização e distribuição. **Revista de Administração Contemporânea**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 143-164, jan./abr. 1998.

CASTRO, E. D. et al. **Implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) no Rio Grande do Sul** / Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul; Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Consea, 2013.

CONTERATO, Marcelo A. et al. **Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea**, jun. 2011. Disponível em: <www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/816.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2014.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Licitações e contratações administrativas**.

DANTAS, Maria Zilda; CORDEIRO, Maria Auxiliadôra Nunes. **Autogestão como fator de competência para o desenvolvimento de empresas cooperativas**. In: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINO AMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 3. São Leopoldo, abr. 2004.

EMPRESA de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). **Diretrizes para ação extensionista na Emater/RS-ASCAR**, Gestão de Processo de Planejamento. Porto Alegre-RS, 2011.

EMATER/RS. **Unidades de Cooperativismo de Pelotas, Santa Cruz e Frederico Westphalen**, 2014.

ESCOLA de Administração Fazendária (ESAF). **Gestão de convênios**.

FARIA, Vidal Pedroso de; CORSI, Moacyr. Índices de produtividade em gado de leite. In: PEIXOTO, A. M. (Coord.). **Bovinocultura leiteira: fundamentos da exploração racional**. 2. ed.

FEA/COLACOT; BNDES; FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Cartilha primeiros passos** – PAIS, 2010.

FERNANDES, B. J. de M. F. Diagnóstico da bacia leiteira do Território do Seridó. In: CIRCUITO DE TECNOLOGIAS ADAPTADAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, 8: oficina de bovinocultura de leite, 2011, Currais Novos-RN. **Apresentação**. Currais Novos-RN: EMATER/EMPARN, dez. 2011.

FOLDER SDR. **Programa gaúcho do cooperativismo rural**. Dcoop.: Porto Alegre-RS, 2011.

FRANÇA, M. C. Impactos sociais e econômicos do Programa do Leite do Rio Grande do Norte. In: SIMPÓSIO O AGRONEGÓCIO DO LEITE NO NORDESTE: alternativas e perspectivas de mercado, 1998, Natal-RN. **Anais...** Natal: EMPARN/FIREN/SENAI, 1998, p. 106-120.



GARCEZ, D. S.; SÁNCHEZ-BOTERO, I. V. Comunidades de pescadores artesanais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Atlântica**, Rio Grande, 27 (1), p. 17-29, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOVERNO do Rio Grande do Sul. **Gestão estratégica e controle social em rede: a experiência do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre-RS, 2013.

GRAU, Nuria C.; BOZZI, Sonia O. **Fortalecimento de los Sistemas de Monitoreo y Evaluación (M&E) em América Latina: informe comparativo de 12 países**. Tradução de Ernesto Montes-Bradley y Estayes. Natal, RN: SEARH/RN, 2008. 146p.

GRISA, C. et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercado para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 34-41, set. 2011. Disponível em: <spta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/artigo-6.pdf>.

GUIA de Eventos Universitários. Fundação de Ensino e Pesquisa Universitária do Sul de Minas – Minas Gerais.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.

_____. **Pesquisa da bovinocultura municipal, 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=94&z=t&o=24>>. Acesso em: 7 abr. 2012.

_____. **Pesquisa trimestral do leite, 2011**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=24&i=P&c=1086>>. Acesso em: 7 abr. 2012.

JÄGER, Wilhelm. **As cooperativas brasileiras sob o enfoque da moderna teoria da cooperação**. DENACOOOP, 1992.

JUNIOR, M. V. W. et al. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico e pobreza extrema: um cenário para os municípios gaúchos. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 19-32, 2013.

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças. **Gestão Pública**. Atlas: 2010.

KRUG, Ernesto Enio Budke; PADULA, Antonio Domingos. Identificação de benchmark em sistemas de produção de leite. In: MONTROYA, M. A.; ROSSETO, C.R. (Coord.) **Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro**. Passo Fundo: UPF, 2002. 2v.

MACEDO, Angela Regina Pires. Apresentação em PowerPoint. Departamento de Área de Planejamento. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/eventos/Ouvidoria_SeminarioInternacional/Arquivos/ApresatuacaoBNDES.pdf>.



- MANUAL Operativo Funterra. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR)/Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA), 2012.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, C. H. B.; JUNIOR, M. V. W. **Pobreza extrema em municípios do Rio Grande do Sul**: evidências da multidimensionalidade. Textos para Discussão FEE nº 114. Porto Alegre, abr. 2013.
- MARTINS, P. C. **Com medo de ser feliz**. Milkpoint, São Paulo, 28 set. 2007. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/conjuntura-de-mercado/com-medo-de-ser-feliz-39499n.aspx>>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- MATTOS, Wilson R.S. Medidas para o aumento da eficiência da produção leiteira. In: PEIXOTO, A. M. (Coord.) **Bovinocultura leiteira**: fundamentos da exploração racional. 2. ed.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 23. ed. Malheiros, 1999.
- MOLET, Claudia Daiane Garcia. **Casca e limoeiro**: as comunidades quilombolas no litoral negro do Rio Grande do Sul durante o século XIX.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria geral da administração**. 3. ed. rev. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo**: guia prático. Porto Alegre, 2. ed. rev. Organização das cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, 1984. 303p.
- PADULA, Antonio Domingos. Sistema de gestão da pecuária leiteira sob os preceitos da teoria das restrições. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41, 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora, 2003.
- PERUCCHI, L. C.; KUBO, R. R.; COELHO-DE-SOUZA, G. Articulação e encaminhamento das questões da pesca artesanal: uma análise do fórum da pesca do litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 12, (4), p. 499-508, 2012.
- PINHO, Diva B. O Estado brasileiro e o cooperativismo. In: **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo-RS, Unisinos, ano XV, v. 10, 1982.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372p.
- RECH, Daniel. **Análise das diversas regulações relacionadas aos interesses das entidades cooperativas no âmbito solidário**. Brasília: jan. 2012.



REIS JUNIOR, Nilson. **Aspectos societários das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

RELATÓRIO de Investimentos Programa Funterra/BNDES/Fundo Social Proredes – Coceargs 2014.

RUBERT, Rosane A. **Comunidades negras rurais no RS**: levantamento socioantropológico preliminar. Porto alegre-RS: RURAL, IICA. 2005, 173p.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teor. Evid. Econ.** v. 8, n. 15, p. 117-150, Passo Fundo, RS, novembro 2000.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo A. **Agricultura familiar e teoria social**: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O CERRADO, 9, SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE SAVANAS TROPICAIS, 2, 2009, Planaltina-DF. Embrapa Cerrados Planaltina, DF, 2009, p. 35-60.

SCRAMIM, Fernando Cezar Leandro; BATALHA, Mário Otávio. **Supply Chain Management em cadeias agroindustriais**: discussões acerca das aplicações no setor lácteo brasileiro. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES, 2., 1999. Palestra.

SERRA, Fernando; TORRES, Maria C. S.; TORRES, Alexandre P. **Administração estratégica**: conceitos, roteiro prático e casos. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2004.

SISTEMA Nacional de Informação da Economia Solidária, Rio de Janeiro, 25 fev. 2010.

SOUZA, João Andreata (2011). Engenheiro Agrônomo, especialista em cooperativismo pelo OIT e Unisinos.

SOUZA, Renato Santos de. **Sistemas de produção de leite**: um estudo de caso sobre estrutura, tecnologia, resultados e fatores de diferenciação. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

TACHIZAWA, Takeshy; REZENDE, Wilson. **Estratégia empresarial**: tendências e desafios. São Paulo: Makron Books, 2000.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto; PAES-SOUSA, Rômulo. **O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas**: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. Unesco, 2006.

WILKINSON, J. **A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição**. Publicado no seminário sobre “Políticas de Seguridad Alimentaria y en América Latina”. Campinas-SP: out. 2003.



Sítios eletrônicos consultados:

<<http://super.abril.com.br/blogs/ideias-verdes/>>

<www.al.rs.gov.br>.

<www.emater.tche.br>.

<www.lume.ufrgs.br>

<www.participa.rs.gov.br>.

<www.sdr.rs.gov.br>

<www.sdr.rs.gov.br>.

<www.seplag.rs.gov.br>.

<www.unicafe.org.br> – Sítio da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

<www.wikipedia.org> Educação Popular, abr. 2014.